



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA - ITEP



M1026003N



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017

NÍVEL SUPERIOR - MANHÃ

PERITO CRIMINAL - CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Discursiva de Estudo de Caso	02
Língua Portuguesa	01 a 10
Informática	11 a 15
Noções de Direito Penal e Direito Processual Penal	16 a 20
Noções de Criminalística	21 a 28
Identificação Humana	29 a 30
Noções de Medicina Legal	31 a 37
Noções de Odontologia Legal	38
Documentos Técnicos	39 a 40
Conhecimentos Específicos	41 a 100

PROVA 01

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE A SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.

2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●

3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinarem o envelope de retorno.

4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.

5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AACP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.

6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha a emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime!

Previsto no art. 311 - A do Código Penal

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

Insulto, logo existo

Leandro Karnal

No momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver engenho e arte

A crítica e o contraditório são fundamentais. Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências nasceu do questionamento de paradigmas. Sociedades abertas crescem mais do que sociedades fechadas. A base da democracia é a liberdade de expressão. Sem oposição, não existe liberdade.

Uma crítica bem fundamentada destaca dados que um autor não percebeu. Um juízo ponderado é excelente. Mais de uma vez percebi que um olhar externo via melhor do que eu. Inexiste ser humano que não possa ser alvo de questionamento. Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero poderia cochilar (QuandoquebonusdormitatHomerus - ArsPoetica, 359). A crítica pode nos despertar.

Como saber se a avaliação é boa? Primeiro: ela mira no aperfeiçoamento do conhecimento e não em um ataque pessoal. A boa crítica indica aperfeiçoamento. Notamos, no arguidor sincero, uma diminuição da passionalidade. Refulgem argumentos e dados. Mínguas questões subjetivas. Há mais substantivos e menos adjetivos. Não digo o que eu faria ou o que eu sou. Indico apenas como algo pode ser melhor e a partir de quais critérios. Que argumentos estão bem fundamentados e quais poderiam ser revistos. Objetividade é um campo complexo em filosofia, mas, certamente, alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo.

Duas coisas ajudam na empreitada. A primeira é conhecimento. Há um mínimo de formação. Não me refiro a títulos, mas à energia despendida em absorver conceitos. Nada posso dizer sobre aquilo do qual nada sei. Pouco posso dizer sobre o que escassamente domino. A segunda é a busca

da impessoalidade. Critico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho. Examino a obra em si, não a obra que eu gostaria de ter feito ou a que me incomoda pelo simples sucesso da sua existência. Critico o defeito e não a luz. [...]

Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/insulto-logo-existo-por-leandro-karnal>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

1. Em relação ao texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Para o autor, a objetividade da crítica está ligada ao tom pessoal que se dá a uma discussão, tendo em vista a abundância de adjetivações que devem existir para uma crítica relevante.
- (B) O autor destaca que o contraditório é a força motriz para a evolução das ideias, da sociedade e do conhecimento.
- (C) O foco do texto consiste na crítica à passividade com a qual as pessoas lidam com as ideias diferentes.
- (D) Uma avaliação satisfatória deve levar em conta a formação acadêmica e o conhecimento escasso daquele que refuta as ideias de outrem.
- (E) O rótulo é uma forma de oposição que segue o paradigma filosófico em direção ao desenvolvimento do conhecimento.

2. Considerando as informações do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O título do texto traz uma referência à citação “Penso, logo existo”. Por meio de tal intertextualidade, Leandro Karnal busca ironizar a filosofia de René Descartes, demonstrando uma forma de crítica subjetiva.
- (B) Quando o autor afirma “[...] Há mais substantivos e menos adjetivos.[...]”, compreende-se que a boa arguição prioriza classes de palavras ligadas à subjetividade, à percepção, ao julgamento e ao pensamento abstrato.
- (C) Afirmar que “[...] Critico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho.[...]” corrobora o que se diz em “[...] Mínguas questões subjetivas.[...]”.
- (D) O avanço das liberdades individuais é a causa de haver a possibilidade do questionamento de paradigmas.
- (E) Ao afirmar que “[...] alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo. [...]”, o autor busca demonstrar que o perfil objetivo é aquele que prioriza as relações pautadas mais na emoção do que na razão.

3. Assinale a alternativa em que o vocábulo entre parênteses pode substituir o vocábulo em destaque nas frases retiradas do texto, sem gerar alterações de sentido nesse contexto.

- (A) No subtítulo: “No momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver **engenho** e arte” (labor).
- (B) No primeiro parágrafo: “Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências nasceu do questionamento de **paradigmas**” (padrões).
- (C) No terceiro parágrafo: “Notamos, no **arguidor** sincero, uma diminuição da passionalidade” (amigo).
- (D) No terceiro parágrafo: “**Refulgem** argumentos e dados.” (selecionam-se).
- (E) No quarto parágrafo: “Duas coisas ajudam na **empreitada**.” (dificuldade).

4. É correto afirmar que o texto “Insulto, logo existo” é

- (A) expositivo e compõe uma reportagem, gênero caracterizado pela abrangência, impessoalidade e formalidade.
- (B) descritivo e compõe uma crônica, gênero caracterizado pela sequenciação informal de fatos que ocorrem cotidianamente.
- (C) injuntivo e compõe uma resenha crítica,

gênero caracterizado pela exposição de um julgamento de valor a partir de um intertexto.

- (D) opinativo e compõe um conto, gênero composto por uma trama permeada de elementos que confirmam o ponto de vista do autor.
- (E) argumentativo e compõe um artigo de opinião, gênero que apresenta um encadeamento das ideias com a finalidade de defender uma opinião e convencer o interlocutor.

5. Assinale a alternativa em que o elemento sublinhado é uma conjunção integrante.

- (A) “No momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver engenho e arte.”
- (B) “Examino a obra em si, não a obra que eu gostaria de ter feito [...]”.
- (C) “Sociedades abertas crescem mais do que sociedades fechadas.”
- (D) “Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero poderia cochilar [...]”.
- (E) “Inexiste ser humano que não possa ser alvo de questionamento.”

6. Assinale a alternativa que apresenta uma metáfora.

- (A) “Critico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho.”
- (B) “Um juízo ponderado é excelente.”
- (C) “Indico apenas como algo pode ser melhor e a partir de quais critérios.”
- (D) “Nada posso dizer sobre aquilo do qual nada sei.”
- (E) “Não digo o que eu faria ou o que eu sou.”

7. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Não me refiro a títulos, mas à energia despendida em absorver conceitos.”, a crase ocorre pela contração da preposição exigida pela regência do verbo “referir-se” e do artigo feminino que antecede o substantivo “energia”.
- (B) Em “Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências **nasceu** do questionamento de paradigmas.”, o verbo em destaque poderia estar no plural, concordando, assim, com o núcleo do sujeito “liberdades”.
- (C) Em “Nada posso dizer sobre aquilo **do qual** nada sei.”, o termo em destaque pode ser trocado por “cujo”, sem haver prejuízos gramaticais ou mudança de sentido.
- (D) Em “Horácio garantia, com certa indignação,

que até o hábil Homero poderia cochilar [...]”, as vírgulas são utilizadas para separar um aposto explicativo.

- (E) Em “Como saber se a avaliação é boa? Primeiro: ela mira no aperfeiçoamento do conhecimento e não em um ataque pessoal.”, os dois-pontos são utilizados para introduzir uma síntese do que foi dito anteriormente.

8. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Indico apenas **como** algo pode ser melhor e a partir de quais critérios. **Que** argumentos estão bem fundamentados e quais poderiam ser revistos.”, os termos em destaque são conjunções alternativas, que introduzem opções de complemento ao verbo “Indico”.
- (B) Em “Sociedades abertas crescem mais do **que** sociedades fechadas.”, o termo em destaque atua como pronome relativo, referindo-se a “sociedades abertas”.
- (C) Em “Inexiste ser humano **que** não possa ser alvo de questionamento.” e em “Examino a obra em si, não a obra **que** eu gostaria de ter feito”, os termos em destaque funcionam como pronomes relativos.
- (D) Em “Como saber **se** a avaliação é boa?”, o termo em destaque desempenha função de conjunção condicional, uma vez que o autor coloca uma condição para que a avaliação seja boa.
- (E) Em “Horácio garantia, com certa indignação, **que** até o hábil Homero [...]”, o termo em destaque desempenha função de partícula expletiva ou de realce, tendo em vista que toda a oração introduzida por ele pode ser substituída por um substantivo.

9. Assinale a alternativa em que a divisão silábica de todas as palavras está correta.

- (A) In-sul-to; ex-pre-ssão; ques-ti-o-na-men-to.
(B) So-cie-da-des; exa-mi-no; o-bra.
(C) A-per-fe-i-ço-a-men-to; ques-tõ-es; con-tra-di-tó-rio.
(D) A-va-li-a-ção; li-ber-da-de; ad-je-ti-van-do.
(E) Ar-gui-dor; su-bs-tan-ti-vos; cer-ta-men-te.

10. Em “Objetividade é um campo complexo em filosofia, mas, certamente, alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo [...]”, os termos em destaque podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido, respectivamente por

- (A) porém, de fato.

- (B) conquanto, na verdade.
(C) portanto, realmente.
(D) ademais, mormente.
(E) contudo, outrossim.

INFORMÁTICA

11. Considerando o aplicativo de escritório LibreOffice Calc (Versão 5 Instalação padrão em português), dada a tabela a seguir, o resultado da seguinte expressão seria

	A	B	C
1	10	20	30
2	30	40	20
3	50	60	40

MAIOR(A2:C2;2) * MÍNIMO(A1:A3)

- (A) 150.
(B) 200.
(C) 300.
(D) 400.
(E) 800.

12. Em um sistema operacional Linux, o que faz o comando mkdir?

- (A) Formata um dispositivo.
(B) Verifica o conteúdo de um diretório.
(C) Remove um arquivo.
(D) Acessa o diretório pasta um nível acima.
(E) Cria um diretório.

13. Um arquivo com a extensão .pptx pode ser editado por qual aplicativo?

- (A) Microsoft PowerPoint 2013.
(B) Microsoft PowerPoint 2003.
(C) LibreOffice Writer.
(D) Microsoft Edge.
(E) LibreOffice Draw.

14. Como são conhecidos os setores defeituosos em um HD?

- (A) Trilhas.
(B) Root Sectors.
(C) Bump roads.
(D) Badblocks.
(E) Partições.

15. Diferentemente do vírus, este malware não se propaga por meio da inclusão de cópias de si mesmo em outros programas ou arquivos, mas sim pela execução direta de suas cópias ou pela exploração automática de vulnerabilidades existentes em programas instalados em computadores. A que o enunciado se refere?

- (A) Rootkit.
- (B) Trojan.
- (C) Botnet.
- (D) Spyware.
- (E) Worm.

**NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DIREITO
PROCESSUAL PENAL**

16. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito policial é um procedimento judicial.
- (B) O inquérito policial é indispensável para a propositura de ação penal.
- (C) Os elementos de informação colhidos no inquérito policial não podem ser usados de forma exclusiva para fundamentar uma condenação.
- (D) Ao acusado é garantida a ampla defesa e o contraditório em todas as diligências do inquérito.
- (E) O representante do Ministério Público pode presidir um inquérito policial.

17. Nas eleições municipais, um candidato a Prefeito comprou o voto de um eleitor. Alguns dias depois, ele mandou matar uma testemunha daquele crime de compra de votos. O referido candidato perdeu as eleições. Nesse caso, assinale a alternativa correta acerca da competência.

- (A) Pelos dois crimes ele responderá na Justiça Eleitoral, que exerce “vis atractiva”.
- (B) Pelos dois crimes ele responderá no júri Estadual, que exerce “vis atractiva”.
- (C) Os processos serão separados e ele responderá pela compra de votos na Justiça Eleitoral e pelo homicídio no júri Estadual.
- (D) Pelos dois crimes ele responderá no Tribunal de Justiça.
- (E) Os processos serão separados e ele responderá pela compra de votos no Tribunal Regional Federal e pelo homicídio no Tribunal de Justiça.

18. Sobre a prisão temporária e a liberdade provisória, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A prisão temporária poderá ser decretada em face de representação da autoridade policial ou requerimento do Promotor de Justiça.
- (B) A prisão temporária poderá ser decretada de ofício pelo juiz.
- (C) A prisão temporária tem prazo determinado.
- (D) Não será concedida fiança nos crimes de racismo.
- (E) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.

19. Assinale a alternativa correta acerca da prova pericial.

- (A) Quando a infração deixar vestígios, a perícia somente é dispensável se o acusado confessar a prática do delito.
- (B) O exame de corpo de delito e outras perícias sempre deverão ser realizados por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- (C) Durante o curso do processo judicial não é admitida a indicação de assistente técnico, mas as partes podem formular quesitos ao perito
- (D) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo e subtração da coisa, a perícia pode ser substituída pela prova testemunhal.
- (E) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

20. A respeito da interceptação telefônica, assinale a alternativa correta.

- (A) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas, dentre outras hipóteses, quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- (B) Será admitida a interceptação para investigar crimes punidos com detenção ou reclusão.
- (C) A interceptação das comunicações telefônicas somente poderá ser determinada pelo juiz a requerimento do Ministério Público.
- (D) Deferido o pedido, o juiz conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Delegado e ao Ministério Público,

- que poderão acompanhar a sua realização.
- (E) Constitui contravenção penal realizar interceptação de comunicações telefônicas sem autorização judicial.

NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA

21. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta aquela(s) que se relaciona(m) corretamente com a Cadeia de Custódia e suas fases.

- I. **Ao chegar no local dos fatos, a autoridade policial deverá providenciar para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais, sendo que estes últimos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e discutirão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.**
- II. **É procedimento fundamental para garantir a idoneidade e a rastreabilidade dos vestígios, com vistas a preservar a confiabilidade e a transparência da produção da prova pericial até a conclusão do processo judicial.**
- III. **Após a liberação pelos peritos criminais, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato.**
- IV. **É iniciada no instante do planejamento da ação delitiva, antes mesmo da consumação do fato criminoso.**

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas I, II e III.
(C) Apenas II.
(D) Apenas II e IV.
(E) Apenas I, II e IV.

22. Assinale a alternativa correta.

- (A) A Cadeia de Custódia é um procedimento relacionado à qualidade da prova material, sendo definida pelo conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- (B) Uma vez que o vestígio seja identificado, fixado e coletado mediante procedimentos adequados de Cadeia de Custódia, será dispensável o exame de corpo de delito.

- (C) A perícia criminal consiste em um conjunto de procedimentos que envolve o uso do conhecimento científico como ferramenta na elucidação criminal, culminando com um documento denominado laudo pericial sobre o qual a autoridade judiciária ficará adstrita em sua sentença.

- (D) A fase interna da Cadeia de Custódia é inaugurada com a preservação de local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de indícios.

- (E) O rastreamento do vestígio é possível apenas na fase de transporte da Cadeia de Custódia.

23. Anselmo recebeu uma Requisição de Exame Pericial em 19/01/2017 cuja natureza delituosa versava sobre um homicídio e o objeto de perícia era o local do crime. Constava no documento a observação de que a vítima foi socorrida e entrou em óbito no hospital em decorrência de ferimentos provocados à estocada de uma faca de cozinha. Anselmo realizou a perícia no mesmo dia e expediu o laudo pericial em 02/02/2017. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Considerando que o instrumento utilizado no crime era do tipo cortante, é esperado que, em laudo pericial próprio, o Médico Legista descreva as lesões do cadáver como incisivas ou fusiformes.

- (B) Na ausência de excepcionalidades, Anselmo expediu seu laudo pericial dentro do prazo legal.

- (C) Como as lesões descritas são normalmente pouco hemorrágicas, é provável que, no local, exista campo para exames envolvendo manchas de sangue.

- (D) Dentre os vestígios de interesse forense envolvidos nesse caso, é possível destacar a faca utilizada, eventuais impressões dígito-papilares presentes nesta e manchas de sangue da vítima.

- (E) A Requisição de Exame Pericial é o documento assinado por qualquer policial civil, no qual se mencionam os resultados da perícia.

24. Sobre os locais de crime, assinale a alternativa correta.

- (A) É dever do perito criminal dirigir-se ao local de crime, providenciando para que não sejam alterados o estado e conservação das coisas.
- (B) Quando os vestígios foram mantidos inalterados, desde a ocorrência dos fatos até o seu completo registro, o local de crime é classificado como inidôneo.
- (C) O local de crime imediato é onde se concentra a maior parte dos vestígios, enquanto o local mediato é a região adjacente à área imediata em que ocorreu o fato delituoso.
- (D) Todo local de crime consiste de um espaço físico, sendo inimaginável uma localidade virtual de onde se possam extrair vestígios.
- (E) Arrombamentos são comuns em locais de crimes relacionados à morte violenta, mas não aos crimes contra o patrimônio.

25. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma finalidade do levantamento de local de crime.

- (A) Buscar e reconhecer vestígios e elementos com potencial interesse para a produção da prova pericial.
- (B) Perpetuar a situação em que se encontrava o local, os vestígios e suas posições relativas, a fim de que possam, em qualquer tempo, serem exibidos como prova.
- (C) Registrar, sempre que possível, o local para permitir a instrução do laudo pericial com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.
- (D) Fotografar os cadáveres na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime.
- (E) Levar a termo as declarações das testemunhas em procedimento de interrogatório, constituído por duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.

26. Sobre os Postulados e Princípios da Criminalística brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o Princípio da Observação, também conhecido como Princípio de Locard, o vestígio, como toda matéria, é ponderável e, portanto, cabe ao perito criminal o reportar-se ao que vê (*visum et repertum*).
- (B) O Princípio da Interpretação, também conhecido por Princípio de Kirk, pode ser enunciado pela frase “Dois objetos podem ser indistinguíveis, mas nunca idênticos”.

- (C) O Princípio da Documentação não se relaciona ao registro cronológico de um vestígio, desde seu nascimento até sua disposição final, pois isso cabe à Cadeia de Custódia.
- (D) Sendo a verdade mutável em relação ao tempo, não se permite postular que a perícia criminal é independente do tempo.
- (E) Considerando que o teor de um laudo pericial é personalíssimo, então o conteúdo de um laudo pericial será variante de acordo com o perito criminal que o produzir.

27. O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (e alterações), representa os ritos da processualística criminal brasileira. Nesse Código de Processo Penal, há previsão de alguns exames periciais específicos. Assinale a alternativa na qual constam apenas exames periciais expressamente previstos no Código de Processo Penal.

- (A) Exame em letra e firma em documentos particulares, perícias de laboratório, exame de local, exame de instrumentos empregados para a prática de crime, verificação da causa de incêndios.
- (B) Exame para reconhecimento de escritos, descrição de vestígios nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, identificação de elementos que apontem a atividade de *hackers*.
- (C) Perícias de laboratório, microcomparação balística, verificação do local onde um incêndio começou.
- (D) Eficácia de arma de fogo, confronto de voz, extração de dados de discos rígidos, estimativa de área ambiental degradada.
- (E) Exame de reconhecimento de escritos, perícias de laboratório, microcomparação balística e confronto de voz.

28. Durante um levantamento de local de crime, o Perito Criminal constatou um cadáver em situação de enforcamento por suspensão completa. Populares afirmavam que a vítima era depressiva e que já havia tentado o suicídio antes. O perito, entretanto, estranhou a escassez de petéquias na conjuntiva ocular da vítima e sangramento oriundo da cavidade oral. Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- (A) No enforcamento, como modalidade de asfixia por constrição do pescoço, o sulco decorrente do laço e presente no pescoço da vítima é oblíquo e contínuo, portanto sem interrupção na altura do nó.
- (B) A afirmação de populares é suficiente para concluir pela hipótese de suicídio, independentemente de qualquer outro elemento de ordem material ou médico legal que possa ser avaliado no local ou no cadáver.
- (C) Petéquias são equimoses pontuais que eventualmente, podem estar associadas ao enforcamento quando presentes, por exemplo, na conjuntiva ocular.
- (D) São sinônimos de enforcamento, a esganadura e o estrangulamento.
- (E) Se o perito médico legista encontrar uma lesão perfurocontusa, de entrada, no palato da vítima, então a hipótese de suicídio por asfixia será a mais provável.

IDENTIFICAÇÃO HUMANA

29. A antroposcopia e a antropometria tratam, respectivamente, de características

- (A) quantitativas e qualitativas.
- (B) qualitativas e subjetivas.
- (C) qualitativas e quantitativas.
- (D) objetivas e quantitativas.
- (E) subjetivas e qualitativas.

30. Considerando a estimativa de sexo em um esqueleto humano, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Os ossos da pelve são considerados os melhores marcadores biológicos para a estimativa de sexo.
- () Zonas de inserção muscular óssea acentuadas são características femininas.
- () O sulco pré-auricular é uma característica predominantemente feminina.
- () Os ossos da pelve exibem características que permitem realizar a estimativa de sexo desde a infância.

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) V – V – V – F.
- (E) V – F – V – F.

NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

31. Sulco cervical oblíquo, de profundidade desigual e com área de interrupção, com fundo escoriado, comumente está presente em morte por

- (A) estrangulamento.
- (B) enforcamento.
- (C) sufocação direta.
- (D) sufocação indireta.
- (E) esganadura.

32. Como a Hipóstase é definida?

- (A) Manchas azuladas no rosto e na esclerótica (olho), presentes nos asfixiados, e às vezes em membros inferiores, conforme a modalidade de asfixia.
- (B) Coloração azulada das mucosas e da pele, em decorrência da anóxia produzida no cadáver, ao findar o consumo do oxigênio pelas últimas células e tecidos vivos.
- (C) Derrame sanguíneo não traumático, presente nas vísceras, em consequência da morte celular.
- (D) Manchas puntiformes avermelhadas ou arroxeadas, presentes na pleura visceral em asfixiados.
- (E) Coloração mais escura (arroxeadada ou avermelhada) nas partes mais baixas do cadáver, em consequência da deposição do sangue nesses locais.

33. O produto químico Aldicarbe é um carbamato, cuja formulação granulada já foi excluída do mercado brasileiro pela Anvisa, mas ele ainda é vendido ilegalmente em mercados populares com o nome de “chumbinho” e ainda é muito utilizado em envenenamentos de animais e por suicidas. Antes da proibição, o uso devido desse agente químico era como

- (A) agrotóxico (uso agrícola).
- (B) inseticida doméstico.
- (C) medicamento de uso controlado (necessitando de receita médica em duas vias para aquisição).
- (D) raticida.
- (E) componente de produtos desinfetantes (produto de limpeza).

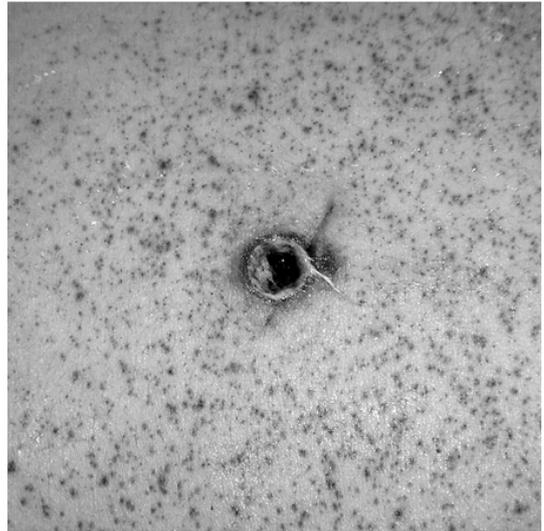
34. Para efeito de diagnóstico médico-legal, conforme o artigo 128 do Código Penal brasileiro, o aborto

- (A) é permitido e não configura crime, se praticado por médico em casos de malformação fetal, estupro e risco de vida à gestante.
- (B) é permitido e não configura crime, em casos de anencefalia fetal, estupro e risco de vida à gestante.
- (C) é permitido e não configura crime, se praticado por médico, quando a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou há risco à vida da gestante.
- (D) é crime em qualquer modalidade, embora não punível se praticado por médico, se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou quando não houver outra maneira de salvar a vida da gestante.
- (E) é crime em qualquer modalidade, embora não punível se praticado por médico em casos de malformação fetal, estupro e risco de vida à gestante.

35. Em relação à autópsia, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Autópsia é o exame do cadáver humano, que tem, entre outros objetivos, a finalidade de diagnosticar a causa médica da morte.
- (B) Na autópsia em caso de morte violenta, o exame externo do cadáver não basta para precisar a causa da morte, sendo obrigatório o exame interno.
- (C) Na autópsia médico-legal, entre outros objetivos, busca-se diagnosticar a causa médica da morte, o que pode favorecer a elucidação da sua causa jurídica.
- (D) A autópsia médico-legal, conforme determina a legislação atual, é obrigatória em casos de morte violenta.
- (E) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo.

A seguinte imagem, obtida em vítima fatal de um assalto a mão armada, ilustra uma lesão provocada por tiro. Responda as questões 36 e 37 com base nessa imagem.



36. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O orifício no centro apresenta orla de contusão e enxugo.
- (B) Existe halo de tatuagem.
- (C) O pontilhado que circunda amplamente o orifício resulta de grânulos de pólvora incombusta.
- (D) O pontilhado que circunda amplamente o orifício pode ser removido com pano úmido.
- (E) É uma lesão característica de entrada de projétil de arma de fogo.

37. Considerando a imagem, é correto afirmar, com toda a segurança, que

- (A) pode ser lesão de entrada ou de saída de projétil de arma de fogo, cujo diagnóstico depende de exame complementar.
- (B) a estimativa da distância de tiro é possível, mas depende de perícia balística, mediante disparos de prova com a mesma arma do crime e o mesmo tipo de munição.
- (C) o interesse pericial se concentra no orifício no centro da imagem, sendo os demais sinais irrelevantes para a perícia.
- (D) as características são típicas de tiro disparado a longa distância.
- (E) as características são, certamente, de projéteis de calibre .38 e similares, ou de maior calibre.

NOÇÕES DE ODONTOLOGIA LEGAL

- 38. Os documentos odontolegais são: atestados, relatórios e pareceres. O documento mais comumente produzido pelo cirurgião-dentista é o atestado. Em relação ao Atestado Odontológico, assinale a alternativa correta.**
- (A) O cirurgião-dentista não precisa descrever em qual horário o paciente esteve sob seus cuidados, podendo apenas escrever o período que esse paciente esteve em tratamento (manhã, tarde ou noite).
 - (B) O atestado odontológico pode ser realizado pela secretária do cirurgião-dentista, o qual apenas o assina.
 - (C) Fazer ou comercializar um atestado falso enquadra o cirurgião-dentista no Art.302 do Código Penal, cuja pena é detenção de 6 meses a 1 ano.
 - (D) O cirurgião-dentista não precisa descrever o diagnóstico ou ato odontológico ao qual o paciente foi submetido (salvo se esse paciente pedir, sugerindo-se, assim, colocar somente o CID).
 - (E) O acompanhante do paciente tem direito a receber um atestado odontológico feito pelo cirurgião-dentista, da mesma forma que o paciente recebeu, com os mesmos elementos, menos o CID, constando apenas que acompanhou o paciente na consulta.

DOCUMENTOS TÉCNICOS

- 39. A Notificação Compulsória é obrigatória nos casos de algumas doenças (de saúde pública constantes nas Portarias 204 e 205, de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde) e em alguns eventos de violência. Ela deve ser realizada, por exemplo, nos seguintes casos:**
- (A) doenças infectocontagiosas, acidentes de trabalho, herpes.
 - (B) violência à criança, violência à mulher, violência ao idoso.
 - (C) acidente de trânsito, acidente do trabalho, acidente doméstico.
 - (D) HIV, sífilis, alcoolismo.
 - (E) estupro, câncer, AIDS.

- 40. Em relação à Notificação Compulsória, assinale a alternativa correta.**
- (A) Não é obrigatória em casos de acidentes de trabalho.
 - (B) Está relacionada somente a casos em que ocorrem crimes contra a incolumidade pública, ou seja, somente nos casos de doenças infectocontagiosas.
 - (C) Deve sempre ser enviada em até 48 horas após o momento da suspeita inicial que se enquadra em uma ou mais das opções nas quais se obriga a sua realização.
 - (D) A pena para o médico que deixar de fazer a notificação à autoridade pública (omissão de notificação de doença), segundo o Art. 269 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40, é detenção de 6 (seis) meses a 2(dois) anos e multa.
 - (E) Uma vez verificada uma violência doméstica, tal fato deve ser notificado às autoridades competentes ou ao serviço de referência, não sendo necessário ser feito de forma sigilosa pelo profissional da área da saúde, pois o ato de violência oferece risco ao paciente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 41. Os anteriormente chamados de Princípios Fundamentais de Contabilidade tiveram sua redação alterada para Princípios da Contabilidade. Com base nos Princípios da Contabilidade, assinale a alternativa correta.**
- (A) O Princípio da Oportunidade refere-se aos registros patrimoniais para produzir dados aparentemente corretos.
 - (B) Competência é o princípio que atualiza dados na contabilidade.
 - (C) O princípio da Competência é o princípio que indica que determinadas transações e outros eventos sejam reconhecidos nos recebimentos.
 - (D) O Princípio da Continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro.
 - (E) O Princípio do Valor Original sugere que o patrimônio líquido é registrado em moeda de qualquer nacionalidade.

42. Tratando-se da mensuração dos estoques para a contabilização, assinale a alternativa correta em relação ao que deve ser incluído no custo de aquisição dos estoques.

- (A) No valor de custo do estoque, deve ser incluído o custo das mercadorias vendidas.
- (B) Os custos de aquisição dos produtos devem ser incluídos no valor de custo do estoque, excluindo o valor dos fretes.
- (C) A mão de obra deve ser incluída no valor de custo do estoque.
- (D) Os custos de aquisição e transformação devem ser incluídos no valor de custo do estoque.
- (E) Os lucros pretendidos na venda das mercadorias devem ser incluídos no valor de custo do estoque.

43. Conforme a Legislação vigente de impostos sobre compras e vendas, incidentes nas mercadorias e serviços de transporte e comunicação, qual é a alternativa correta que trata desse imposto?

- (A) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o IPTU.
- (B) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o ICMS.
- (C) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o IPVA.
- (D) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o ITBI.
- (E) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o ITVS.

44. O conjunto de termos específicos ou sistema de palavras são denominados de terminologia. Sobre a terminologia contábil utilizada em custos, no que se refere aos conceitos e classificações dos custos, assinale a alternativa correta.

- (A) Todo sacrifício financeiro que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro), é conceituado ou classificado como gasto.
- (B) Todo gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s) é conceituado ou classificado como desembolso.

- (C) Todo gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços é conceituado ou classificado como investimento.
- (D) Todo pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço é conceituado ou classificado como custo.
- (E) Todo gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s) é conceituado ou classificado como custo.

45. Considerando a administração financeira e orçamentária das entidades públicas e de acordo com a Lei de Controle dos Orçamentos, assinale a alternativa correta que evidencia como são classificados os créditos adicionais.

- (A) Complementares e extraordinários.
- (B) Complementares, especiais e ordinários.
- (C) Suplementares, ordinários e extraordinários.
- (D) Complementares e especiais
- (E) Suplementares, especiais e extraordinários.

46. No ato da contratação de um empréstimo ou financiamento, devemos optar por uma das alternativas de amortização da dívida. Em relação ao assunto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Considerando o sistema financeiro de amortização, os mais utilizados atualmente são o Sistema PRICE e o Sistema de Amortização Constante (SAC).
- () No sistema SAC, o valor das prestações ou pagamentos são maiores no início e vão decrescendo até o final do período.
- () No sistema PRICE, as prestações ou pagamentos vão aumentando à medida que o período vai chegando ao final.

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – V.

47. Referente à Companhia Aberta e de acordo com a Lei 6.404/76, com Redação dada pela Lei nº 10.303, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser negociados no mercado de valores mobiliários.
- () Nenhuma distribuição pública de valores mobiliários será efetivada no mercado sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.
- () A Comissão de Valores Mobiliários poderá classificar as companhias abertas em categorias, segundo as espécies e classes dos valores mobiliários por ela emitidos negociados no mercado, e especificará as normas sobre companhias abertas aplicáveis a cada categoria.

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – V.

48. Qual é a Lei que apresenta uma legislação básica da Contabilidade Pública, para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços Públicos?

- (A) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- (B) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1966.
- (C) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1976.
- (D) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1988.
- (E) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1996.

49. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado. Quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, onde os avisos, contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez?

- (A) No Diário Oficial do Estado ou Distrito Federal.
- (B) No Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação no Estado e, também, se houver, em jornal de circulação no Município onde será realizada a obra, ou prestado o serviço.
- (C) No Diário Oficial do Distrito Federal.
- (D) No Diário Oficial do Estado ou Distrito Federal e em jornal diário de grande circulação no Estado e, também, se houver, em jornal de circulação no Município onde será realizada a obra, ou prestado o serviço.
- (E) Em jornal diário de grande circulação no Município onde será realizada a obras ou prestado o serviço.

50. Pode-se ter operações de concentração de sociedade agregando as ações de uma sociedade ao patrimônio de outra. Como é denominada a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações?

- (A) Cisão.
- (B) Comunhão.
- (C) Fusão.
- (D) Operação.
- (E) Incorporação.

51. Como se denomina o negócio plurilateral que tem por finalidade a união do patrimônio de duas ou mais sociedades para formar uma sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações?

- (A) Rolding.
- (B) Controladora.
- (C) Fusão.
- (D) Incorporação.
- (E) Cisão.

52. Conforme a Lei de Licitação, no Art. 54, “Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado”. São cláusulas necessárias em todo contrato de licitação, EXCETO

- (A) o objeto e seus elementos característicos.
- (B) o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- (C) os preços, as condições de pagamento, os critérios, data base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
- (D) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso.
- (E) a desvinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.

53. Assinale a alternativa correta que contempla o conceito de “campo de aplicação” da Contabilidade Pública, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, segundo a NBC T 16.

- (A) Todas as fundações privadas sem fins lucrativos.
- (B) Todas as organizações da sociedade civil de interesse público.
- (C) Todos os órgãos e entidades da Administração pública direta e indireta, exceto as empresas estatais dependentes.
- (D) Todas as entidades do setor público.
- (E) Parcialmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais.

54. Em relação a todas as receitas públicas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, assinale a assertiva correta.

- (A) Classificam-se como derivadas as receitas públicas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela administração pública.
- (B) As receitas de capital arrecadadas em um exercício, à medida que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, causam efeito positivo sobre o patrimônio líquido, financiando os objetivos definidos

nos programas e ações das políticas públicas.

- (C) A contribuição para financiamento da seguridade social classifica-se como receita tributária, conforme a legislação orçamentária em vigor no país.
- (D) A arrecadação caracteriza-se pela “Entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores, aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro”.
- (E) As receitas públicas correspondem aos ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, ao passo que as receitas orçamentárias representam entradas compensatórias sujeitas à autorização legislativa.

55. De acordo com a Lei que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, os Municípios e do Distrito Federal, a classificação da receita obedecerá ao seguinte esquema, EXCETO

- (A) Receitas Correntes; Receita Tributária; Impostos; Taxas; Contribuições de Melhoria; Receita de Contribuições; Receita Patrimonial.
- (B) Receitas de Capital: Transferências de Capital; Outras Receitas de Capital.
- (C) Dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (D) Receitas de Capital: Operações de Crédito; Alienação de Bens; Amortização de Empréstimos.
- (E) Receita Agropecuária; Receita Industrial; Receita de Serviços; Transferências Correntes.

56. Assinale a alternativa que se refere às Despesas Correntes, conforme classificadas nas categorias econômicas.

- (A) Despesas de Custeio e Transferências Correntes.
- (B) Despesas de Custeio e Investimentos.
- (C) Inversões Financeiras e Transferências Correntes.
- (D) Transferência de Capital e Transferências Correntes.
- (E) Inversões Financeiras e Despesa de Custeio.

- 57. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, no que se refere à “Fiscalização da Gestão Fiscal”, fiscalizarão o cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, com ênfase no que se refere**
- (A) a condições sem limites para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
 - (B) à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, sem levar em conta as restrições constitucionais e as dessa Lei Complementar.
 - (C) à liberação do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.
 - (D) ao atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
 - (E) a provocar aumento da despesa com pessoal, não atendendo o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
- 58. Assinale a alternativa correta que a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece como despesa total com pessoal.**
- (A) O somatório dos gastos com gratificações e vantagens pessoais de qualquer natureza de empresas privadas que efetuam doações para entidades sem fins lucrativos.
 - (B) O somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas.
 - (C) Pagamento da folha para pessoal de empresas vencedoras de licitação pública.
 - (D) O somatório dos gastos com gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza de empresas vencedoras de licitação pública.
 - (E) O somatório dos gastos com pagamento para pessoal de empresas contratadas.
- 59. Tendo por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no Balanço Patrimonial da contabilidade das entidades públicas, o ativo é dividido em dois grupos. Quais são eles?**
- (A) Financeiro e não financeiro.
 - (B) Financeiro e permanente.
 - (C) Circulante e permanente.
 - (D) Circulante e investimentos.
 - (E) Circulante e não circulante.
- 60. O SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Assinale a alternativa que NÃO se caracteriza como um dos principais objetivos do SIAFI?**
- (A) Integrar e compatibilizar todas as informações no âmbito Municipal.
 - (B) Permitir o controle da dívida interna e externa, bem como o das transferências negociadas.
 - (C) Padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos.
 - (D) Prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública.
 - (E) Fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal.
- 61. Pelas normas brasileiras da legislação societária e também de acordo com a Deliberação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos por qual regime?**
- (A) Prudência.
 - (B) Proficiência.
 - (C) Caixa.
 - (D) Competência.
 - (E) Jurisprudência.
- 62. A Lei nº 6.404/76 dispõe sobre a normatização das Sociedades por Ações. Entretanto essa sofreu alterações nas regras contábeis e foram introduzidos novos dispositivos. Qual foi a lei que promoveu essas alterações?**
- (A) A lei 11.638/08, promulgada em 28 de dezembro de 2008.
 - (B) A lei 11.638/07, promulgada em 28 de dezembro de 2007.
 - (C) A lei 11.836/07, promulgada em 28 de dezembro de 2007.
 - (D) A lei 11.836/08, promulgada em 28 de dezembro de 2008.
 - (E) A lei 11.638/09, promulgada em 28 de dezembro de 2009.

63. A estrutura conceitual do IASB estabelece os conceitos que fundamentam a preparação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos. Assinale a alternativa que evidencia o que a estrutura conceitual do IASB tem por finalidade.

- (A) Dar parecer sobre o desenvolvimento de novos pronunciamentos técnicos e à revisão de pronunciamentos existentes.
- (B) Determinar a harmonização das regras, padrões contábeis e pronunciamentos.
- (C) Dar suporte aos reguladores internacionais no desenvolvimento de regras locais.
- (D) Dar suporte aos preparadores de demonstrações financeiras na aplicação das normas nacionais.
- (E) Auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com as normas internacionais.

64. A IAS 1 é uma norma internacional de contabilidade para apresentação de Demonstrações Financeiras que tem papel de expor como a gerência controla os recursos a ela confiados. Para atender esse objetivo, a IAS 1 exige que as demonstrações financeiras forneçam os dados acerca de uma entidade. Quais são esses dados?

- (A) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários; e fluxos de caixa.
- (B) Receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários; e fluxos de caixa.
- (C) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários.
- (D) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas.
- (E) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas, contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários.

65. A IAS 1, como norma internacional de contabilidade, descreve sobre um conjunto completo de demonstrações financeiras. Assinale a alternativa correta que faz parte desse conjunto completo de demonstrações financeiras sob as diretrizes da IAS 1.

- (A) Uma demonstração da posição financeira na data de abertura do período.
- (B) Uma demonstração do resultado não abrangente para o período (substituindo a demonstração de resultado).
- (C) Uma demonstração das mutações no patrimônio líquido que mostre: I) todas as mutações no patrimônio líquido, ou II) mutações no patrimônio líquido diferentes das mutações provenientes de transações com acionistas que estejam agindo dentro de suas funções.
- (D) Uma demonstração de fluxo de caixa livre de desconto.
- (E) Uma Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos – DOAR.

66. Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, no seu sentido mais amplo de ciência social, ela tem um objeto. Assinale a alternativa que evidencia o objeto da contabilidade.

- (A) O gerenciamento contábil das entidades.
- (B) A apuração do lucro das entidades.
- (C) Geração de relatórios a seus proprietários.
- (D) O controle das entidades.
- (E) O patrimônio das entidades.

67. Considerando que uma empresa comercial realiza uma venda de mercadorias. Essa ação é considerada um fato contábil recorrente. Partindo dessa premissa, é correto afirmar que a venda de mercadorias é um fato contábil

- (A) diminutivo.
- (B) misto.
- (C) modificativo.
- (D) permutativo.
- (E) aumentativo.

- 68.** Uma empresa que possui Duplicatas a Receber registradas em seu Ativo Circulante realiza um desconto de duplicatas em um determinado montante. Considerando que a operação de desconto foi realizada com duplicatas que tinham vencimentos futuros (120 dias), o valor dos juros descontados a serem reconhecidos no ato da operação devem ser contabilizados como
- (A) despesas financeiras no Resultado.
 (B) conta redutora das duplicatas descontadas no Ativo.
 (C) conta redutora das Receitas, no Resultado.
 (D) despesa antecipada, no Ativo Circulante.
 (E) conta redutora das duplicatas descontadas no Passivo.
- 69.** No processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, tem-se a adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro. O objetivo da IFRS 1 é assegurar que as primeiras demonstrações contábeis e seus relatórios financeiros intermediários contenham informações de alta qualidade. Em relação ao tema, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.
- () Sejam transparentes para os usuários e comparáveis em todos os períodos apresentados.
 () Forneçam um ponto de partida adequado para a contabilização de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRSs).
 () Possam ser geradas independentemente do custo para atender as Normas.
- (A) V – F – V.
 (B) F – V – F.
 (C) V – V – F.
 (D) F – F – V.
 (E) V – F – F.
- 70.** De acordo com a Constituição Brasileira, no que se refere aos Orçamentos Públicos, iniciar o processo legislativo das matérias pertinentes ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e aos Orçamentos Anuais é de competência do Poder
- (A) Executivo.
 (B) Tributário.
 (C) Legislativo.
 (D) Deliberativo.
 (E) Judiciário.
- 71.** O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público. Qual é o objeto da contabilidade aplicada ao Setor Público?
- (A) O orçamento público.
 (B) O balanço patrimonial do setor público.
 (C) As finanças do setor público.
 (D) O patrimônio público.
 (E) A dívida pública.
- 72.** No setor público, a contabilidade mantém o registro das receitas e despesas orçamentárias realizadas, e essas receitas e despesas orçamentárias são executadas, no exercício financeiro,
- (A) pelo regime misto, sendo as receitas incorridas conforme seu fato gerador e as despesas legalmente empenhadas.
 (B) pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.
 (C) pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente fixadas no orçamento.
 (D) pelo regime misto, sendo as receitas recebidas e as despesas legalmente liquidadas.
 (E) pelo regime de caixa, sendo as receitas recebidas e as despesas legalmente pagas.
- 73.** Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, para elaboração e execução do orçamento, estabeleceu-se o conceito de exercício financeiro, que coincidirá com o calendário
- (A) civil.
 (B) financeiro.
 (C) eleitoral.
 (D) fiscal.
 (E) comercial.

74. Considerando que o patrimônio público é dinâmico, podendo ser afetado por vários fatores, as mutações no patrimônio público precisam ser registradas. Esses registros são efetuados por meio da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Com base nessa afirmação, assinale a alternativa que corresponde ao que é evidenciado pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

- (A) Registra as alterações físicas feitas em cada componente do Patrimônio Líquido.
- (B) Evidencia a situação de mudanças relevantes no patrimonial da entidade pública.
- (C) Evidencia as variações quantitativas e qualitativas resultantes e as independentes da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial.
- (D) Registra a movimentação econômica das entidades públicas, como também as eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do financiamento dos serviços públicos.
- (E) Demonstra os gastos públicos realizados, confrontando-os com o orçamento inicial.

75. Conforme a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, a auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo

- (A) a emissão de parecer sobre a sua adequação quanto aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.
- (B) a emissão de parecer sobre erros que não contemplam as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.
- (C) a emissão de parecer sobre fraudes relacionadas à legislação específica.
- (D) a emissão de parecer sobre erros e fraudes, que afetam os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.
- (E) a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.

76. A execução dos trabalhos de auditoria devem seguir normas e ter um planejamento. O planejamento deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos. Assinale a alternativa correta que evidencia um fator relevante para a execução dos trabalhos de auditoria.

- (A) A ausência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas.
- (B) A natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados.
- (C) Não utilizar os trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos.
- (D) A realização do trabalho sem a necessidade de atender prazos estabelecidos por entidades reguladoras ou fiscalizadoras, para realizar um bom trabalho.
- (E) Divulgar e comentar sobre o sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade.

77. Conforme NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, o “Parecer dos Auditores Independentes” ou “Parecer do Auditor Independente” é o documento mediante o qual

- (A) o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre a situação da entidade objeto da auditoria.
- (B) o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as fraudes nas demonstrações contábeis nele indicadas.
- (C) o auditor evidencia, de forma clara e objetiva, os erros sobre as demonstrações contábeis nele indicadas.
- (D) o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis nele indicadas.
- (E) o auditor demonstra, de forma clara e objetiva, a situação da entidade, objeto da auditoria.

78. Na condução da Auditoria em conformidade com as Normas de Auditoria, o Auditor Independente deve ter como objetivo

- (A) expressar sua opinião, informando se as demonstrações contábeis foram elaboradas independentemente e se estão livres de distorção relevante.
- (B) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se com os CFCs, conforme as necessidades do auditor.

- (C) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se, como exigido pelas NBCs TA, em conformidade com as constatações do auditor.
- (D) informar aos gestores se as demonstrações contábeis foram elaboradas com fraudes, em todos os aspectos relevantes.
- (E) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se com os CRCs, em conformidade com as constatações do auditor.

79. Uma determinada empresa, ao encerrar a folha de pagamento no dia 30 de novembro de 2017, apresentou as seguintes informações, cujos valores foram contabilizados no mesmo dia, de acordo com o regime de competência:

Salário	INSS	IRRF	Provisão Férias	Provisão 13º	Líquido a pagar
8.000,00	608,44	2.032,68	888,87	666,66	5.358,88

Considerando somente essas informações apresentadas e que a empresa utilizou alíquota de 8% no cálculo do FGTS, o valor da despesa de FGTS, contabilizado no dia 30 de novembro de 2017, em reais, é

- (A) 428,71.
- (B) 591,32.
- (C) 640,00.
- (D) 693,33.
- (E) 764,44.

80. A NBC T 19.6 trata da Reavaliação de Ativos e estabelece critérios e procedimentos para registro contábil e divulgação da reavaliação do ativo imobilizado. Assinale a alternativa que expressa corretamente um critério de avaliação.

- (A) A contabilização da reavaliação deve ser efetuada com base em laudo fundamentado que indique os critérios de avaliação e os elementos de comparação adotados.
- (B) A reavaliação deve observar o princípio da entidade, ou seja, levar em conta o pressuposto da entidade em marcha e considerar a efetiva possibilidade de recuperação dos ativos em avaliação mediante seu uso.
- (C) A reavaliação deve ser baseada em valor de moeda internacional.
- (D) A reavaliação se destina ao cálculo do valor futuro potencial dos ativos e ao seu valor de saída (valor de venda ou liquidação).
- (E) Para os bens sujeitos à depreciação, exaustão ou amortização, no laudo de avaliação, é opcional a indicação da vida útil econômica remanescente, visando à definição das futuras taxas de depreciação, exaustão ou amortização.

81. Os fundamentos da perícia contábil são um dos meios de prova que se utilizam para identificar, no processo judicial ou arbitral, os aspectos essenciais à formação de uma decisão e sentenças. Um dos fundamentos é a objetividade. Em relação ao assunto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Afasta os critérios de juízo de valor, prevalecendo o juízo de realidade científica contábil.
- () É um conjunto de dados estatísticos, oriundos da ideologia da contabilidade, como os princípios contábeis e convenções, aplicados pelo cientista contábil e desenvolvido pelos professores doutores.
- () Implica em uma longa exposição das ideias, utilizando o máximo de palavras possível.
- (A) F – V – F.
(B) V – F – F.
(C) V – V – F
(D) F – F – F.
(E) F – F – V.

82. No que se refere à Perícia Contábil, e de acordo com a NBC T 13 – da Perícia Contábil, assinale a alternativa que NÃO se refere a conceitos e objetivos da Perícia Contábil.

- (A) A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.
- (B) A perícia contábil, tanto a judicial, como a extrajudicial e a arbitral, é de competência exclusiva de Contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.
- (C) Os procedimentos realizados de perícia contábil fundamentam as conclusões no laudo pericial contábil.
- (D) Nos casos em que a legislação admite a perícia interprofissional, aplica-se o item da alternativa B exclusivamente às questões contábeis, segundo as definições contidas na Resolução CFC n.º 560/83.

(E) A presente Norma aplica-se ao perito-contador nomeado em Juízo, ao contratado pelas partes para a perícia extrajudicial ou ao escolhido na arbitragem; e, ainda, ao perito-contador assistente indicado ou contratado pelas partes.

83. Para fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, serão considerados alguns procedimentos, conforme a NBC T 13 – da Perícia Contábil. Assinale a alternativa que se refere corretamente aos procedimentos da Perícia Contábil.

- (A) Vistoria, observação, certificação, exame, investigação, estimacão e previsão.
- (B) Indagacão, fiscalizacão, exame, vistoria, arbitramento, previsão, pesquisa, afericão e avaliacaão.
- (C) Investigacão, estimacão, indagacão, mensuracão, avaliacaão, e certificacão.
- (D) Exame, vistoria, indagacão, investigacão, arbitramento, mensuracão, avaliacaão e certificacão.
- (E) Arbitramento, pesquisa, apreciacão, previsão, arbitramento, mensuracão, avaliacaão e estimacão.

84. No Brasil, a lei de orçamentos (nº 4.320/64) deve obedecer a alguns princípios. Quais são esses princípios?

- (A) Princípios da universalidade, anualidade e competência.
- (B) Princípios da competência, unidade e anualidade.
- (C) Princípios da anualidade, diversidade e universalidade.
- (D) Princípios da diversidade, unidade e competência.
- (E) Princípios de unidade, universalidade e anualidade.

85. O processo Orçamentário é contínuo, dinâmico e flexível. Esse período de tempo em que se lavram as atividades características do orçamento público de elaboração, aprovaçao, execuçao e controle é chamado de

- (A) ciclo orçamentário.
- (B) programacão orçamentária.
- (C) metas orçamentárias.
- (D) cronograma orçamentário.
- (E) aglutinacão orçamentária.

86. No Decreto-Lei nº 200/67, está prevista uma classificação de despesas com uma série de funções de Estado, desdobradas em programas de governo, que fazem a ligação entre os planos e o orçamento a ser executado no exercício. Como é chamado esse orçamento?

- (A) Orçamento base zero.
- (B) Orçamento participativo.
- (C) Orçamento-programa.
- (D) Orçamento incremental.
- (E) Orçamento de desempenho.

87. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP – é estruturado para facilitar a análise das informações conforme as

- (A) Naturezas de Informação Governamental, Gerencial e de Controle.
- (B) Naturezas de Informação Orçamentária, Administrativa e Discriminativa.
- (C) Naturezas de Informação Discriminativa, Gerencial e de Controle.
- (D) Naturezas de Informação Orçamentária, Patrimonial e de Controle.
- (E) Naturezas de Informação Patrimonial, Gerencial e de Controle.

88. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP –, existem atributos da conta contábil que são características próprias que a distingue de outras contas do plano de contas. Quais são esses atributos?

- (A) Código, indicador, natureza da conta e título.
- (B) Código, título, função e natureza do saldo.
- (C) Código, natureza da conta, fonte e título.
- (D) Código, referência, função e fonte.
- (E) Código, fonte, natureza do saldo e indicador.

89. Considerando a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PP 01, de 27 de fevereiro de 2015, a qual trata sobre o Perito Contábil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Perito é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada.
- (B) Perito oficial é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir

perícias e que exerce a atividade por profissão.

- (C) Perito-facultativo é nomeado pelo juiz, autoridade pública ou privada para fazer parte em perícias contábeis.
- (D) Perito do juízo é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil.
- (E) Perito-assistente é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis.

90. Existem determinadas situações em que o Perito Contábil está impossibilitado de exercer, regularmente, sua atividade pericial em processo judicial. Assinale a alternativa que expressa quando o Perito Contador deve declarar-se em suspeição.

- (A) O perito contador não tem motivo íntimo.
- (B) O perito contador não conhece nenhuma das partes.
- (C) O perito contador não deve ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau.
- (D) O perito contador não houver qualquer interesse no julgamento da causa em favor de alguma das partes.
- (E) O perito contador ser inimigo capital de qualquer das partes.

91. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta. No desempenho da função de Perito Contador, o profissional deve ter zelo. O termo “zelo”, refere-se ao cuidado que ele deve dispensar na execução de suas tarefas, em relação à sua conduta, documentos, tratamento dispensado às autoridades, de forma que seu trabalho levado a bom termo e, conseqüentemente, o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil dignos de fé pública. O zelo profissional do perito na realização dos trabalhos periciais compreende:

- () cumprir os prazos fixados pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial, inclusive arbitral.
- () prestar os esclarecimentos determinados pela autoridade competente, respeitados os prazos legais ou contratuais.
- () ser receptivo aos argumentos e críticas, mas mantendo firme seu posicionamento anterior, sem ratificar ou retificar.
- () ser prudente, no limite dos aspectos técnico-científicos, e atento às conseqüências advindas dos seus atos.

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – V – F – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) V – F – V – V.
- (E) F – V – V – V.

92. O regime de capitalização dos juros simples tem como regra a incidência da taxa de juros sempre sobre o valor presente. Por exemplo: em uma aplicação inicial, ou valor presente de \$ 6.000, aplicado por um período de tempo de 5 meses a uma taxa de 2%, qual é o Valor Futuro em reais no final do 3.º e 5.º período, respectivamente?

- (A) 6.240,00 e 6.800,00.
- (B) 6.360,00 e 6.600,00.
- (C) 6.360,00 e 6.800,00.
- (D) 6.480,00 e 6.600,00.
- (E) 6.120,00 e 6.600,00.

93. O regime de capitalização dos juros compostos tem como regra a incidência da taxa de juros sempre sobre o montante anterior. Por exemplo: em uma aplicação inicial, ou valor presente de \$ 6.000, aplicado por um período de tempo de 5 meses a uma taxa de 2%, qual é o Valor Futuro em reais no final do 2.º e 4.º período, respectivamente?

- (A) 6.242,00 e 6.367,00.
- (B) 6.120,00 e 6.495,00.
- (C) 6.242,00 e 6.624,00.
- (D) 6.242,00 e 6.495,00.
- (E) 6.367,00 e 6.495,00.

94. Tratando-se de orçamento público, a matéria pertinente à receita vem disciplinada no Art. 3º da Lei nº 4.320/1964, com a seguinte redação: “A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.” Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, conceitualmente, a receita pode ser

- (A) efetiva ou não-efetiva.
- (B) retroativa ou projetada.
- (C) efetiva ou retroativa.
- (D) retroativa ou não-efetiva.
- (E) não-efetiva ou projetada.

95. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Assinale a alternativa que trata “exclusivamente” das Receitas Correntes.

- (A) As receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
- (B) Os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
- (C) O superávit do Orçamento Corrente.
- (D) As receitas da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- (E) As receitas tributárias de contribuições, patrimonial e agropecuária.

- 96. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Assinale a alternativa que trata “exclusivamente” das Receitas de Capital.**
- (A) As receitas tributárias de contribuições.
 - (B) As receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos.
 - (C) As receitas de serviços e outras.
 - (D) As receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
 - (E) As receitas industrial e afins.
- 97. No orçamento público, as despesas são classificadas nas seguintes categorias econômicas, conforme o Art 12 da Lei nº 4.320/1964: Despesas Correntes e Despesas de Capital. Assinale a alternativa que trata de Despesa Corrente.**
- (A) Constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
 - (B) As dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento.
 - (C) As dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
 - (D) As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas.
 - (E) As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- 98. As despesas públicas são classificadas nas seguintes categorias econômicas, conforme o Art 12 da Lei nº 4.320/1964: Despesas Correntes e Despesas de Capital. Assinale a alternativa correta que trata de Despesa de Capital.**
- (A) As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
 - (B) Subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
 - (C) Subvenções destinadas a atender a manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
 - (D) As dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições.
 - (E) Subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.
- 99. A Lei nº 8.666/93, trata das Licitações e suas modalidades. Através da Lei nº 10.520/02, foi instituída uma nova modalidade de licitação. Assinale a alternativa em que um dos itens NÃO é modalidade de licitação.**
- (A) Pregão; convite; tomada de preços.
 - (B) Concurso; concorrência; leilão.
 - (C) Convite; leilão; combinação.
 - (D) Tomada de preço; concorrência; convite.
 - (E) Concorrência; tomada de preços; leilão.

100. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

Para a habilitação nas licitações, exigir-se-á dos interessados determinada documentação. São documentos para habilitação nas licitações:

- () habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômica-financeira.
- () qualificação técnica; qualificação econômica-financeira; regularidade fiscal.
- () habilitação jurídica; qualificação técnica; habilitação exclusiva.

(A) V – V – V.

(B) F – V – F.

(C) F – F – V.

(D) V – V – F.

(E) V – F – F.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA - ITEP



M2026003N



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017

NÍVEL SUPERIOR - MANHÃ

PERITO CRIMINAL - CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Discursiva de Estudo de Caso	02
Língua Portuguesa	01 a 10
Informática	11 a 15
Noções de Direito Penal e Direito Processual Penal	16 a 20
Noções de Criminalística	21 a 28
Identificação Humana	29 a 30
Noções de Medicina Legal	31 a 37
Noções de Odontologia Legal	38
Documentos Técnicos	39 a 40
Conhecimentos Específicos	41 a 100

PROVA

02

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE A SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.

2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●

3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinarem o envelope de retorno.

4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.

5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AACP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.

6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha a emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime!

Previsto no art. 311 - A do Código Penal

INSTRUÇÕES

A prova discursiva será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento ao tema proposto na questão;
2. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
3. Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão;
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua prova Discursiva de Estudo de Caso avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a. não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b. manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c. apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d. redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e. não apresentar a questão redigida na FOLHA DA VERSÃO DEFINITIVA ou entregar em branco;
- f. apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

O candidato disporá de, no mínimo, 10 (dez) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta de cada questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas permitida para a elaboração de seu texto.

DISCURSIVA - RASCUNHO

1. Um Juiz nomeou um Perito, com habilitação profissional, para auxiliá-lo, em um processo judicial, na dissolução de uma sociedade empresarial. Discorra sobre a habilitação profissional do Perito Contador para estar apto a realizar esse trabalho.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____

16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

2. Na prática, quando um Perito Contador é nomeado para a realização de uma perícia contábil, esta poderá ser em uma entidade pública ou privada. Discorra sobre os conhecimentos técnicos que o perito contador deve ter sobre despesa pública, citando e explicando suas categorias econômicas, para realizar uma perícia.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____

18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

Insulto, logo existo

Leandro Karnal

No momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver engenho e arte

A crítica e o contraditório são fundamentais. Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências nasceu do questionamento de paradigmas. Sociedades abertas crescem mais do que sociedades fechadas. A base da democracia é a liberdade de expressão. Sem oposição, não existe liberdade.

Uma crítica bem fundamentada destaca dados que um autor não percebeu. Um juízo ponderado é excelente. Mais de uma vez percebi que um olhar externo via melhor do que eu. Inexiste ser humano que não possa ser alvo de questionamento. Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero poderia cochilar (QuandoquebonusdormitatHomerus - ArsPoetica, 359). A crítica pode nos despertar.

Como saber se a avaliação é boa? Primeiro: ela mira no aperfeiçoamento do conhecimento e não em um ataque pessoal. A boa crítica indica aperfeiçoamento. Notamos, no arguidor sincero, uma diminuição da passionalidade. Refulgem argumentos e dados. Mínguem questões subjetivas. Há mais substantivos e menos adjetivos. Não digo o que eu faria ou o que eu sou. Indico apenas como algo pode ser melhor e a partir de quais critérios. Que argumentos estão bem fundamentados e quais poderiam ser revistos. Objetividade é um campo complexo em filosofia, mas, certamente, alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo.

Duas coisas ajudam na empreitada. A primeira é conhecimento. Há um mínimo de formação. Não me refiro a títulos, mas à energia despendida em absorver conceitos. Nada posso dizer sobre aquilo do qual nada sei. Pouco posso dizer sobre o que escassamente domino. A segunda é a busca

da impessoalidade. Critico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho. Examino a obra em si, não a obra que eu gostaria de ter feito ou a que me incomoda pelo simples sucesso da sua existência. Critico o defeito e não a luz. [...]

Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/insulto-logo-existo-por-leandro-karnal>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

1. Considerando as informações do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O título do texto traz uma referência à citação “Penso, logo existo”. Por meio de tal intertextualidade, Leandro Karnal busca ironizar a filosofia de René Descartes, demonstrando uma forma de crítica subjetiva.
- (B) Quando o autor afirma “[...] Há mais substantivos e menos adjetivos.[...]”, compreende-se que a boa arguição prioriza classes de palavras ligadas à subjetividade, à percepção, ao julgamento e ao pensamento abstrato.
- (C) Afirmar que “[...] Critico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho.[...]” corrobora o que se diz em “[...] Mínguem questões subjetivas.[...]”.
- (D) O avanço das liberdades individuais é a causa de haver a possibilidade do questionamento de paradigmas.
- (E) Ao afirmar que “[...] alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo. [...]”, o autor busca demonstrar que o perfil objetivo é aquele que prioriza as relações pautadas mais na emoção do que na razão.

2. Assinale a alternativa em que o vocábulo entre parênteses pode substituir o vocábulo em destaque nas frases retiradas do texto, sem gerar alterações de sentido nesse contexto.

- (A) No subtítulo: “No momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver engenho e arte” (labor).
- (B) No primeiro parágrafo: “Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências nasceu do questionamento de paradigmas” (padrões).
- (C) No terceiro parágrafo: “Notamos, no arguidor sincero, uma diminuição da passionalidade” (amigo).
- (D) No terceiro parágrafo: “Refulgem argumentos e dados.” (selecionam-se).
- (E) No quarto parágrafo: “Duas coisas ajudam na empreitada.” (dificuldade).

3. É correto afirmar que o texto “Insulto, logo existo” é

- (A) expositivo e compõe uma reportagem, gênero caracterizado pela abrangência, impessoalidade e formalidade.
- (B) descritivo e compõe uma crônica, gênero caracterizado pela sequenciação informal de fatos que ocorrem cotidianamente.
- (C) injuntivo e compõe uma resenha crítica, gênero caracterizado pela exposição de um julgamento de valor a partir de um intertexto.
- (D) opinativo e compõe um conto, gênero composto por uma trama permeada de elementos que confirmam o ponto de vista do autor.
- (E) argumentativo e compõe um artigo de opinião, gênero que apresenta um encadeamento das ideias com a finalidade de defender uma opinião e convencer o interlocutor.

4. Assinale a alternativa em que o elemento sublinhado é uma conjunção integrante.

- (A) “No momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver engenho e arte.”
- (B) “Examino a obra em si, não a obra que eu gostaria de ter feito [...]”.
- (C) “Sociedades abertas crescem mais do que sociedades fechadas.”
- (D) “Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero poderia cochilar [...]”.
- (E) “Inexiste ser humano que não possa ser alvo de questionamento.”

5. Assinale a alternativa que apresenta uma metáfora.

- (A) “Crítico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho.”
- (B) “Um juízo ponderado é excelente.”
- (C) “Indico apenas como algo pode ser melhor e a partir de quais critérios.”
- (D) “Nada posso dizer sobre aquilo do qual nada sei.”
- (E) “Não digo o que eu faria ou o que eu sou.”

6. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Não me refiro a títulos, mas à energia despendida em absorver conceitos.”, a crase ocorre pela contração da preposição exigida pela regência do verbo “referir-se” e do artigo feminino que antecede o substantivo “energia”.
- (B) Em “Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências nasceu do questionamento de paradigmas.”, o verbo em destaque poderia estar no plural, concordando, assim, com o núcleo do sujeito “liberdades”.
- (C) Em “Nada posso dizer sobre aquilo do qual nada sei.”, o termo em destaque pode ser trocado por “cujo”, sem haver prejuízos gramaticais ou mudança de sentido.
- (D) Em “Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero poderia cochilar [...]”, as vírgulas são utilizadas para separar um aposto explicativo.
- (E) Em “Como saber se a avaliação é boa? Primeiro: ela mira no aperfeiçoamento do conhecimento e não em um ataque pessoal.”, os dois-pontos são utilizados para introduzir uma síntese do que foi dito anteriormente.

7. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Indico apenas como algo pode ser melhor e a partir de quais critérios. Que argumentos estão bem fundamentados e quais poderiam ser revistos.”, os termos em destaque são conjunções alternativas, que introduzem opções de complemento ao verbo “Indico”.
- (B) Em “Sociedades abertas crescem mais do que sociedades fechadas.”, o termo em destaque atua como pronome relativo, referindo-se a “sociedades abertas”.
- (C) Em “Inexiste ser humano que não possa ser alvo de questionamento.” e em “Examino a obra em si, não a obra que eu gostaria de ter feito”, os termos em destaque funcionam como pronomes relativos.

- (D) Em “Como saber **se** a avaliação é boa?”, o termo em destaque desempenha função de conjunção condicional, uma vez que o autor coloca uma condição para que a avaliação seja boa.
- (E) Em “Horácio garantia, com certa indignação, **que** até o hábil Homero [...]”, o termo em destaque desempenha função de partícula expletiva ou de realce, tendo em vista que toda a oração introduzida por ele pode ser substituída por um substantivo.

8. Assinale a alternativa em que a divisão silábica de todas as palavras está correta.

- (A) In-sul-to; ex-pre-ssão; ques-ti-o-na-men-to.
 (B) So-cie-da-des; exa-mi-no; o-bra.
 (C) A-per-fe-i-ço-a-men-to; ques-tõ-es; con-tra-di-tó-rio.
 (D) A-va-li-a-ção; li-ber-da-de; ad-je-ti-van-do.
 (E) Ar-gui-dor; su-bs-tan-ti-vo; cer-ta-men-te.

9. Em “Objetividade é um campo complexo em filosofia, mas, certamente, alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo [...]”, os termos em destaque podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido, respectivamente por

- (A) porém, de fato.
 (B) conquanto, na verdade.
 (C) portanto, realmente.
 (D) ademais, mormente.
 (E) contudo, outrossim.

10. Em relação ao texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Para o autor, a objetividade da crítica está ligada ao tom pessoal que se dá a uma discussão, tendo em vista a abundância de adjetivações que devem existir para uma crítica relevante.
- (B) O autor destaca que o contraditório é a força motriz para a evolução das ideias, da sociedade e do conhecimento.
- (C) O foco do texto consiste na crítica à passividade com a qual as pessoas lidam com as ideias diferentes.
- (D) Uma avaliação satisfatória deve levar em conta a formação acadêmica e o conhecimento escasso daquele que refuta as ideias de outrem.
- (E) O rótulo é uma forma de oposição que segue o paradigma filosófico em direção ao desenvolvimento do conhecimento.

11. Em um sistema operacional Linux, o que faz o comando mkdir?

- (A) Formata um dispositivo.
 (B) Verifica o conteúdo de um diretório.
 (C) Remove um arquivo.
 (D) Acessa o diretório pasta um nível acima.
 (E) Cria um diretório.

12. Um arquivo com a extensão .pptx pode ser editado por qual aplicativo?

- (A) Microsoft PowerPoint 2013.
 (B) Microsoft PowerPoint 2003.
 (C) LibreOffice Writer.
 (D) Microsoft Edge.
 (E) LibreOffice Draw.

13. Como são conhecidos os setores defeituosos em um HD?

- (A) Trilhas.
 (B) Root Sectors.
 (C) Bump roads.
 (D) Badblocks.
 (E) Partições.

14. Diferentemente do vírus, este malware não se propaga por meio da inclusão de cópias de si mesmo em outros programas ou arquivos, mas sim pela execução direta de suas cópias ou pela exploração automática de vulnerabilidades existentes em programas instalados em computadores. A que o enunciado se refere?

- (A) Rootkit.
 (B) Trojan.
 (C) Botnet.
 (D) Spyware.
 (E) Worm.

15. Considerando o aplicativo de escritório LibreOffice Calc (Versão 5 Instalação padrão em português), dada a tabela a seguir, o resultado da seguinte expressão seria

	A	B	C
1	10	20	30
2	30	40	20
3	50	60	40

MAIOR(A2:C2;2) * MÍNIMO(A1:A3)

- (A) 150.
- (B) 200.
- (C) 300.
- (D) 400.
- (E) 800.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

16. Nas eleições municipais, um candidato a Prefeito comprou o voto de um eleitor. Alguns dias depois, ele mandou matar uma testemunha daquele crime de compra de votos. O referido candidato perdeu as eleições. Nesse caso, assinale a alternativa correta acerca da competência.

- (A) Pelos dois crimes ele responderá na Justiça Eleitoral, que exerce “vis atractiva”.
- (B) Pelos dois crimes ele responderá no júri Estadual, que exerce “vis atractiva”.
- (C) Os processos serão separados e ele responderá pela compra de votos na Justiça Eleitoral e pelo homicídio no júri Estadual.
- (D) Pelos dois crimes ele responderá no Tribunal de Justiça.
- (E) Os processos serão separados e ele responderá pela compra de votos no Tribunal Regional Federal e pelo homicídio no Tribunal de Justiça.

17. Sobre a prisão temporária e a liberdade provisória, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A prisão temporária poderá ser decretada em face de representação da autoridade policial ou requerimento do Promotor de Justiça.
- (B) A prisão temporária poderá ser decretada de ofício pelo juiz.
- (C) A prisão temporária tem prazo determinado.
- (D) Não será concedida fiança nos crimes de racismo.

- (E) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.

18. Assinale a alternativa correta acerca da prova pericial.

- (A) Quando a infração deixar vestígios, a perícia somente é dispensável se o acusado confessar a prática do delito.
- (B) O exame de corpo de delito e outras perícias sempre deverão ser realizados por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- (C) Durante o curso do processo judicial não é admitida a indicação de assistente técnico, mas as partes podem formular quesitos ao perito
- (D) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo e subtração da coisa, a perícia pode ser substituída pela prova testemunhal.
- (E) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

19. A respeito da interceptação telefônica, assinale a alternativa correta.

- (A) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas, dentre outras hipóteses, quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- (B) Será admitida a interceptação para investigar crimes punidos com detenção ou reclusão.
- (C) A interceptação das comunicações telefônicas somente poderá ser determinada pelo juiz a requerimento do Ministério Público.
- (D) Deferido o pedido, o juiz conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Delegado e ao Ministério Público, que poderão acompanhar a sua realização.
- (E) Constitui contravenção penal realizar interceptação de comunicações telefônicas sem autorização judicial.

20. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito policial é um procedimento judicial.
- (B) O inquérito policial é indispensável para a propositura de ação penal.

- (C) Os elementos de informação colhidos no inquérito policial não podem ser usados de forma exclusiva para fundamentar uma condenação.
- (D) Ao acusado é garantida a ampla defesa e o contraditório em todas as diligências do inquérito.
- (E) O representante do Ministério Público pode presidir um inquérito policial.

NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA

21. Assinale a alternativa correta.

- (A) A Cadeia de Custódia é um procedimento relacionado à qualidade da prova material, sendo definida pelo conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- (B) Uma vez que o vestígio seja identificado, fixado e coletado mediante procedimentos adequados de Cadeia de Custódia, será dispensável o exame de corpo de delito.
- (C) A perícia criminal consiste em um conjunto de procedimentos que envolve o uso do conhecimento científico como ferramenta na elucidação criminal, culminando com um documento denominado laudo pericial sobre o qual a autoridade judiciária ficará adstrita em sua sentença.
- (D) A fase interna da Cadeia de Custódia é inaugurada com a preservação de local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de indícios.
- (E) O rastreamento do vestígio é possível apenas na fase de transporte da Cadeia de Custódia.

22. Anselmo recebeu uma Requisição de Exame Pericial em 19/01/2017 cuja natureza delituosa versava sobre um homicídio e o objeto de perícia era o local do crime. Constava no documento a observação de que a vítima foi socorrida e entrou em óbito no hospital em decorrência de ferimentos provocados à estocada de uma faca de cozinha. Anselmo realizou a perícia no mesmo dia e expediu o laudo pericial em 02/02/2017. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Considerando que o instrumento utilizado no crime era do tipo cortante, é esperado que, em laudo pericial próprio, o Médico Legista descreva as lesões do cadáver como incisivas ou fusiformes.
- (B) Na ausência de excepcionalidades, Anselmo expediu seu laudo pericial dentro do prazo legal.
- (C) Como as lesões descritas são normalmente pouco hemorrágicas, é provável que, no local, exista campo para exames envolvendo manchas de sangue.
- (D) Dentre os vestígios de interesse forense envolvidos nesse caso, é possível destacar a faca utilizada, eventuais impressões dígito-papilares presentes nesta e manchas de sangue da vítima.
- (E) A Requisição de Exame Pericial é o documento assinado por qualquer policial civil, no qual se mencionam os resultados da perícia.

23. Sobre os locais de crime, assinale a alternativa correta.

- (A) É dever do perito criminal dirigir-se ao local de crime, providenciando para que não sejam alterados o estado e conservação das coisas.
- (B) Quando os vestígios foram mantidos inalterados, desde a ocorrência dos fatos até o seu completo registro, o local de crime é classificado como inidôneo.
- (C) O local de crime imediato é onde se concentra a maior parte dos vestígios, enquanto o local mediato é a região adjacente à área imediata em que ocorreu o fato delituoso.
- (D) Todo local de crime consiste de um espaço físico, sendo inimaginável uma localidade virtual de onde se possam extrair vestígios.
- (E) Arrombamentos são comuns em locais de crimes relacionados à morte violenta, mas não aos crimes contra o patrimônio.

24. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma finalidade do levantamento de local de crime.

- (A) Buscar e reconhecer vestígios e elementos com potencial interesse para a produção da prova pericial.
- (B) Perpetuar a situação em que se encontrava o local, os vestígios e suas posições relativas, a fim de que possam, em qualquer tempo, serem exibidos como prova.
- (C) Registrar, sempre que possível, o local para permitir a instrução do laudo pericial com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.
- (D) Fotografar os cadáveres na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime.
- (E) Levar a termo as declarações das testemunhas em procedimento de interrogatório, constituído por duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.

25. Sobre os Postulados e Princípios da Criminalística brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o Princípio da Observação, também conhecido como Princípio de Locard, o vestígio, como toda matéria, é ponderável e, portanto, cabe ao perito criminal o reportar-se ao que vê (*visum et repertum*).
- (B) O Princípio da Interpretação, também conhecido por Princípio de Kirk, pode ser enunciado pela frase “Dois objetos podem ser indistinguíveis, mas nunca idênticos”.
- (C) O Princípio da Documentação não se relaciona ao registro cronológico de um vestígio, desde seu nascimento até sua disposição final, pois isso cabe à Cadeia de Custódia.
- (D) Sendo a verdade mutável em relação ao tempo, não se permite postular que a perícia criminal é independente do tempo.
- (E) Considerando que o teor de um laudo pericial é personalíssimo, então o conteúdo de um laudo pericial será variante de acordo com o perito criminal que o produzir.

26. O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (e alterações), representa os ritos da processualística criminal brasileira. Nesse Código de Processo Penal, há previsão de alguns exames periciais específicos. Assinale a alternativa na qual constam apenas exames periciais expressamente

previstos no Código de Processo Penal.

- (A) Exame em letra e firma em documentos particulares, perícias de laboratório, exame de local, exame de instrumentos empregados para a prática de crime, verificação da causa de incêndios.
- (B) Exame para reconhecimento de escritos, descrição de vestígios nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, identificação de elementos que apontem a atividade de *hackers*.
- (C) Perícias de laboratório, microcomparação balística, verificação do local onde um incêndio começou.
- (D) Eficácia de arma de fogo, confronto de voz, extração de dados de discos rígidos, estimativa de área ambiental degradada.
- (E) Exame de reconhecimento de escritos, perícias de laboratório, microcomparação balística e confronto de voz.

27. Durante um levantamento de local de crime, o Perito Criminal constatou um cadáver em situação de enforcamento por suspensão completa. Populares afirmavam que a vítima era depressiva e que já havia tentado o suicídio antes. O perito, entretanto, estranhou a escassez de petéquias na conjuntiva ocular da vítima e sangramento oriundo da cavidade oral. Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- (A) No enforcamento, como modalidade de asfixia por constricção do pescoço, o sulco decorrente do laço e presente no pescoço da vítima é oblíquo e contínuo, portanto sem interrupção na altura do nó.
- (B) A afirmação de populares é suficiente para concluir pela hipótese de suicídio, independentemente de qualquer outro elemento de ordem material ou médico legal que possa ser avaliado no local ou no cadáver.
- (C) Petéquias são equimoses pontuais que eventualmente, podem estar associadas ao enforcamento quando presentes, por exemplo, na conjuntiva ocular.
- (D) São sinônimos de enforcamento, a esganadura e o estrangulamento.
- (E) Se o perito médico legista encontrar uma lesão perfurocontusa, de entrada, no palato da vítima, então a hipótese de suicídio por asfixia será a mais provável.

28. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta aquela(s) que se relaciona(m) corretamente com a Cadeia de Custódia e suas fases.

- I. Ao chegar no local dos fatos, a autoridade policial deverá providenciar para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais, sendo que estes últimos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e discutirão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.
- II. É procedimento fundamental para garantir a idoneidade e a rastreabilidade dos vestígios, com vistas a preservar a confiabilidade e a transparência da produção da prova pericial até a conclusão do processo judicial.
- III. Após a liberação pelos peritos criminais, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato.
- IV. É iniciada no instante do planejamento da ação delitiva, antes mesmo da consumação do fato criminoso.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas I, II e III.
(C) Apenas II.
(D) Apenas II e IV.
(E) Apenas I, II e IV.

IDENTIFICAÇÃO HUMANA

29. Considerando a estimativa de sexo em um esqueleto humano, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Os ossos da pelve são considerados os melhores marcadores biológicos para a estimativa de sexo.
() Zonas de inserção muscular óssea acentuadas são características femininas.
() O sulco pré-auricular é uma característica predominantemente feminina.
() Os ossos da pelve exibem características que permitem realizar a estimativa de sexo desde a infância.

- (A) V – F – F – V.
(B) F – F – V – V.
(C) V – V – F – F.
(D) V – V – V – F.
(E) V – F – V – F.

30. A antroposcopia e a antropometria tratam, respectivamente, de características

- (A) quantitativas e qualitativas.
(B) qualitativas e subjetivas.
(C) qualitativas e quantitativas.
(D) objetivas e quantitativas.
(E) subjetivas e qualitativas.

NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

31. Como a Hipóstase é definida?

- (A) Manchas azuladas no rosto e na esclerótica (olho), presentes nos asfixiados, e às vezes em membros inferiores, conforme a modalidade de asfixia.
(B) Coloração azulada das mucosas e da pele, em decorrência da anóxia produzida no cadáver, ao findar o consumo do oxigênio pelas últimas células e tecidos vivos.
(C) Derrame sanguíneo não traumático, presente nas vísceras, em consequência da morte celular.
(D) Manchas puntiformes avermelhadas ou arroxeadas, presentes na pleura visceral em asfixiados.
(E) Coloração mais escura (arroxeada ou avermelhada) nas partes mais baixas do cadáver, em consequência da deposição do sangue nesses locais.

32. O produto químico Aldicarbe é um carbamato, cuja formulação granulada já foi excluída do mercado brasileiro pela Anvisa, mas ele ainda é vendido ilegalmente em mercados populares com o nome de “chumbinho” e ainda é muito utilizado em envenenamentos de animais e por suicidas. Antes da proibição, o uso devido desse agente químico era como

- (A) agrotóxico (uso agrícola).
(B) inseticida doméstico.
(C) medicamento de uso controlado (necessitando de receita médica em duas vias para aquisição).
(D) raticida.
(E) componente de produtos desinfetantes (produto de limpeza).

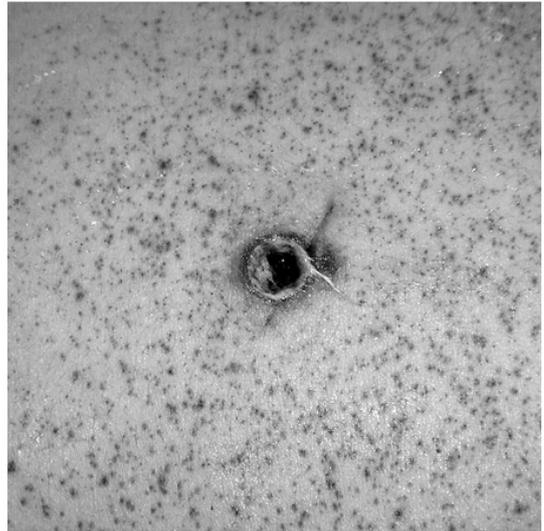
33. Para efeito de diagnóstico médico-legal, conforme o artigo 128 do Código Penal brasileiro, o aborto

- (A) é permitido e não configura crime, se praticado por médico em casos de malformação fetal, estupro e risco de vida à gestante.
- (B) é permitido e não configura crime, em casos de anencefalia fetal, estupro e risco de vida à gestante.
- (C) é permitido e não configura crime, se praticado por médico, quando a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou há risco à vida da gestante.
- (D) é crime em qualquer modalidade, embora não punível se praticado por médico, se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou quando não houver outra maneira de salvar a vida da gestante.
- (E) é crime em qualquer modalidade, embora não punível se praticado por médico em casos de malformação fetal, estupro e risco de vida à gestante.

34. Em relação à autópsia, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Autópsia é o exame do cadáver humano, que tem, entre outros objetivos, a finalidade de diagnosticar a causa médica da morte.
- (B) Na autópsia em caso de morte violenta, o exame externo do cadáver não basta para precisar a causa da morte, sendo obrigatório o exame interno.
- (C) Na autópsia médico-legal, entre outros objetivos, busca-se diagnosticar a causa médica da morte, o que pode favorecer a elucidação da sua causa jurídica.
- (D) A autópsia médico-legal, conforme determina a legislação atual, é obrigatória em casos de morte violenta.
- (E) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo.

A seguinte imagem, obtida em vítima fatal de um assalto a mão armada, ilustra uma lesão provocada por tiro. Responda as questões 35 e 36 com base nessa imagem.



35. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O orifício no centro apresenta orla de contusão e enxugo.
- (B) Existe halo de tatuagem.
- (C) O pontilhado que circunda amplamente o orifício resulta de grânulos de pólvora incombusta.
- (D) O pontilhado que circunda amplamente o orifício pode ser removido com pano úmido.
- (E) É uma lesão característica de entrada de projétil de arma de fogo.

36. Considerando a imagem, é correto afirmar, com toda a segurança, que

- (A) pode ser lesão de entrada ou de saída de projétil de arma de fogo, cujo diagnóstico depende de exame complementar.
- (B) a estimativa da distância de tiro é possível, mas depende de perícia balística, mediante disparos de prova com a mesma arma do crime e o mesmo tipo de munição.
- (C) o interesse pericial se concentra no orifício no centro da imagem, sendo os demais sinais irrelevantes para a perícia.
- (D) as características são típicas de tiro disparado a longa distância.
- (E) as características são, certamente, de projéteis de calibre .38 e similares, ou de maior calibre.

37. Sulco cervical oblíquo, de profundidade desigual e com área de interrupção, com fundo escoriado, comumente está presente em morte por

- (A) estrangulamento.
- (B) enforcamento.
- (C) sufocação direta.
- (D) sufocação indireta.
- (E) esganadura.

NOÇÕES DE ODONTOLOGIA LEGAL

38. Os documentos odontolegais são: atestados, relatórios e pareceres. O documento mais comumente produzido pelo cirurgião-dentista é o atestado. Em relação ao Atestado Odontológico, assinale a alternativa correta.

- (A) O cirurgião-dentista não precisa descrever em qual horário o paciente esteve sob seus cuidados, podendo apenas escrever o período que esse paciente esteve em tratamento (manhã, tarde ou noite).
- (B) O atestado odontológico pode ser realizado pela secretária do cirurgião-dentista, o qual apenas o assina.
- (C) Fazer ou comercializar um atestado falso enquadra o cirurgião-dentista no Art.302 do Código Penal, cuja pena é detenção de 6 meses a 1 ano.
- (D) O cirurgião-dentista não precisa descrever o diagnóstico ou ato odontológico ao qual o paciente foi submetido (salvo se esse paciente pedir, sugerindo-se, assim, colocar somente o CID).
- (E) O acompanhante do paciente tem direito a receber um atestado odontológico feito pelo cirurgião-dentista, da mesma forma que o paciente recebeu, com os mesmos elementos, menos o CID, constando apenas que acompanhou o paciente na consulta.

DOCUMENTOS TÉCNICOS

39. Em relação à Notificação Compulsória, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é obrigatória em casos de acidentes de trabalho.
- (B) Está relacionada somente a casos em que ocorrem crimes contra a incolumidade pública, ou seja, somente nos casos de doenças infectocontagiosas.
- (C) Deve sempre ser enviada em até 48 horas após o momento da suspeita inicial que se

enquadra em uma ou mais das opções nas quais se obriga a sua realização.

- (D) A pena para o médico que deixar de fazer a notificação à autoridade pública (omissão de notificação de doença), segundo o Art. 269 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40, é detenção de 6 (seis) meses a 2(dois) anos e multa.
- (E) Uma vez verificada uma violência doméstica, tal fato deve ser notificado às autoridades competentes ou ao serviço de referência, não sendo necessário ser feito de forma sigilosa pelo profissional da área da saúde, pois o ato de violência oferece risco ao paciente.

40. A Notificação Compulsória é obrigatória nos casos de algumas doenças (de saúde pública constantes nas Portarias 204 e 205, de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde) e em alguns eventos de violência. Ela deve ser realizada, por exemplo, nos seguintes casos:

- (A) doenças infectocontagiosas, acidentes de trabalho, herpes.
- (B) violência à criança, violência à mulher, violência ao idoso.
- (C) acidente de trânsito, acidente do trabalho, acidente doméstico.
- (D) HIV, sífilis, alcoolismo.
- (E) estupro, câncer, AIDS.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Tratando-se da mensuração dos estoques para a contabilização, assinale a alternativa correta em relação ao que deve ser incluído no custo de aquisição dos estoques.

- (A) No valor de custo do estoque, deve ser incluído o custo das mercadorias vendidas.
- (B) Os custos de aquisição dos produtos devem ser incluídos no valor de custo do estoque, excluindo o valor dos fretes.
- (C) A mão de obra deve ser incluída no valor de custo do estoque.
- (D) Os custos de aquisição e transformação devem ser incluídos no valor de custo do estoque.
- (E) Os lucros pretendidos na venda das mercadorias devem ser incluídos no valor de custo do estoque.

42. Conforme a Legislação vigente de impostos sobre compras e vendas, incidentes nas mercadorias e serviços de transporte e comunicação, qual é a alternativa correta que trata desse imposto?

- (A) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o IPTU.
- (B) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o ICMS.
- (C) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o IPVA.
- (D) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o ITBI.
- (E) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o ITVS.

43. O conjunto de termos específicos ou sistema de palavras são denominados de terminologia. Sobre a terminologia contábil utilizada em custos, no que se refere aos conceitos e classificações dos custos, assinale a alternativa correta.

- (A) Todo sacrifício financeiro que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro), é conceituado ou classificado como gasto.
- (B) Todo gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s) é conceituado ou classificado como desembolso.
- (C) Todo gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços é conceituado ou classificado como investimento.
- (D) Todo pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço é conceituado ou classificado como custo.
- (E) Todo gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s) é conceituado ou classificado como custo.

44. Considerando a administração financeira e orçamentária das entidades públicas e de acordo com a Lei de Controle dos Orçamentos, assinale a alternativa correta que evidencia como são classificados os créditos adicionais.

- (A) Complementares e extraordinários.
- (B) Complementares, especiais e ordinários.
- (C) Suplementares, ordinários e extraordinários.
- (D) Complementares e especiais
- (E) Suplementares, especiais e extraordinários.

45. No ato da contratação de um empréstimo ou financiamento, devemos optar por uma das alternativas de amortização da dívida. Em relação ao assunto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Considerando o sistema financeiro de amortização, os mais utilizados atualmente são o Sistema PRICE e o Sistema de Amortização Constante (SAC).
- () No sistema SAC, o valor das prestações ou pagamentos são maiores no início e vão decrescendo até o final do período.
- () No sistema PRICE, as prestações ou pagamentos vão aumentando à medida que o período vai chegando ao final.

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – V.

46. Referente à Companhia Aberta e de acordo com a Lei 6.404/76, com Redação dada pela Lei nº 10.303, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser negociados no mercado de valores mobiliários.
- () Nenhuma distribuição pública de valores mobiliários será efetivada no mercado sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.
- () A Comissão de Valores Mobiliários poderá classificar as companhias abertas em categorias, segundo as espécies e classes dos valores mobiliários por ela emitidos negociados no mercado, e especificará as normas sobre companhias abertas aplicáveis a cada categoria.

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – V.

47. Qual é a Lei que apresenta uma legislação básica da Contabilidade Pública, para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços Públicos?

- (A) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- (B) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1966.
- (C) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1976.
- (D) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1988.
- (E) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1996.

48. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado. Quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, onde os avisos, contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez?

- (A) No Diário Oficial do Estado ou Distrito Federal.
- (B) No Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação no Estado e, também, se houver, em jornal de circulação no Município onde será realizada a obra, ou prestado o serviço.
- (C) No Diário Oficial do Distrito Federal.
- (D) No Diário Oficial do Estado ou Distrito Federal e em jornal diário de grande circulação no Estado e, também, se houver, em jornal de circulação no Município onde será realizada a obra, ou prestado o serviço.
- (E) Em jornal diário de grande circulação no Município onde será realizada a obras ou prestado o serviço.

49. Pode-se ter operações de concentração de sociedade agregando as ações de uma sociedade ao patrimônio de outra. Como é denominada a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações?

- (A) Cisão.
- (B) Comunhão.
- (C) Fusão.
- (D) Operação.
- (E) Incorporação.

50. Como se denomina o negócio plurilateral que tem por finalidade a união do patrimônio de duas ou mais sociedades para formar uma sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações?

- (A) Rolding.
- (B) Controladora.
- (C) Fusão.
- (D) Incorporação.
- (E) Cisão.

51. Conforme a Lei de Licitação, no Art. 54, “Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado”. São cláusulas necessárias em todo contrato de licitação, EXCETO

- (A) o objeto e seus elementos característicos.
- (B) o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- (C) os preços, as condições de pagamento, os critérios, data base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
- (D) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso.
- (E) a desvinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.

52. Assinale a alternativa correta que contempla o conceito de “campo de aplicação” da Contabilidade Pública, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, segundo a NBC T 16.

- (A) Todas as fundações privadas sem fins lucrativos.
- (B) Todas as organizações da sociedade civil de interesse público.
- (C) Todos os órgãos e entidades da Administração pública direta e indireta, exceto as empresas estatais dependentes.
- (D) Todas as entidades do setor público.
- (E) Parcialmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais.

53. Em relação a todas as receitas públicas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, assinale a assertiva correta.

- (A) Classificam-se como derivadas as receitas públicas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela administração pública.
- (B) As receitas de capital arrecadadas em um exercício, à medida que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, causam efeito positivo sobre o patrimônio líquido, financiando os objetivos definidos nos programas e ações das políticas públicas.
- (C) A contribuição para financiamento da seguridade social classifica-se como receita tributária, conforme a legislação orçamentária em vigor no país.
- (D) A arrecadação caracteriza-se pela “Entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores, aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro”.
- (E) As receitas públicas correspondem aos ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, ao passo que as receitas orçamentárias representam entradas compensatórias sujeitas à autorização legislativa.

54. De acordo com a Lei que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, os Municípios e do Distrito Federal, a classificação da receita obedecerá ao seguinte esquema, EXCETO

- (A) Receitas Correntes; Receita Tributária; Impostos; Taxas; Contribuições de Melhoria; Receita de Contribuições; Receita Patrimonial.
- (B) Receitas de Capital: Transferências de Capital; Outras Receitas de Capital.
- (C) Dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (D) Receitas de Capital: Operações de Crédito; Alienação de Bens; Amortização de Empréstimos.
- (E) Receita Agropecuária; Receita Industrial; Receita de Serviços; Transferências Correntes.

55. Assinale a alternativa que se refere às Despesas Correntes, conforme classificadas nas categorias econômicas.

- (A) Despesas de Custeio e Transferências Correntes.
- (B) Despesas de Custeio e Investimentos.
- (C) Inversões Financeiras e Transferências Correntes.
- (D) Transferência de Capital e Transferências Correntes.
- (E) Inversões Financeiras e Despesa de Custeio.

56. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, no que se refere à “Fiscalização da Gestão Fiscal”, fiscalizarão o cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, com ênfase no que se refere

- (A) a condições sem limites para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
- (B) à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, sem levar em conta as restrições constitucionais e as dessa Lei Complementar.
- (C) à liberação do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.
- (D) ao atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) a provocar aumento da despesa com pessoal, não atendendo o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

57. Assinale a alternativa correta que a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece como despesa total com pessoal.

- (A) O somatório dos gastos com gratificações e vantagens pessoais de qualquer natureza de empresas privadas que efetuam doações para entidades sem fins lucrativos.
- (B) O somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas.
- (C) Pagamento da folha para pessoal de empresas vencedoras de licitação pública.
- (D) O somatório dos gastos com gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza de empresas vencedoras de licitação pública.
- (E) O somatório dos gastos com pagamento para pessoal de empresas contratadas.

- 58. Tendo por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no Balanço Patrimonial da contabilidade das entidades públicas, o ativo é dividido em dois grupos. Quais são eles?**
- (A) Financeiro e não financeiro.
 (B) Financeiro e permanente.
 (C) Circulante e permanente.
 (D) Circulante e investimentos.
 (E) Circulante e não circulante.
- 59. O SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Assinale a alternativa que NÃO se caracteriza como um dos principais objetivos do SIAFI?**
- (A) Integrar e compatibilizar todas as informações no âmbito Municipal.
 (B) Permitir o controle da dívida interna e externa, bem como o das transferências negociadas.
 (C) Padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos.
 (D) Prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública.
 (E) Fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal.
- 60. Pelas normas brasileiras da legislação societária e também de acordo com a Deliberação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos por qual regime?**
- (A) Prudência.
 (B) Proficiência.
 (C) Caixa.
 (D) Competência.
 (E) Jurisprudência.
- 61. A Lei nº 6.404/76 dispõe sobre a normatização das Sociedades por Ações. Entretanto essa sofreu alterações nas regras contábeis e foram introduzidos novos dispositivos. Qual foi a lei que promoveu essas alterações?**
- (A) A lei 11.638/08, promulgada em 28 de dezembro de 2008.
 (B) A lei 11.638/07, promulgada em 28 de dezembro de 2007.
 (C) A lei 11.836/07, promulgada em 28 de dezembro de 2007.
 (D) A lei 11.836/08, promulgada em 28 de dezembro de 2008.
 (E) A lei 11.638/09, promulgada em 28 de dezembro de 2009.
- 62. A estrutura conceitual do IASB estabelece os conceitos que fundamentam a preparação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos. Assinale a alternativa que evidencia o que a estrutura conceitual do IASB tem por finalidade.**
- (A) Dar parecer sobre o desenvolvimento de novos pronunciamentos técnicos e à revisão de pronunciamentos existentes.
 (B) Determinar a harmonização das regras, padrões contábeis e pronunciamentos.
 (C) Dar suporte aos reguladores internacionais no desenvolvimento de regras locais.
 (D) Dar suporte aos preparadores de demonstrações financeiras na aplicação das normas nacionais.
 (E) Auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com as normas internacionais.
- 63. A IAS 1 é uma norma internacional de contabilidade para apresentação de Demonstrações Financeiras que tem papel de expor como a gerência controla os recursos a ela confiados. Para atender esse objetivo, a IAS 1 exige que as demonstrações financeiras forneçam os dados acerca de uma entidade. Quais são esses dados?**
- (A) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários; e fluxos de caixa.
 (B) Receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários; e fluxos de caixa.
 (C) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários.
 (D) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas.
 (E) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas, contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários.

64. A IAS 1, como norma internacional de contabilidade, descreve sobre um conjunto completo de demonstrações financeiras. Assinale a alternativa correta que faz parte desse conjunto completo de demonstrações financeiras sob as diretrizes da IAS 1.

- (A) Uma demonstração da posição financeira na data de abertura do período.
- (B) Uma demonstração do resultado não abrangente para o período (substituindo a demonstração de resultado).
- (C) Uma demonstração das mutações no patrimônio líquido que mostre: I) todas as mutações no patrimônio líquido, ou II) mutações no patrimônio líquido diferentes das mutações provenientes de transações com acionistas que estejam agindo dentro de suas funções.
- (D) Uma demonstração de fluxo de caixa livre de desconto.
- (E) Uma Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos – DOAR.

65. Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, no seu sentido mais amplo de ciência social, ela tem um objeto. Assinale a alternativa que evidencia o objeto da contabilidade.

- (A) O gerenciamento contábil das entidades.
- (B) A apuração do lucro das entidades.
- (C) Geração de relatórios a seus proprietários.
- (D) O controle das entidades.
- (E) O patrimônio das entidades.

66. Considerando que uma empresa comercial realiza uma venda de mercadorias. Essa ação é considerada um fato contábil recorrente. Partindo dessa premissa, é correto afirmar que a venda de mercadorias é um fato contábil

- (A) diminutivo.
- (B) misto.
- (C) modificativo.
- (D) permutativo.
- (E) aumentativo.

67. Uma empresa que possui Duplicatas a Receber registradas em seu Ativo Circulante realiza um desconto de duplicatas em um determinado montante. Considerando que a operação de desconto foi realizada com duplicatas que tinham vencimentos futuros (120

dias), o valor dos juros descontados a serem reconhecidos no ato da operação devem ser contabilizados como

- (A) despesas financeiras no Resultado.
- (B) conta redutora das duplicatas descontadas no Ativo.
- (C) conta redutora das Receitas, no Resultado.
- (D) despesa antecipada, no Ativo Circulante.
- (E) conta redutora das duplicatas descontadas no Passivo.

68. No processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, tem-se a adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro. O objetivo da IFRS 1 é assegurar que as primeiras demonstrações contábeis e seus relatórios financeiros intermediários contenham informações de alta qualidade. Em relação ao tema, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Sejam transparentes para os usuários e comparáveis em todos os períodos apresentados.
- () Forneçam um ponto de partida adequado para a contabilização de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRSs).
- () Possam ser geradas independentemente do custo para atender as Normas.

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – F.

69. De acordo com a Constituição Brasileira, no que se refere aos Orçamentos Públicos, iniciar o processo legislativo das matérias pertinentes ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e aos Orçamentos Anuais é de competência do Poder

- (A) Executivo.
- (B) Tributário.
- (C) Legislativo.
- (D) Deliberativo.
- (E) Judiciário.

- 70. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público. Qual é o objeto da contabilidade aplicada ao Setor Público?**
- (A) O orçamento público.
 - (B) O balanço patrimonial do setor público.
 - (C) As finanças do setor público.
 - (D) O patrimônio público.
 - (E) A dívida pública.
- 71. No setor público, a contabilidade mantém o registro das receitas e despesas orçamentárias realizadas, e essas receitas e despesas orçamentárias são executadas, no exercício financeiro,**
- (A) pelo regime misto, sendo as receitas incorridas conforme seu fato gerador e as despesas legalmente empenhadas.
 - (B) pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.
 - (C) pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente fixadas no orçamento.
 - (D) pelo regime misto, sendo as receitas recebidas e as despesas legalmente liquidadas.
 - (E) pelo regime de caixa, sendo as receitas recebidas e as despesas legalmente pagas.
- 72. Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, para elaboração e execução do orçamento, estabeleceu-se o conceito de exercício financeiro, que coincidirá com o calendário**
- (A) civil.
 - (B) financeiro.
 - (C) eleitoral.
 - (D) fiscal.
 - (E) comercial.
- 73. Considerando que o patrimônio público é dinâmico, podendo ser afetado por vários fatores, as mutações no patrimônio público precisam ser registradas. Esses registros são efetuados por meio da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Com base nessa afirmação, assinale a alternativa que corresponde ao que é evidenciado pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).**
- (A) Registra as alterações físicas feitas em cada componente do Patrimônio Líquido.
 - (B) Evidencia a situação de mudanças relevantes no patrimonial da entidade pública.
 - (C) Evidencia as variações quantitativas e qualitativas resultantes e as independentes da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial.
 - (D) Registra a movimentação econômica das entidades públicas, como também as eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do financiamento dos serviços públicos.
 - (E) Demonstra os gastos públicos realizados, confrontando-os com o orçamento inicial.
- 74. Conforme a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, a auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo**
- (A) a emissão de parecer sobre a sua adequação quanto aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.
 - (B) a emissão de parecer sobre erros que não contemplam as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.
 - (C) a emissão de parecer sobre fraudes relacionadas à legislação específica.
 - (D) a emissão de parecer sobre erros e fraudes, que afetam os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.
 - (E) a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.

75. A execução dos trabalhos de auditoria devem seguir normas e ter um planejamento. O planejamento deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos. Assinale a alternativa correta que evidencia um fator relevante para a execução dos trabalhos de auditoria.

- (A) A ausência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas.
- (B) A natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados.
- (C) Não utilizar os trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos.
- (D) A realização do trabalho sem a necessidade de atender prazos estabelecidos por entidades reguladoras ou fiscalizadoras, para realizar um bom trabalho.
- (E) Divulgar e comentar sobre o sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade.

76. Conforme NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, o “Parecer dos Auditores Independentes” ou “Parecer do Auditor Independente” é o documento mediante o qual

- (A) o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre a situação da entidade objeto da auditoria.
- (B) o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as fraudes nas demonstrações contábeis nele indicadas.
- (C) o auditor evidencia, de forma clara e objetiva, os erros sobre as demonstrações contábeis nele indicadas.
- (D) o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis nele indicadas.
- (E) o auditor demonstra, de forma clara e objetiva, a situação da entidade, objeto da auditoria.

77. Na condução da Auditoria em conformidade com as Normas de Auditoria, o Auditor Independente deve ter como objetivo

- (A) expressar sua opinião, informando se as demonstrações contábeis foram elaboradas independentemente e se estão livres de distorção relevante.
- (B) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se com os CFCs, conforme as necessidades do auditor.
- (C) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se, como exigido pelas NBCs TA, em conformidade com as constatações do auditor.
- (D) informar aos gestores se as demonstrações contábeis foram elaboradas com fraudes, em todos os aspectos relevantes.
- (E) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se com os CRCs, em conformidade com as constatações do auditor.

78. Uma determinada empresa, ao encerrar a folha de pagamento no dia 30 de novembro de 2017, apresentou as seguintes informações, cujos valores foram contabilizados no mesmo dia, de acordo com o regime de competência:

Salário	INSS	IRRF	Provisão Férias	Provisão 13º	Líquido a pagar
8.000,00	608,44	2.032,68	888,87	666,66	5.358,88

Considerando somente essas informações apresentadas e que a empresa utilizou alíquota de 8% no cálculo do FGTS, o valor da despesa de FGTS, contabilizado no dia 30 de novembro de 2017, em reais, é

- (A) 428,71.
- (B) 591,32.
- (C) 640,00.
- (D) 693,33.
- (E) 764,44.

- 79. A NBC T 19.6 trata da Reavaliação de Ativos e estabelece critérios e procedimentos para registro contábil e divulgação da reavaliação do ativo imobilizado. Assinale a alternativa que expressa corretamente um critério de avaliação.**
- (A) A contabilização da reavaliação deve ser efetuada com base em laudo fundamentado que indique os critérios de avaliação e os elementos de comparação adotados.
- (B) A reavaliação deve observar o princípio da entidade, ou seja, levar em conta o pressuposto da entidade em marcha e considerar a efetiva possibilidade de recuperação dos ativos em avaliação mediante seu uso.
- (C) A reavaliação deve ser baseada em valor de moeda internacional.
- (D) A reavaliação se destina ao cálculo do valor futuro potencial dos ativos e ao seu valor de saída (valor de venda ou liquidação).
- (E) Para os bens sujeitos à depreciação, exaustão ou amortização, no laudo de avaliação, é opcional a indicação da vida útil econômica remanescente, visando à definição das futuras taxas de depreciação, exaustão ou amortização.
- 80. Os fundamentos da perícia contábil são um dos meios de prova que se utilizam para identificar, no processo judicial ou arbitral, os aspectos essenciais à formação de uma decisão e sentenças. Um dos fundamentos é a objetividade. Em relação ao assunto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**
- () Afasta os critérios de juízo de valor, prevalecendo o juízo de realidade científica contábil.
- () É um conjunto de dados estatísticos, oriundos da ideologia da contabilidade, como os princípios contábeis e convenções, aplicados pelo cientista contábil e desenvolvido pelos professores doutores.
- () Implica em uma longa exposição das ideias, utilizando o máximo de palavras possível.
- (A) F – V – F.
(B) V – F – F.
(C) V – V – F.
(D) F – F – F.
(E) F – F – V.
- 81. No que se refere à Perícia Contábil, e de acordo com a NBC T 13 – da Perícia Contábil, assinale a alternativa que NÃO se refere a conceitos e objetivos da Perícia Contábil.**
- (A) A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.
- (B) A perícia contábil, tanto a judicial, como a extrajudicial e a arbitral, é de competência exclusiva de Contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.
- (C) Os procedimentos realizados de perícia contábil fundamentam as conclusões no laudo pericial contábil.
- (D) Nos casos em que a legislação admite a perícia interprofissional, aplica-se o item da alternativa B exclusivamente às questões contábeis, segundo as definições contidas na Resolução CFC n.º 560/83.
- (E) A presente Norma aplica-se ao perito-contador nomeado em Juízo, ao contratado pelas partes para a perícia extrajudicial ou ao escolhido na arbitragem; e, ainda, ao perito-contador assistente indicado ou contratado pelas partes.
- 82. Para fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, serão considerados alguns procedimentos, conforme a NBC T 13 – da Perícia Contábil. Assinale a alternativa que se refere corretamente aos procedimentos da Perícia Contábil.**
- (A) Vistoria, observação, certificação, exame, investigação, estimacão e previsão.
- (B) Indagação, fiscalização, exame, vistoria, arbitramento, previsão, pesquisa, aferição e avaliação.
- (C) Investigação, estimacão, indagação, mensuração, avaliação, e certificação.
- (D) Exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.
- (E) Arbitramento, pesquisa, apreciação, previsão, arbitramento, mensuração, avaliação e estimacão.

- 83. No Brasil, a lei de orçamentos (nº 4.320/64) deve obedecer a alguns princípios. Quais são esses princípios?**
- (A) Princípios da universalidade, anualidade e competência.
 - (B) Princípios da competência, unidade e anualidade.
 - (C) Princípios da anualidade, diversidade e universalidade.
 - (D) Princípios da diversidade, unidade e competência.
 - (E) Princípios de unidade, universalidade e anualidade.
- 84. O processo Orçamentário é contínuo, dinâmico e flexível. Esse período de tempo em que se lavram as atividades características do orçamento público de elaboração, aprovação, execução e controle é chamado de**
- (A) ciclo orçamentário.
 - (B) programação orçamentária.
 - (C) metas orçamentárias.
 - (D) cronograma orçamentário.
 - (E) aglutinação orçamentária.
- 85. No Decreto-Lei nº 200/67, está prevista uma classificação de despesas com uma série de funções de Estado, desdobradas em programas de governo, que fazem a ligação entre os planos e o orçamento a ser executado no exercício. Como é chamado esse orçamento?**
- (A) Orçamento base zero.
 - (B) Orçamento participativo.
 - (C) Orçamento-programa.
 - (D) Orçamento incremental.
 - (E) Orçamento de desempenho.
- 86. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP – é estruturado para facilitar a análise das informações conforme as**
- (A) Naturezas de Informação Governamental, Gerencial e de Controle.
 - (B) Naturezas de Informação Orçamentária, Administrativa e Discriminativa.
 - (C) Naturezas de Informação Discriminativa, Gerencial e de Controle.
 - (D) Naturezas de Informação Orçamentária, Patrimonial e de Controle.
 - (E) Naturezas de Informação Patrimonial, Gerencial e de Controle.
- 87. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP –, existem atributos da conta contábil que são características próprias que a distingue de outras contas do plano de contas. Quais são esses atributos?**
- (A) Código, indicador, natureza da conta e título.
 - (B) Código, título, função e natureza do saldo.
 - (C) Código, natureza da conta, fonte e título.
 - (D) Código, referência, função e fonte.
 - (E) Código, fonte, natureza do saldo e indicador.
- 88. Considerando a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PP 01, de 27 de fevereiro de 2015, a qual trata sobre o Perito Contábil, assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) Perito é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada.
 - (B) Perito oficial é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão.
 - (C) Perito-facultativo é nomeado pelo juiz, autoridade pública ou privada para fazer parte em perícias contábeis.
 - (D) Perito do juízo é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil.
 - (E) Perito-assistente é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis.
- 89. Existem determinadas situações em que o Perito Contábil está impossibilitado de exercer, regularmente, sua atividade pericial em processo judicial. Assinale a alternativa que expressa quando o Perito Contador deve declarar-se em suspeição.**
- (A) O perito contador não tem motivo íntimo.
 - (B) O perito contador não conhece nenhuma das partes.
 - (C) O perito contador não deve ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau
 - (D) O perito contador não houver qualquer interesse no julgamento da causa em favor de alguma das partes.

(E) O perito contador ser inimigo capital de qualquer das partes.

90. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

No desempenho da função de Perito Contador, o profissional deve ter zelo. O termo “zelo”, refere-se ao cuidado que ele deve dispensar na execução de suas tarefas, em relação à sua conduta, documentos, tratamento dispensado às autoridades, de forma que seu trabalho levado a bom termo e, conseqüentemente, o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil dignos de fé pública.

O zelo profissional do perito na realização dos trabalhos periciais compreende:

- () cumprir os prazos fixados pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial, inclusive arbitral.
- () prestar os esclarecimentos determinados pela autoridade competente, respeitados os prazos legais ou contratuais.
- () ser receptivo aos argumentos e críticas, mas mantendo firme seu posicionamento anterior, sem ratificar ou retificar.
- () ser prudente, no limite dos aspectos técnico-científicos, e atento às conseqüências advindas dos seus atos.

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – V – F – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) V – F – V – V.
- (E) F – V – V – V.

91. O regime de capitalização dos juros simples tem como regra a incidência da taxa de juros sempre sobre o valor presente. Por exemplo: em uma aplicação inicial, ou valor presente de \$ 6.000, aplicado por um período de tempo de 5 meses a uma taxa de 2%, qual é o Valor Futuro em reais no final do 3.º e 5.º período, respectivamente?

- (A) 6.240,00 e 6.800,00.
- (B) 6.360,00 e 6.600,00.
- (C) 6.360,00 e 6.800,00.
- (D) 6.480,00 e 6.600,00.
- (E) 6.120,00 e 6.600,00.

92. O regime de capitalização dos juros compostos tem como regra a incidência da taxa de juros sempre sobre o montante anterior. Por exemplo: em uma aplicação inicial, ou valor presente de \$ 6.000, aplicado por um período de tempo de 5 meses a uma taxa de 2%, qual é o Valor Futuro em reais no final do 2.º e 4.º período, respectivamente?

- (A) 6.242,00 e 6.367,00.
- (B) 6.120,00 e 6.495,00.
- (C) 6.242,00 e 6.624,00.
- (D) 6.242,00 e 6.495,00.
- (E) 6.367,00 e 6.495,00.

93. Tratando-se de orçamento público, a matéria pertinente à receita vem disciplinada no Art. 3º da Lei nº 4.320/1964, com a seguinte redação: “A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.” Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, conceitualmente, a receita pode ser

- (A) efetiva ou não-efetiva.
- (B) retroativa ou projetada.
- (C) efetiva ou retroativa.
- (D) retroativa ou não-efetiva.
- (E) não-efetiva ou projetada.

94. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Assinale a alternativa que trata “exclusivamente” das Receitas Correntes.

- (A) As receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
- (B) Os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
- (C) O superávit do Orçamento Corrente.
- (D) As receitas da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- (E) As receitas tributárias de contribuições, patrimonial e agropecuária.

95. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Assinale a alternativa que trata “exclusivamente” das Receitas de Capital.

- (A) As receitas tributárias de contribuições.
- (B) As receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- (C) As receitas de serviços e outras.
- (D) As receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- (E) As receitas industrial e afins.

96. No orçamento público, as despesas são classificadas nas seguintes categorias econômicas, conforme o Art 12 da Lei nº 4.320/1964: Despesas Correntes e Despesas de Capital. Assinale a alternativa que trata de Despesa Corrente.

- (A) Constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
- (B) As dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento.
- (C) As dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
- (D) As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas.
- (E) As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

97. As despesas públicas são classificadas nas seguintes categorias econômicas, conforme o Art 12 da Lei nº 4.320/1964: Despesas Correntes e Despesas de Capital. Assinale a alternativa correta que trata de Despesa de Capital.

- (A) As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- (B) Subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- (C) Subvenções destinadas a atender a manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- (D) As dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições.
- (E) Subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

98. A Lei nº 8.666/93, trata das Licitações e suas modalidades. Através da Lei nº 10.520/02, foi instituída uma nova modalidade de licitação. Assinale a alternativa em que um dos itens NÃO é modalidade de licitação.

- (A) Pregão; convite; tomada de preços.
- (B) Concurso; concorrência; leilão.
- (C) Convite; leilão; combinação.
- (D) Tomada de preço; concorrência; convite.
- (E) Concorrência; tomada de preços; leilão.

99. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta. Para a habilitação nas licitações, exigir-se-á dos interessados determinada documentação. São documentos para habilitação nas licitações:

- () habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômica-financeira.
- () qualificação técnica; qualificação econômica-financeira; regularidade fiscal.
- () habilitação jurídica; qualificação técnica; habilitação exclusiva.

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – F.

100. Os anteriormente chamados de Princípios Fundamentais de Contabilidade tiveram sua redação alterada para Princípios da Contabilidade. Com base nos Princípios da Contabilidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O Princípio da Oportunidade refere-se aos registros patrimoniais para produzir dados aparentemente corretos.
- (B) Competência é o princípio que atualiza dados na contabilidade.
- (C) O princípio da Competência é o princípio que indica que determinadas transações e outros eventos sejam reconhecidos nos recebimentos.
- (D) O Princípio da Continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro.
- (E) O Princípio do Valor Original sugere que o patrimônio líquido é registrado em moeda de qualquer nacionalidade.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA - ITEP



M3026003N



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017

NÍVEL SUPERIOR - MANHÃ

PERITO CRIMINAL - CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Discursiva de Estudo de Caso	02
Língua Portuguesa	01 a 10
Informática	11 a 15
Noções de Direito Penal e Direito Processual Penal	16 a 20
Noções de Criminalística	21 a 28
Identificação Humana	29 a 30
Noções de Medicina Legal	31 a 37
Noções de Odontologia Legal	38
Documentos Técnicos	39 a 40
Conhecimentos Específicos	41 a 100

PROVA 03

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE A SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.

2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●

3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinarem o envelope de retorno.

4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.

5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AACP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.

6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha a emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime!

Previsto no art. 311 - A do Código Penal

INSTRUÇÕES

A prova discursiva será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento ao tema proposto na questão;
2. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
3. Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão;
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua prova Discursiva de Estudo de Caso avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a. não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b. manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c. apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d. redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e. não apresentar a questão redigida na FOLHA DA VERSÃO DEFINITIVA ou entregar em branco;
- f. apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

O candidato disporá de, no mínimo, 10 (dez) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta de cada questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas permitida para a elaboração de seu texto.

DISCURSIVA - RASCUNHO

1. Um Juiz nomeou um Perito, com habilitação profissional, para auxiliá-lo, em um processo judicial, na dissolução de uma sociedade empresarial. Discorra sobre a habilitação profissional do Perito Contador para estar apto a realizar esse trabalho.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____

16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

2. Na prática, quando um Perito Contador é nomeado para a realização de uma perícia contábil, esta poderá ser em uma entidade pública ou privada. Discorra sobre os conhecimentos técnicos que o perito contador deve ter sobre despesa pública, citando e explicando suas categorias econômicas, para realizar uma perícia.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____

18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

Insulto, logo existo

Leandro Karnal

No momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver engenho e arte

A crítica e o contraditório são fundamentais. Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências nasceu do questionamento de paradigmas. Sociedades abertas crescem mais do que sociedades fechadas. A base da democracia é a liberdade de expressão. Sem oposição, não existe liberdade.

Uma crítica bem fundamentada destaca dados que um autor não percebeu. Um juízo ponderado é excelente. Mais de uma vez percebi que um olhar externo via melhor do que eu. Inexiste ser humano que não possa ser alvo de questionamento. Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero poderia cochilar (QuandoquebonusdormitatHomerus - ArsPoetica, 359). A crítica pode nos despertar.

Como saber se a avaliação é boa? Primeiro: ela mira no aperfeiçoamento do conhecimento e não em um ataque pessoal. A boa crítica indica aperfeiçoamento. Notamos, no arguidor sincero, uma diminuição da passionalidade. Refulgem argumentos e dados. Mínguem questões subjetivas. Há mais substantivos e menos adjetivos. Não digo o que eu faria ou o que eu sou. Indico apenas como algo pode ser melhor e a partir de quais critérios. Que argumentos estão bem fundamentados e quais poderiam ser revistos. Objetividade é um campo complexo em filosofia, mas, certamente, alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo.

Duas coisas ajudam na empreitada. A primeira é conhecimento. Há um mínimo de formação. Não me refiro a títulos, mas à energia despendida em absorver conceitos. Nada posso dizer sobre aquilo do qual nada sei. Pouco posso dizer sobre o que escassamente domino. A segunda é a busca

da impessoalidade. Critico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho. Examino a obra em si, não a obra que eu gostaria de ter feito ou a que me incomoda pelo simples sucesso da sua existência. Critico o defeito e não a luz. [...]

Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/insulto-logo-existo-por-leandro-karnal>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

1. Assinale a alternativa em que o vocábulo entre parênteses pode substituir o vocábulo em destaque nas frases retiradas do texto, sem gerar alterações de sentido nesse contexto.

- (A) No subtítulo: “No momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver **engenho** e arte” (labor).
- (B) No primeiro parágrafo: “Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências nasceu do questionamento de **paradigmas**” (padrões).
- (C) No terceiro parágrafo: “Notamos, no **arguidor** sincero, uma diminuição da passionalidade” (amigo).
- (D) No terceiro parágrafo: “**Refulgem** argumentos e dados.” (selecionam-se).
- (E) No quarto parágrafo: “Duas coisas ajudam na **empreitada**.” (dificuldade).

2. É correto afirmar que o texto “Insulto, logo existo” é

- (A) expositivo e compõe uma reportagem, gênero caracterizado pela abrangência, impessoalidade e formalidade.
- (B) descritivo e compõe uma crônica, gênero caracterizado pela sequenciação informal de fatos que ocorrem cotidianamente.
- (C) injuntivo e compõe uma resenha crítica, gênero caracterizado pela exposição de um julgamento de valor a partir de um intertexto.
- (D) opinativo e compõe um conto, gênero composto por uma trama permeada de elementos que confirmam o ponto de vista do autor.
- (E) argumentativo e compõe um artigo de opinião, gênero que apresenta um encadeamento das ideias com a finalidade de defender uma opinião e convencer o interlocutor.

3. Assinale a alternativa em que o elemento sublinhado é uma conjunção integrante.

- (A) “No momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver engenho e arte.”
- (B) “Examino a obra em si, não a obra que eu gostaria de ter feito [...]”.
- (C) “Sociedades abertas crescem mais do que sociedades fechadas.”
- (D) “Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero poderia cochilar [...]”.
- (E) “Inexiste ser humano que não possa ser alvo de questionamento.”

4. Assinale a alternativa que apresenta uma metáfora.

- (A) “Critico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho.”
- (B) “Um juízo ponderado é excelente.”
- (C) “Indico apenas como algo pode ser melhor e a partir de quais critérios.”
- (D) “Nada posso dizer sobre aquilo do qual nada sei.”
- (E) “Não digo o que eu faria ou o que eu sou.”

5. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Não me refiro a títulos, mas à energia despendida em absorver conceitos.”, a crase ocorre pela contração da preposição exigida pela regência do verbo “referir-se” e do artigo feminino que antecede o substantivo “energia”.
- (B) Em “Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências nasceu do questionamento de paradigmas.”, o verbo em destaque poderia estar no plural, concordando, assim, com o núcleo do sujeito “liberdades”.
- (C) Em “Nada posso dizer sobre aquilo do qual nada sei.”, o termo em destaque pode ser trocado por “cujo”, sem haver prejuízos gramaticais ou mudança de sentido.
- (D) Em “Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero poderia cochilar [...]”, as vírgulas são utilizadas para separar um aposto explicativo.
- (E) Em “Como saber se a avaliação é boa? Primeiro: ela mira no aperfeiçoamento do conhecimento e não em um ataque pessoal.”, os dois-pontos são utilizados para introduzir uma síntese do que foi dito anteriormente.

6. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Indico apenas como algo pode ser melhor e a partir de quais critérios. Que argumentos estão bem fundamentados e quais poderiam ser revistos.”, os termos em destaque são conjunções alternativas, que introduzem opções de complemento ao verbo “Indico”.
- (B) Em “Sociedades abertas crescem mais do que sociedades fechadas.”, o termo em destaque atua como pronome relativo, referindo-se a “sociedades abertas”.
- (C) Em “Inexiste ser humano que não possa ser alvo de questionamento.” e em “Examino a obra em si, não a obra que eu gostaria de ter feito”, os termos em destaque funcionam como pronomes relativos.
- (D) Em “Como saber se a avaliação é boa?”, o termo em destaque desempenha função de conjunção condicional, uma vez que o autor coloca uma condição para que a avaliação seja boa.
- (E) Em “Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero [...]”, o termo em destaque desempenha função de partícula expletiva ou de realce, tendo em vista que toda a oração introduzida por ele pode ser substituída por um substantivo.

7. Assinale a alternativa em que a divisão silábica de todas as palavras está correta.

- (A) In-sul-to; ex-pre-ssão; ques-ti-o-na-men-to.
- (B) So-cie-da-des; exa-mi-no; o-bra.
- (C) A-per-fe-i-ço-a-men-to; ques-tõ-es; con-tra-di-tó-rio.
- (D) A-va-li-a-ção; li-ber-da-de; ad-je-ti-van-do.
- (E) Ar-gui-dor; su-bs-tan-ti-vos; cer-ta-men-te.

8. Em “Objetividade é um campo complexo em filosofia, mas, certamente, alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo [...]”, os termos em destaque podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido, respectivamente por

- (A) porém, de fato.
- (B) conquanto, na verdade.
- (C) portanto, realmente.
- (D) ademais, mormente.
- (E) contudo, outrossim.

9. Em relação ao texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Para o autor, a objetividade da crítica está ligada ao tom pessoal que se dá a uma discussão, tendo em vista a abundância de adjetivações que devem existir para uma crítica relevante.
- (B) O autor destaca que o contraditório é a força motriz para a evolução das ideias, da sociedade e do conhecimento.
- (C) O foco do texto consiste na crítica à passividade com a qual as pessoas lidam com as ideias diferentes.
- (D) Uma avaliação satisfatória deve levar em conta a formação acadêmica e o conhecimento escasso daquele que refuta as ideias de outrem.
- (E) O rótulo é uma forma de oposição que segue o paradigma filosófico em direção ao desenvolvimento do conhecimento.

10. Considerando as informações do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O título do texto traz uma referência à citação “Penso, logo existo”. Por meio de tal intertextualidade, Leandro Karnal busca ironizar a filosofia de René Descartes, demonstrando uma forma de crítica subjetiva.
- (B) Quando o autor afirma “[...] Há mais substantivos e menos adjetivos.[...]”, compreende-se que a boa arguição prioriza classes de palavras ligadas à subjetividade, à percepção, ao julgamento e ao pensamento abstrato.
- (C) Afirmar que “[...] Critico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho.[...]” corrobora o que se diz em “[...] Mínguas questões subjetivas.[...]”.
- (D) O avanço das liberdades individuais é a causa de haver a possibilidade do questionamento de paradigmas.
- (E) Ao afirmar que “[...] alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo. [...]”, o autor busca demonstrar que o perfil objetivo é aquele que prioriza as relações pautadas mais na emoção do que na razão.

11. Um arquivo com a extensão .pptx pode ser editado por qual aplicativo?

- (A) Microsoft PowerPoint 2013.
- (B) Microsoft PowerPoint 2003.
- (C) LibreOffice Writer.
- (D) Microsoft Edge.
- (E) LibreOffice Draw.

12. Como são conhecidos os setores defeituosos em um HD?

- (A) Trilhas.
- (B) Root Sectors.
- (C) Bump roads.
- (D) Badblocks.
- (E) Partições.

13. Diferentemente do vírus, este malware não se propaga por meio da inclusão de cópias de si mesmo em outros programas ou arquivos, mas sim pela execução direta de suas cópias ou pela exploração automática de vulnerabilidades existentes em programas instalados em computadores. A que o enunciado se refere?

- (A) Rootkit.
- (B) Trojan.
- (C) Botnet.
- (D) Spyware.
- (E) Worm.

14. Considerando o aplicativo de escritório LibreOffice Calc (Versão 5 Instalação padrão em português), dada a tabela a seguir, o resultado da seguinte expressão seria

	A	B	C
1	10	20	30
2	30	40	20
3	50	60	40

MAIOR(A2:C2;2) * MÍNIMO(A1:A3)

- (A) 150.
- (B) 200.
- (C) 300.
- (D) 400.
- (E) 800.

15. Em um sistema operacional Linux, o que faz o comando mkdir?

- (A) Formata um dispositivo.
- (B) Verifica o conteúdo de um diretório.
- (C) Remove um arquivo.
- (D) Acessa o diretório pasta um nível acima.
- (E) Cria um diretório.

**NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DIREITO
PROCESSUAL PENAL**

16. Sobre a prisão temporária e a liberdade provisória, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A prisão temporária poderá ser decretada em face de representação da autoridade policial ou requerimento do Promotor de Justiça.
- (B) A prisão temporária poderá ser decretada de ofício pelo juiz.
- (C) A prisão temporária tem prazo determinado.
- (D) Não será concedida fiança nos crimes de racismo.
- (E) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.

17. Assinale a alternativa correta acerca da prova pericial.

- (A) Quando a infração deixar vestígios, a perícia somente é dispensável se o acusado confessar a prática do delito.
- (B) O exame de corpo de delito e outras perícias sempre deverão ser realizados por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- (C) Durante o curso do processo judicial não é admitida a indicação de assistente técnico, mas as partes podem formular quesitos ao perito
- (D) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo e subtração da coisa, a perícia pode ser substituída pela prova testemunhal.
- (E) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

18. A respeito da interceptação telefônica, assinale a alternativa correta.

- (A) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas, dentre outras

hipóteses, quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.

- (B) Será admitida a interceptação para investigar crimes punidos com detenção ou reclusão.
- (C) A interceptação das comunicações telefônicas somente poderá ser determinada pelo juiz a requerimento do Ministério Público.
- (D) Deferido o pedido, o juiz conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Delegado e ao Ministério Público, que poderão acompanhar a sua realização.
- (E) Constitui contravenção penal realizar interceptação de comunicações telefônicas sem autorização judicial.

19. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito policial é um procedimento judicial.
- (B) O inquérito policial é indispensável para a propositura de ação penal.
- (C) Os elementos de informação colhidos no inquérito policial não podem ser usados de forma exclusiva para fundamentar uma condenação.
- (D) Ao acusado é garantida a ampla defesa e o contraditório em todas as diligências do inquérito.
- (E) O representante do Ministério Público pode presidir um inquérito policial.

20. Nas eleições municipais, um candidato a Prefeito comprou o voto de um eleitor. Alguns dias depois, ele mandou matar uma testemunha daquele crime de compra de votos. O referido candidato perdeu as eleições. Nesse caso, assinale a alternativa correta acerca da competência.

- (A) Pelos dois crimes ele responderá na Justiça Eleitoral, que exerce "vis atractiva".
- (B) Pelos dois crimes ele responderá no júri Estadual, que exerce "vis atractiva".
- (C) Os processos serão separados e ele responderá pela compra de votos na Justiça Eleitoral e pelo homicídio no júri Estadual.
- (D) Pelos dois crimes ele responderá no Tribunal de Justiça.
- (E) Os processos serão separados e ele responderá pela compra de votos no Tribunal Regional Federal e pelo homicídio no Tribunal de Justiça.

NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA

21. Anselmo recebeu uma Requisição de Exame Pericial em 19/01/2017 cuja natureza delituosa versava sobre um homicídio e o objeto de perícia era o local do crime. Constava no documento a observação de que a vítima foi socorrida e entrou em óbito no hospital em decorrência de ferimentos provocados à estocada de uma faca de cozinha. Anselmo realizou a perícia no mesmo dia e expediu o laudo pericial em 02/02/2017. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Considerando que o instrumento utilizado no crime era do tipo cortante, é esperado que, em laudo pericial próprio, o Médico Legista descreva as lesões do cadáver como incisas ou fusiformes.
- (B) Na ausência de excepcionalidades, Anselmo expediu seu laudo pericial dentro do prazo legal.
- (C) Como as lesões descritas são normalmente pouco hemorrágicas, é provável que, no local, exista campo para exames envolvendo manchas de sangue.
- (D) Dentre os vestígios de interesse forense envolvidos nesse caso, é possível destacar a faca utilizada, eventuais impressões dígito-papilares presentes nesta e manchas de sangue da vítima.
- (E) A Requisição de Exame Pericial é o documento assinado por qualquer policial civil, no qual se mencionam os resultados da perícia.

22. Sobre os locais de crime, assinale a alternativa correta.

- (A) É dever do perito criminal dirigir-se ao local de crime, providenciando para que não sejam alterados o estado e conservação das coisas.
- (B) Quando os vestígios foram mantidos inalterados, desde a ocorrência dos fatos até o seu completo registro, o local de crime é classificado como inidôneo.
- (C) O local de crime imediato é onde se concentra a maior parte dos vestígios, enquanto o local mediato é a região adjacente à área imediata em que ocorreu o fato delituoso.
- (D) Todo local de crime consiste de um espaço físico, sendo inimaginável uma localidade virtual de onde se possam extrair vestígios.

- (E) Arrombamentos são comuns em locais de crimes relacionados à morte violenta, mas não aos crimes contra o patrimônio.

23. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma finalidade do levantamento de local de crime.

- (A) Buscar e reconhecer vestígios e elementos com potencial interesse para a produção da prova pericial.
- (B) Perpetuar a situação em que se encontrava o local, os vestígios e suas posições relativas, a fim de que possam, em qualquer tempo, serem exibidos como prova.
- (C) Registrar, sempre que possível, o local para permitir a instrução do laudo pericial com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.
- (D) Fotografar os cadáveres na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime.
- (E) Levar a termo as declarações das testemunhas em procedimento de interrogatório, constituído por duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.

24. Sobre os Postulados e Princípios da Criminalística brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o Princípio da Observação, também conhecido como Princípio de Locard, o vestígio, como toda matéria, é ponderável e, portanto, cabe ao perito criminal o reportar-se ao que vê (*visum et repertum*).
- (B) O Princípio da Interpretação, também conhecido por Princípio de Kirk, pode ser enunciado pela frase “Dois objetos podem ser indistinguíveis, mas nunca idênticos”.
- (C) O Princípio da Documentação não se relaciona ao registro cronológico de um vestígio, desde seu nascimento até sua disposição final, pois isso cabe à Cadeia de Custódia.
- (D) Sendo a verdade mutável em relação ao tempo, não se permite postular que a perícia criminal é independente do tempo.
- (E) Considerando que o teor de um laudo pericial é personalíssimo, então o conteúdo de um laudo pericial será variante de acordo com o perito criminal que o produzir.

25. O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (e alterações), representa os ritos da processualística criminal brasileira. Nesse Código de Processo Penal, há previsão de alguns exames periciais específicos. Assinale a alternativa na qual constam apenas exames periciais expressamente previstos no Código de Processo Penal.

- (A) Exame em letra e firma em documentos particulares, perícias de laboratório, exame de local, exame de instrumentos empregados para a prática de crime, verificação da causa de incêndios.
- (B) Exame para reconhecimento de escritos, descrição de vestígios nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, identificação de elementos que apontem a atividade de *hackers*.
- (C) Perícias de laboratório, microcomparação balística, verificação do local onde um incêndio começou.
- (D) Eficácia de arma de fogo, confronto de voz, extração de dados de discos rígidos, estimativa de área ambiental degradada.
- (E) Exame de reconhecimento de escritos, perícias de laboratório, microcomparação balística e confronto de voz.

26. Durante um levantamento de local de crime, o Perito Criminal constatou um cadáver em situação de enforcamento por suspensão completa. Populares afirmavam que a vítima era depressiva e que já havia tentado o suicídio antes. O perito, entretanto, estranhou a escassez de petéquias na conjuntiva ocular da vítima e sangramento oriundo da cavidade oral. Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- (A) No enforcamento, como modalidade de asfixia por constrição do pescoço, o sulco decorrente do laço e presente no pescoço da vítima é oblíquo e contínuo, portanto sem interrupção na altura do nó.
- (B) A afirmação de populares é suficiente para concluir pela hipótese de suicídio, independentemente de qualquer outro elemento de ordem material ou médico legal que possa ser avaliado no local ou no cadáver.

- (C) Petéquias são equimoses pontuais que eventualmente, podem estar associadas ao enforcamento quando presentes, por exemplo, na conjuntiva ocular.
- (D) São sinônimos de enforcamento, a esganadura e o estrangulamento.
- (E) Se o perito médico legista encontrar uma lesão perfurocontusa, de entrada, no palato da vítima, então a hipótese de suicídio por asfixia será a mais provável.

27. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta aquela(s) que se relaciona(m) corretamente com a Cadeia de Custódia e suas fases.

- I. **Ao chegar no local dos fatos, a autoridade policial deverá providenciar para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais, sendo que estes últimos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e discutirão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.**
- II. **É procedimento fundamental para garantir a idoneidade e a rastreabilidade dos vestígios, com vistas a preservar a confiabilidade e a transparência da produção da prova pericial até a conclusão do processo judicial.**
- III. **Após a liberação pelos peritos criminais, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato.**
- IV. **É iniciada no instante do planejamento da ação delitiva, antes mesmo da consumação do fato criminoso.**

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas I, II e IV.

28. Assinale a alternativa correta.

- (A) A Cadeia de Custódia é um procedimento relacionado à qualidade da prova material, sendo definida pelo conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

- (B) Uma vez que o vestígio seja identificado, fixado e coletado mediante procedimentos adequados de Cadeia de Custódia, será dispensável o exame de corpo de delito.
- (C) A perícia criminal consiste em um conjunto de procedimentos que envolve o uso do conhecimento científico como ferramenta na elucidação criminal, culminando com um documento denominado laudo pericial sobre o qual a autoridade judiciária ficará adstrita em sua sentença.
- (D) A fase interna da Cadeia de Custódia é inaugurada com a preservação de local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de indícios.
- (E) O rastreamento do vestígio é possível apenas na fase de transporte da Cadeia de Custódia.

IDENTIFICAÇÃO HUMANA

29. A antroposcopia e a antropometria tratam, respectivamente, de características

- (A) quantitativas e qualitativas.
- (B) qualitativas e subjetivas.
- (C) qualitativas e quantitativas.
- (D) objetivas e quantitativas.
- (E) subjetivas e qualitativas.

30. Considerando a estimativa de sexo em um esqueleto humano, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Os ossos da pelve são considerados os melhores marcadores biológicos para a estimativa de sexo.
- () Zonas de inserção muscular óssea acentuadas são características femininas.
- () O sulco pré-auricular é uma característica predominantemente feminina.
- () Os ossos da pelve exibem características que permitem realizar a estimativa de sexo desde a infância.

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) V – V – V – F.
- (E) V – F – V – F.

NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

31. O produto químico Aldicarbe é um carbamato, cuja formulação granulada já foi excluída do mercado brasileiro pela Anvisa, mas ele ainda é vendido ilegalmente em mercados populares com o nome de “chumbinho” e ainda é muito utilizado em envenenamentos de animais e por suicidas. Antes da proibição, o uso devido desse agente químico era como

- (A) agrotóxico (uso agrícola).
- (B) inseticida doméstico.
- (C) medicamento de uso controlado (necessitando de receita médica em duas vias para aquisição).
- (D) raticida.
- (E) componente de produtos desinfetantes (produto de limpeza).

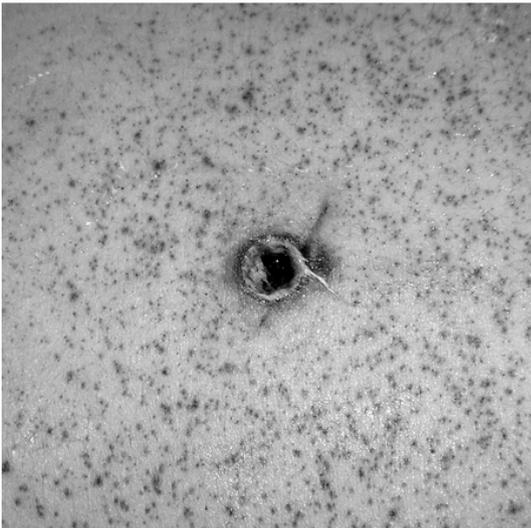
32. Para efeito de diagnóstico médico-legal, conforme o artigo 128 do Código Penal brasileiro, o aborto

- (A) é permitido e não configura crime, se praticado por médico em casos de malformação fetal, estupro e risco de vida à gestante.
- (B) é permitido e não configura crime, em casos de anencefalia fetal, estupro e risco de vida à gestante.
- (C) é permitido e não configura crime, se praticado por médico, quando a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou há risco à vida da gestante.
- (D) é crime em qualquer modalidade, embora não punível se praticado por médico, se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou quando não houver outra maneira de salvar a vida da gestante.
- (E) é crime em qualquer modalidade, embora não punível se praticado por médico em casos de malformação fetal, estupro e risco de vida à gestante.

33. Em relação à autópsia, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Autópsia é o exame do cadáver humano, que tem, entre outros objetivos, a finalidade de diagnosticar a causa médica da morte.
- (B) Na autópsia em caso de morte violenta, o exame externo do cadáver não basta para precisar a causa da morte, sendo obrigatório o exame interno.
- (C) Na autópsia médico-legal, entre outros objetivos, busca-se diagnosticar a causa médica da morte, o que pode favorecer a elucidação da sua causa jurídica.
- (D) A autópsia médico-legal, conforme determina a legislação atual, é obrigatória em casos de morte violenta.
- (E) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo.

A seguinte imagem, obtida em vítima fatal de um assalto a mão armada, ilustra uma lesão provocada por tiro. Responda as questões 34 e 35 com base nessa imagem.



34. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O orifício no centro apresenta orla de contusão e enxugo.
- (B) Existe halo de tatuagem.
- (C) O pontilhado que circunda amplamente o orifício resulta de grânulos de pólvora incombusta.
- (D) O pontilhado que circunda amplamente o orifício pode ser removido com pano úmido.
- (E) É uma lesão característica de entrada de projétil de arma de fogo.

35. Considerando a imagem, é correto afirmar, com toda a segurança, que

- (A) pode ser lesão de entrada ou de saída de projétil de arma de fogo, cujo diagnóstico depende de exame complementar.
- (B) a estimativa da distância de tiro é possível, mas depende de perícia balística, mediante disparos de prova com a mesma arma do crime e o mesmo tipo de munição.
- (C) o interesse pericial se concentra no orifício no centro da imagem, sendo os demais sinais irrelevantes para a perícia.
- (D) as características são típicas de tiro disparado a longa distância.
- (E) as características são, certamente, de projéteis de calibre .38 e similares, ou de maior calibre.

36. Sulco cervical oblíquo, de profundidade desigual e com área de interrupção, com fundo escoriado, comumente está presente em morte por

- (A) estrangulamento.
- (B) enforcamento.
- (C) sufocação direta.
- (D) sufocação indireta.
- (E) esganadura.

37. Como a Hipóstase é definida?

- (A) Manchas azuladas no rosto e na esclerótica (olho), presentes nos asfixiados, e às vezes em membros inferiores, conforme a modalidade de asfixia.
- (B) Coloração azulada das mucosas e da pele, em decorrência da anóxia produzida no cadáver, ao findar o consumo do oxigênio pelas últimas células e tecidos vivos.
- (C) Derrame sanguíneo não traumático, presente nas vísceras, em consequência da morte celular.
- (D) Manchas puntiformes avermelhadas ou arroxeadas, presentes na pleura visceral em asfixiados.
- (E) Coloração mais escura (arroxeadas ou avermelhadas) nas partes mais baixas do cadáver, em consequência da deposição do sangue nesses locais.

NOÇÕES DE ODONTOLOGIA LEGAL

- 38. Os documentos odontolegais são: atestados, relatórios e pareceres. O documento mais comumente produzido pelo cirurgião-dentista é o atestado. Em relação ao Atestado Odontológico, assinale a alternativa correta.**
- (A) O cirurgião-dentista não precisa descrever em qual horário o paciente esteve sob seus cuidados, podendo apenas escrever o período que esse paciente esteve em tratamento (manhã, tarde ou noite).
 - (B) O atestado odontológico pode ser realizado pela secretária do cirurgião-dentista, o qual apenas o assina.
 - (C) Fazer ou comercializar um atestado falso enquadra o cirurgião-dentista no Art.302 do Código Penal, cuja pena é detenção de 6 meses a 1 ano.
 - (D) O cirurgião-dentista não precisa descrever o diagnóstico ou ato odontológico ao qual o paciente foi submetido (salvo se esse paciente pedir, sugerindo-se, assim, colocar somente o CID).
 - (E) O acompanhante do paciente tem direito a receber um atestado odontológico feito pelo cirurgião-dentista, da mesma forma que o paciente recebeu, com os mesmos elementos, menos o CID, constando apenas que acompanhou o paciente na consulta.

DOCUMENTOS TÉCNICOS

- 39. A Notificação Compulsória é obrigatória nos casos de algumas doenças (de saúde pública constantes nas Portarias 204 e 205, de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde) e em alguns eventos de violência. Ela deve ser realizada, por exemplo, nos seguintes casos:**
- (A) doenças infectocontagiosas, acidentes de trabalho, herpes.
 - (B) violência à criança, violência à mulher, violência ao idoso.
 - (C) acidente de trânsito, acidente do trabalho, acidente doméstico.
 - (D) HIV, sífilis, alcoolismo.
 - (E) estupro, câncer, AIDS.

- 40. Em relação à Notificação Compulsória, assinale a alternativa correta.**
- (A) Não é obrigatória em casos de acidentes de trabalho.
 - (B) Está relacionada somente a casos em que ocorrem crimes contra a incolumidade pública, ou seja, somente nos casos de doenças infectocontagiosas.
 - (C) Deve sempre ser enviada em até 48 horas após o momento da suspeita inicial que se enquadra em uma ou mais das opções nas quais se obriga a sua realização.
 - (D) A pena para o médico que deixar de fazer a notificação à autoridade pública (omissão de notificação de doença), segundo o Art. 269 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40, é detenção de 6 (seis) meses a 2(dois) anos e multa.
 - (E) Uma vez verificada uma violência doméstica, tal fato deve ser notificado às autoridades competentes ou ao serviço de referência, não sendo necessário ser feito de forma sigilosa pelo profissional da área da saúde, pois o ato de violência oferece risco ao paciente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 41. Conforme a Legislação vigente de impostos sobre compras e vendas, incidentes nas mercadorias e serviços de transporte e comunicação, qual é a alternativa correta que trata desse imposto?**
- (A) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o IPTU.
 - (B) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o ICMS.
 - (C) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o IPVA.
 - (D) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o ITBI.
 - (E) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o ITVS.

42. O conjunto de termos específicos ou sistema de palavras são denominados de terminologia. Sobre a terminologia contábil utilizada em custos, no que se refere aos conceitos e classificações dos custos, assinale a alternativa correta.

- (A) Todo sacrifício financeiro que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro), é conceituado ou classificado como gasto.
- (B) Todo gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s) é conceituado ou classificado como desembolso.
- (C) Todo gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços é conceituado ou classificado como investimento.
- (D) Todo pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço é conceituado ou classificado como custo.
- (E) Todo gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s) é conceituado ou classificado como custo.

43. Considerando a administração financeira e orçamentária das entidades públicas e de acordo com a Lei de Controle dos Orçamentos, assinale a alternativa correta que evidencia como são classificados os créditos adicionais.

- (A) Complementares e extraordinários.
- (B) Complementares, especiais e ordinários.
- (C) Suplementares, ordinários e extraordinários.
- (D) Complementares e especiais
- (E) Suplementares, especiais e extraordinários.

44. No ato da contratação de um empréstimo ou financiamento, devemos optar por uma das alternativas de amortização da dívida. Em relação ao assunto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() **Considerando o sistema financeiro de amortização, os mais utilizados atualmente são o Sistema PRICE e o Sistema de Amortização Constante (SAC).**

() **No sistema SAC, o valor das prestações ou pagamentos são maiores no início e vão decrescendo até o final do período.**

() **No sistema PRICE, as prestações ou pagamentos vão aumentando à medida que o período vai chegando ao final.**

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – V.

45. Referente à Companhia Aberta e de acordo com a Lei 6.404/76, com Redação dada pela Lei nº 10.303, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() **Somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser negociados no mercado de valores mobiliários.**

() **Nenhuma distribuição pública de valores mobiliários será efetivada no mercado sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.**

() **A Comissão de Valores Mobiliários poderá classificar as companhias abertas em categorias, segundo as espécies e classes dos valores mobiliários por ela emitidos negociados no mercado, e especificará as normas sobre companhias abertas aplicáveis a cada categoria.**

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – V.

46. Qual é a Lei que apresenta uma legislação básica da Contabilidade Pública, para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços Públicos?

- (A) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- (B) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1966.
- (C) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1976.
- (D) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1988.
- (E) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1996.

47. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado. Quando se tratar de licitação feita por órgão ou

- entidade da Administração Pública Federal, onde os avisos, contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez?
- (A) No Diário Oficial do Estado ou Distrito Federal.
- (B) No Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação no Estado e, também, se houver, em jornal de circulação no Município onde será realizada a obra, ou prestado o serviço.
- (C) No Diário Oficial do Distrito Federal.
- (D) No Diário Oficial do Estado ou Distrito Federal e em jornal diário de grande circulação no Estado e, também, se houver, em jornal de circulação no Município onde será realizada a obra, ou prestado o serviço.
- (E) Em jornal diário de grande circulação no Município onde será realizada a obras ou prestado o serviço.
- 48. Pode-se ter operações de concentração de sociedade agregando as ações de uma sociedade ao patrimônio de outra. Como é denominada a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações?**
- (A) Cisão.
- (B) Comunhão.
- (C) Fusão.
- (D) Operação.
- (E) Incorporação.
- 49. Como se denomina o negócio plurilateral que tem por finalidade a união do patrimônio de duas ou mais sociedades para formar uma sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações?**
- (A) Rolding.
- (B) Controladora.
- (C) Fusão.
- (D) Incorporação.
- (E) Cisão.
- 50. Conforme a Lei de Licitação, no Art. 54, “Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado”.**

São cláusulas necessárias em todo contrato de licitação, EXCETO

- (A) o objeto e seus elementos característicos.
- (B) o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- (C) os preços, as condições de pagamento, os critérios, data base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
- (D) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso.
- (E) a desvinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.

51. Assinale a alternativa correta que contempla o conceito de “campo de aplicação” da Contabilidade Pública, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, segundo a NBC T 16.

- (A) Todas as fundações privadas sem fins lucrativos.
- (B) Todas as organizações da sociedade civil de interesse público.
- (C) Todos os órgãos e entidades da Administração pública direta e indireta, exceto as empresas estatais dependentes.
- (D) Todas as entidades do setor público.
- (E) Parcialmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais.

52. Em relação a todas as receitas públicas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, assinale a assertiva correta.

- (A) Classificam-se como derivadas as receitas públicas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela administração pública.
- (B) As receitas de capital arrecadadas em um exercício, à medida que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, causam efeito positivo sobre o patrimônio líquido, financiando os objetivos definidos nos programas e ações das políticas públicas.
- (C) A contribuição para financiamento da seguridade social classifica-se como receita tributária, conforme a legislação orçamentária em vigor no país.
- (D) A arrecadação caracteriza-se pela “Entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores, aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro”.
- (E) As receitas públicas correspondem aos ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, ao passo que as receitas orçamentárias representam entradas compensatórias sujeitas à autorização legislativa.

53. De acordo com a Lei que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, os Municípios e do Distrito Federal, a classificação da receita obedecerá ao seguinte esquema, EXCETO

- (A) Receitas Correntes; Receita Tributária; Impostos; Taxas; Contribuições de Melhoria; Receita de Contribuições; Receita Patrimonial.
- (B) Receitas de Capital: Transferências de Capital; Outras Receitas de Capital.
- (C) Dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (D) Receitas de Capital: Operações de Crédito; Alienação de Bens; Amortização de Empréstimos.
- (E) Receita Agropecuária; Receita Industrial; Receita de Serviços; Transferências Correntes.

54. Assinale a alternativa que se refere às Despesas Correntes, conforme classificada nas categorias econômicas.

- (A) Despesas de Custeio e Transferências Correntes.
- (B) Despesas de Custeio e Investimentos.
- (C) Inversões Financeiras e Transferências Correntes.
- (D) Transferência de Capital e Transferências Correntes.
- (E) Inversões Financeiras e Despesa de Custeio.

55. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, no que se refere à “Fiscalização da Gestão Fiscal”, fiscalizarão o cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, com ênfase no que se refere

- (A) a condições sem limites para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
- (B) à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, sem levar em conta as restrições constitucionais e as dessa Lei Complementar.
- (C) à liberação do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.
- (D) ao atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) a provocar aumento da despesa com pessoal, não atendendo o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

56. Assinale a alternativa correta que a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece como despesa total com pessoal.

- (A) O somatório dos gastos com gratificações e vantagens pessoais de qualquer natureza de empresas privadas que efetuam doações para entidades sem fins lucrativos.
- (B) O somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas.
- (C) Pagamento da folha para pessoal de empresas vencedoras de licitação pública.
- (D) O somatório dos gastos com gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza de empresas vencedoras de licitação pública.
- (E) O somatório dos gastos com pagamento para pessoal de empresas contratadas.

- 57. Tendo por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no Balanço Patrimonial da contabilidade das entidades públicas, o ativo é dividido em dois grupos. Quais são eles?**
- (A) Financeiro e não financeiro.
(B) Financeiro e permanente.
(C) Circulante e permanente.
(D) Circulante e investimentos.
(E) Circulante e não circulante.
- 58. O SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Assinale a alternativa que NÃO se caracteriza como um dos principais objetivos do SIAFI?**
- (A) Integrar e compatibilizar todas as informações no âmbito Municipal.
(B) Permitir o controle da dívida interna e externa, bem como o das transferências negociadas.
(C) Padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos.
(D) Prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública.
(E) Fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal.
- 59. Pelas normas brasileiras da legislação societária e também de acordo com a Deliberação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos por qual regime?**
- (A) Prudência.
(B) Proficiência.
(C) Caixa.
(D) Competência.
(E) Jurisprudência.
- 60. A Lei nº 6.404/76 dispõe sobre a normatização das Sociedades por Ações. Entretanto essa sofreu alterações nas regras contábeis e foram introduzidos novos dispositivos. Qual foi a lei que promoveu essas alterações?**
- (A) A lei 11.638/08, promulgada em 28 de dezembro de 2008.
(B) A lei 11.638/07, promulgada em 28 de dezembro de 2007.
(C) A lei 11.836/07, promulgada em 28 de dezembro de 2007.
(D) A lei 11.836/08, promulgada em 28 de dezembro de 2008.
(E) A lei 11.638/09, promulgada em 28 de dezembro de 2009.
- 61. A estrutura conceitual do IASB estabelece os conceitos que fundamentam a preparação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos. Assinale a alternativa que evidencia o que a estrutura conceitual do IASB tem por finalidade.**
- (A) Dar parecer sobre o desenvolvimento de novos pronunciamentos técnicos e à revisão de pronunciamentos existentes.
(B) Determinar a harmonização das regras, padrões contábeis e pronunciamentos.
(C) Dar suporte aos reguladores internacionais no desenvolvimento de regras locais.
(D) Dar suporte aos preparadores de demonstrações financeiras na aplicação das normas nacionais.
(E) Auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com as normas internacionais.
- 62. A IAS 1 é uma norma internacional de contabilidade para apresentação de Demonstrações Financeiras que tem papel de expor como a gerência controla os recursos a ela confiados. Para atender esse objetivo, a IAS 1 exige que as demonstrações financeiras forneçam os dados acerca de uma entidade. Quais são esses dados?**
- (A) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários; e fluxos de caixa.
(B) Receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários; e fluxos de caixa.
(C) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários.
(D) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas.
(E) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas, contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários.

63. A IAS 1, como norma internacional de contabilidade, descreve sobre um conjunto completo de demonstrações financeiras. Assinale a alternativa correta que faz parte desse conjunto completo de demonstrações financeiras sob as diretrizes da IAS 1.

- (A) Uma demonstração da posição financeira na data de abertura do período.
- (B) Uma demonstração do resultado não abrangente para o período (substituindo a demonstração de resultado).
- (C) Uma demonstração das mutações no patrimônio líquido que mostre: I) todas as mutações no patrimônio líquido, ou II) mutações no patrimônio líquido diferentes das mutações provenientes de transações com acionistas que estejam agindo dentro de suas funções.
- (D) Uma demonstração de fluxo de caixa livre de desconto.
- (E) Uma Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos – DOAR.

64. Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, no seu sentido mais amplo de ciência social, ela tem um objeto. Assinale a alternativa que evidencia o objeto da contabilidade.

- (A) O gerenciamento contábil das entidades.
- (B) A apuração do lucro das entidades.
- (C) Geração de relatórios a seus proprietários.
- (D) O controle das entidades.
- (E) O patrimônio das entidades.

65. Considerando que uma empresa comercial realiza uma venda de mercadorias. Essa ação é considerada um fato contábil recorrente. Partindo dessa premissa, é correto afirmar que a venda de mercadorias é um fato contábil

- (A) diminutivo.
- (B) misto.
- (C) modificativo.
- (D) permutativo.
- (E) aumentativo.

66. Uma empresa que possui Duplicatas a Receber registradas em seu Ativo Circulante realiza um desconto de duplicatas em um determinado montante. Considerando que a operação de desconto foi realizada com duplicatas que tinham vencimentos futuros (120

dias), o valor dos juros descontados a serem reconhecidos no ato da operação devem ser contabilizados como

- (A) despesas financeiras no Resultado.
- (B) conta redutora das duplicatas descontadas no Ativo.
- (C) conta redutora das Receitas, no Resultado.
- (D) despesa antecipada, no Ativo Circulante.
- (E) conta redutora das duplicatas descontadas no Passivo.

67. No processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, tem-se a adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro. O objetivo da IFRS 1 é assegurar que as primeiras demonstrações contábeis e seus relatórios financeiros intermediários contenham informações de alta qualidade. Em relação ao tema, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Sejam transparentes para os usuários e comparáveis em todos os períodos apresentados.
- () Forneçam um ponto de partida adequado para a contabilização de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRSs).
- () Possam ser geradas independentemente do custo para atender as Normas.

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – F.

68. De acordo com a Constituição Brasileira, no que se refere aos Orçamentos Públicos, iniciar o processo legislativo das matérias pertinentes ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e aos Orçamentos Anuais é de competência do Poder

- (A) Executivo.
- (B) Tributário.
- (C) Legislativo.
- (D) Deliberativo.
- (E) Judiciário.

- 69. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público. Qual é o objeto da contabilidade aplicada ao Setor Público?**
- (A) O orçamento público.
 - (B) O balanço patrimonial do setor público.
 - (C) As finanças do setor público.
 - (D) O patrimônio público.
 - (E) A dívida pública.
- 70. No setor público, a contabilidade mantém o registro das receitas e despesas orçamentárias realizadas, e essas receitas e despesas orçamentárias são executadas, no exercício financeiro,**
- (A) pelo regime misto, sendo as receitas incorridas conforme seu fato gerador e as despesas legalmente empenhadas.
 - (B) pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.
 - (C) pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente fixadas no orçamento.
 - (D) pelo regime misto, sendo as receitas recebidas e as despesas legalmente liquidadas.
 - (E) pelo regime de caixa, sendo as receitas recebidas e as despesas legalmente pagas.
- 71. Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, para elaboração e execução do orçamento, estabeleceu-se o conceito de exercício financeiro, que coincidirá com o calendário**
- (A) civil.
 - (B) financeiro.
 - (C) eleitoral.
 - (D) fiscal.
 - (E) comercial.
- 72. Considerando que o patrimônio público é dinâmico, podendo ser afetado por vários fatores, as mutações no patrimônio público precisam ser registradas. Esses registros são efetuados por meio da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Com base nessa afirmação, assinale a alternativa que corresponde ao que é evidenciado pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).**
- (A) Registra as alterações físicas feitas em cada componente do Patrimônio Líquido.
 - (B) Evidencia a situação de mudanças relevantes no patrimonial da entidade pública.
 - (C) Evidencia as variações quantitativas e qualitativas resultantes e as independentes da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial.
 - (D) Registra a movimentação econômica das entidades públicas, como também as eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do financiamento dos serviços públicos.
 - (E) Demonstra os gastos públicos realizados, confrontando-os com o orçamento inicial.
- 73. Conforme a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, a auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo**
- (A) a emissão de parecer sobre a sua adequação quanto aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.
 - (B) a emissão de parecer sobre erros que não contemplam as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.
 - (C) a emissão de parecer sobre fraudes relacionadas à legislação específica.
 - (D) a emissão de parecer sobre erros e fraudes, que afetam os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.
 - (E) a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.

74. A execução dos trabalhos de auditoria devem seguir normas e ter um planejamento. O planejamento deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos. Assinale a alternativa correta que evidencia um fator relevante para a execução dos trabalhos de auditoria.

- (A) A ausência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas.
- (B) A natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados.
- (C) Não utilizar os trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos.
- (D) A realização do trabalho sem a necessidade de atender prazos estabelecidos por entidades reguladoras ou fiscalizadoras, para realizar um bom trabalho.
- (E) Divulgar e comentar sobre o sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade.

75. Conforme NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, o “Parecer dos Auditores Independentes” ou “Parecer do Auditor Independente” é o documento mediante o qual

- (A) o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre a situação da entidade objeto da auditoria.
- (B) o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as fraudes nas demonstrações contábeis nele indicadas.
- (C) o auditor evidencia, de forma clara e objetiva, os erros sobre as demonstrações contábeis nele indicadas.
- (D) o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis nele indicadas.
- (E) o auditor demonstra, de forma clara e objetiva, a situação da entidade, objeto da auditoria.

76. Na condução da Auditoria em conformidade com as Normas de Auditoria, o Auditor Independente deve ter como objetivo

- (A) expressar sua opinião, informando se as demonstrações contábeis foram elaboradas independentemente e se estão livres de distorção relevante.
- (B) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se com os CFCs, conforme as necessidades do auditor.
- (C) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se, como exigido pelas NBCs TA, em conformidade com as constatações do auditor.
- (D) informar aos gestores se as demonstrações contábeis foram elaboradas com fraudes, em todos os aspectos relevantes.
- (E) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se com os CRCs, em conformidade com as constatações do auditor.

77. Uma determinada empresa, ao encerrar a folha de pagamento no dia 30 de novembro de 2017, apresentou as seguintes informações, cujos valores foram contabilizados no mesmo dia, de acordo com o regime de competência:

Salário	INSS	IRRF	Provisão Férias	Provisão 13º	Líquido a pagar
8.000,00	608,44	2.032,68	888,87	666,66	5.358,88

Considerando somente essas informações apresentadas e que a empresa utilizou alíquota de 8% no cálculo do FGTS, o valor da despesa de FGTS, contabilizado no dia 30 de novembro de 2017, em reais, é

- (A) 428,71.
- (B) 591,32.
- (C) 640,00.
- (D) 693,33.
- (E) 764,44.

- 78. A NBC T 19.6 trata da Reavaliação de Ativos e estabelece critérios e procedimentos para registro contábil e divulgação da reavaliação do ativo imobilizado. Assinale a alternativa que expressa corretamente um critério de avaliação.**
- (A) A contabilização da reavaliação deve ser efetuada com base em laudo fundamentado que indique os critérios de avaliação e os elementos de comparação adotados.
- (B) A reavaliação deve observar o princípio da entidade, ou seja, levar em conta o pressuposto da entidade em marcha e considerar a efetiva possibilidade de recuperação dos ativos em avaliação mediante seu uso.
- (C) A reavaliação deve ser baseada em valor de moeda internacional.
- (D) A reavaliação se destina ao cálculo do valor futuro potencial dos ativos e ao seu valor de saída (valor de venda ou liquidação).
- (E) Para os bens sujeitos à depreciação, exaustão ou amortização, no laudo de avaliação, é opcional a indicação da vida útil econômica remanescente, visando à definição das futuras taxas de depreciação, exaustão ou amortização.
- 79. Os fundamentos da perícia contábil são um dos meios de prova que se utilizam para identificar, no processo judicial ou arbitral, os aspectos essenciais à formação de uma decisão e sentenças. Um dos fundamentos é a objetividade. Em relação ao assunto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**
- () Afasta os critérios de juízo de valor, prevalecendo o juízo de realidade científica contábil.
- () É um conjunto de dados estatísticos, oriundos da ideologia da contabilidade, como os princípios contábeis e convenções, aplicados pelo cientista contábil e desenvolvido pelos professores doutores.
- () Implica em uma longa exposição das ideias, utilizando o máximo de palavras possível.
- (A) F – V – F.
(B) V – F – F.
(C) V – V – F.
(D) F – F – F.
(E) F – F – V.
- 80. No que se refere à Perícia Contábil, e de acordo com a NBC T 13 – da Perícia Contábil, assinale a alternativa que NÃO se refere a conceitos e objetivos da Perícia Contábil.**
- (A) A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.
- (B) A perícia contábil, tanto a judicial, como a extrajudicial e a arbitral, é de competência exclusiva de Contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.
- (C) Os procedimentos realizados de perícia contábil fundamentam as conclusões no laudo pericial contábil.
- (D) Nos casos em que a legislação admite a perícia interprofissional, aplica-se o item da alternativa B exclusivamente às questões contábeis, segundo as definições contidas na Resolução CFC n.º 560/83.
- (E) A presente Norma aplica-se ao perito-contador nomeado em Juízo, ao contratado pelas partes para a perícia extrajudicial ou ao escolhido na arbitragem; e, ainda, ao perito-contador assistente indicado ou contratado pelas partes.
- 81. Para fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, serão considerados alguns procedimentos, conforme a NBC T 13 – da Perícia Contábil. Assinale a alternativa que se refere corretamente aos procedimentos da Perícia Contábil.**
- (A) Vistoria, observação, certificação, exame, investigação, estimação e previsão.
- (B) Indagação, fiscalização, exame, vistoria, arbitramento, previsão, pesquisa, aferição e avaliação.
- (C) Investigação, estimação, indagação, mensuração, avaliação, e certificação.
- (D) Exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.
- (E) Arbitramento, pesquisa, apreciação, previsão, arbitramento, mensuração, avaliação e estimacão.

- 82. No Brasil, a lei de orçamentos (nº 4.320/64) deve obedecer a alguns princípios. Quais são esses princípios?**
- (A) Princípios da universalidade, anualidade e competência.
 - (B) Princípios da competência, unidade e anualidade.
 - (C) Princípios da anualidade, diversidade e universalidade.
 - (D) Princípios da diversidade, unidade e competência.
 - (E) Princípios de unidade, universalidade e anualidade.
- 83. O processo Orçamentário é contínuo, dinâmico e flexível. Esse período de tempo em que se lavram as atividades características do orçamento público de elaboração, aprovação, execução e controle é chamado de**
- (A) ciclo orçamentário.
 - (B) programação orçamentária.
 - (C) metas orçamentárias.
 - (D) cronograma orçamentário.
 - (E) aglutinação orçamentária.
- 84. No Decreto-Lei nº 200/67, está prevista uma classificação de despesas com uma série de funções de Estado, desdobradas em programas de governo, que fazem a ligação entre os planos e o orçamento a ser executado no exercício. Como é chamado esse orçamento?**
- (A) Orçamento base zero.
 - (B) Orçamento participativo.
 - (C) Orçamento-programa.
 - (D) Orçamento incremental.
 - (E) Orçamento de desempenho.
- 85. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP – é estruturado para facilitar a análise das informações conforme as**
- (A) Naturezas de Informação Governamental, Gerencial e de Controle.
 - (B) Naturezas de Informação Orçamentária, Administrativa e Discriminativa.
 - (C) Naturezas de Informação Discriminativa, Gerencial e de Controle.
 - (D) Naturezas de Informação Orçamentária, Patrimonial e de Controle.
 - (E) Naturezas de Informação Patrimonial, Gerencial e de Controle.
- 86. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP –, existem atributos da conta contábil que são características próprias que a distingue de outras contas do plano de contas. Quais são esses atributos?**
- (A) Código, indicador, natureza da conta e título.
 - (B) Código, título, função e natureza do saldo.
 - (C) Código, natureza da conta, fonte e título.
 - (D) Código, referência, função e fonte.
 - (E) Código, fonte, natureza do saldo e indicador.
- 87. Considerando a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PP 01, de 27 de fevereiro de 2015, a qual trata sobre o Perito Contábil, assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) Perito é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada.
 - (B) Perito oficial é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão.
 - (C) Perito-facultativo é nomeado pelo juiz, autoridade pública ou privada para fazer parte em perícias contábeis.
 - (D) Perito do juízo é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil.
 - (E) Perito-assistente é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis.
- 88. Existem determinadas situações em que o Perito Contábil está impossibilitado de exercer, regularmente, sua atividade pericial em processo judicial. Assinale a alternativa que expressa quando o Perito Contador deve declarar-se em suspeição.**
- (A) O perito contador não tem motivo íntimo.
 - (B) O perito contador não conhece nenhuma das partes.
 - (C) O perito contador não deve ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau
 - (D) O perito contador não houver qualquer interesse no julgamento da causa em favor de alguma das partes.

(E) O perito contador ser inimigo capital de qualquer das partes.

89. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

No desempenho da função de Perito Contador, o profissional deve ter zelo. O termo “zelo”, refere-se ao cuidado que ele deve dispensar na execução de suas tarefas, em relação à sua conduta, documentos, tratamento dispensado às autoridades, de forma que seu trabalho levado a bom termo e, conseqüentemente, o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil dignos de fé pública.

O zelo profissional do perito na realização dos trabalhos periciais compreende:

- () cumprir os prazos fixados pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial, inclusive arbitral.
- () prestar os esclarecimentos determinados pela autoridade competente, respeitados os prazos legais ou contratuais.
- () ser receptivo aos argumentos e críticas, mas mantendo firme seu posicionamento anterior, sem ratificar ou retificar.
- () ser prudente, no limite dos aspectos técnico-científicos, e atento às conseqüências advindas dos seus atos.

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – V – F – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) V – F – V – V.
- (E) F – V – V – V.

90. O regime de capitalização dos juros simples tem como regra a incidência da taxa de juros sempre sobre o valor presente. Por exemplo: em uma aplicação inicial, ou valor presente de \$ 6.000, aplicado por um período de tempo de 5 meses a uma taxa de 2%, qual é o Valor Futuro em reais no final do 3.º e 5.º período, respectivamente?

- (A) 6.240,00 e 6.800,00.
- (B) 6.360,00 e 6.600,00.
- (C) 6.360,00 e 6.800,00.
- (D) 6.480,00 e 6.600,00.
- (E) 6.120,00 e 6.600,00.

91. O regime de capitalização dos juros compostos tem como regra a incidência da taxa de juros sempre sobre o montante anterior. Por exemplo: em uma aplicação inicial, ou valor presente de \$ 6.000, aplicado por um período de tempo de 5 meses a uma taxa de 2%, qual é o Valor Futuro em reais no final do 2.º e 4.º período, respectivamente?

- (A) 6.242,00 e 6.367,00.
- (B) 6.120,00 e 6.495,00.
- (C) 6.242,00 e 6.624,00.
- (D) 6.242,00 e 6.495,00.
- (E) 6.367,00 e 6.495,00.

92. Tratando-se de orçamento público, a matéria pertinente à receita vem disciplinada no Art. 3º da Lei nº 4.320/1964, com a seguinte redação: “A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.” Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, conceitualmente, a receita pode ser

- (A) efetiva ou não-efetiva.
- (B) retroativa ou projetada.
- (C) efetiva ou retroativa.
- (D) retroativa ou não-efetiva.
- (E) não-efetiva ou projetada.

93. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Assinale a alternativa que trata “exclusivamente” das Receitas Correntes.

- (A) As receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
- (B) Os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
- (C) O superávit do Orçamento Corrente.
- (D) As receitas da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- (E) As receitas tributárias de contribuições, patrimonial e agropecuária.

94. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Assinale a alternativa que trata “exclusivamente” das Receitas de Capital.

- (A) As receitas tributárias de contribuições.
- (B) As receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- (C) As receitas de serviços e outras.
- (D) As receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- (E) As receitas industrial e afins.

95. No orçamento público, as despesas são classificadas nas seguintes categorias econômicas, conforme o Art 12 da Lei nº 4.320/1964: Despesas Correntes e Despesas de Capital. Assinale a alternativa que trata de Despesa Corrente.

- (A) Constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
- (B) As dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento.
- (C) As dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
- (D) As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas.
- (E) As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

96. As despesas públicas são classificadas nas seguintes categorias econômicas, conforme o Art 12 da Lei nº 4.320/1964: Despesas Correntes e Despesas de Capital. Assinale a alternativa correta que trata de Despesa de Capital.

- (A) As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- (B) Subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- (C) Subvenções destinadas a atender a manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- (D) As dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições.
- (E) Subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

97. A Lei nº 8.666/93, trata das Licitações e suas modalidades. Através da Lei nº 10.520/02, foi instituída uma nova modalidade de licitação. Assinale a alternativa em que um dos itens NÃO é modalidade de licitação.

- (A) Pregão; convite; tomada de preços.
- (B) Concurso; concorrência; leilão.
- (C) Convite; leilão; combinação.
- (D) Tomada de preço; concorrência; convite.
- (E) Concorrência; tomada de preços; leilão.

98. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta. Para a habilitação nas licitações, exigir-se-á dos interessados determinada documentação. São documentos para habilitação nas licitações:

- () habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômica-financeira.
- () qualificação técnica; qualificação econômica-financeira; regularidade fiscal.
- () habilitação jurídica; qualificação técnica; habilitação exclusiva.

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – F.

99. Os anteriormente chamados de Princípios Fundamentais de Contabilidade tiveram sua redação alterada para Princípios da Contabilidade. Com base nos Princípios da Contabilidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O Princípio da Oportunidade refere-se aos registros patrimoniais para produzir dados aparentemente corretos.
- (B) Competência é o princípio que atualiza dados na contabilidade.
- (C) O princípio da Competência é o princípio que indica que determinadas transações e outros eventos sejam reconhecidos nos recebimentos.
- (D) O Princípio da Continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro.
- (E) O Princípio do Valor Original sugere que o patrimônio líquido é registrado em moeda de qualquer nacionalidade.

100. Tratando-se da mensuração dos estoques para a contabilização, assinale a alternativa correta em relação ao que deve ser incluído no custo de aquisição dos estoques.

- (A) No valor de custo do estoque, deve ser incluído o custo das mercadorias vendidas.
- (B) Os custos de aquisição dos produtos devem ser incluídos no valor de custo do estoque, excluindo o valor dos fretes.
- (C) A mão de obra deve ser incluída no valor de custo do estoque.
- (D) Os custos de aquisição e transformação devem ser incluídos no valor de custo do estoque.
- (E) Os lucros pretendidos na venda das mercadorias devem ser incluídos no valor de custo do estoque.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA - ITEP



M4026003N



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017

NÍVEL SUPERIOR - MANHÃ

PERITO CRIMINAL - CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

Composição do Caderno

Discursiva de Estudo de Caso	02
Língua Portuguesa	01 a 10
Informática	11 a 15
Noções de Direito Penal e Direito Processual Penal	16 a 20
Noções de Criminalística	21 a 28
Identificação Humana	29 a 30
Noções de Medicina Legal	31 a 37
Noções de Odontologia Legal	38
Documentos Técnicos	39 a 40
Conhecimentos Específicos	41 a 100

PROVA

04

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO
CORRESPONDENTE A SUA PROVA NA
FOLHA DE RESPOSTAS!

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.

2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●

3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinarem o envelope de retorno.

4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.

5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOC - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.

6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha a emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime!

Previsto no art. 311 - A do Código Penal

INSTRUÇÕES

A prova discursiva será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

1. Atendimento ao tema proposto na questão;
2. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
3. Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão;
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua prova Discursiva de Estudo de Caso avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a. não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b. manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c. apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d. redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e. não apresentar a questão redigida na FOLHA DA VERSÃO DEFINITIVA ou entregar em branco;
- f. apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

O candidato disporá de, no mínimo, 10 (dez) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta de cada questão, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas permitida para a elaboração de seu texto.

DISCURSIVA - RASCUNHO

1. Um Juiz nomeou um Perito, com habilitação profissional, para auxiliá-lo, em um processo judicial, na dissolução de uma sociedade empresarial. Discorra sobre a habilitação profissional do Perito Contador para estar apto a realizar esse trabalho.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____

16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

2. Na prática, quando um Perito Contador é nomeado para a realização de uma perícia contábil, esta poderá ser em uma entidade pública ou privada. Discorra sobre os conhecimentos técnicos que o perito contador deve ter sobre despesa pública, citando e explicando suas categorias econômicas, para realizar uma perícia.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____

18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____

ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

LÍNGUA PORTUGUESA

Insulto, logo existo

Leandro Karnal

No momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver engenho e arte

A crítica e o contraditório são fundamentais. Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências nasceu do questionamento de paradigmas. Sociedades abertas crescem mais do que sociedades fechadas. A base da democracia é a liberdade de expressão. Sem oposição, não existe liberdade.

Uma crítica bem fundamentada destaca dados que um autor não percebeu. Um juízo ponderado é excelente. Mais de uma vez percebi que um olhar externo via melhor do que eu. Inexiste ser humano que não possa ser alvo de questionamento. Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero poderia cochilar (QuandoquebonusdormitatHomerus - ArsPoetica, 359). A crítica pode nos despertar.

Como saber se a avaliação é boa? Primeiro: ela mira no aperfeiçoamento do conhecimento e não em um ataque pessoal. A boa crítica indica aperfeiçoamento. Notamos, no arguidor sincero, uma diminuição da passionalidade. Refulgem argumentos e dados. Mínguem questões subjetivas. Há mais substantivos e menos adjetivos. Não digo o que eu faria ou o que eu sou. Indico apenas como algo pode ser melhor e a partir de quais critérios. Que argumentos estão bem fundamentados e quais poderiam ser revistos. Objetividade é um campo complexo em filosofia, mas, certamente, alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo.

Duas coisas ajudam na empreitada. A primeira é conhecimento. Há um mínimo de formação. Não me refiro a títulos, mas à energia despendida em absorver conceitos. Nada posso dizer sobre aquilo do qual nada sei. Pouco posso dizer sobre o que escassamente domino. A segunda é a busca

da impessoalidade. Critico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho. Examino a obra em si, não a obra que eu gostaria de ter feito ou a que me incomoda pelo simples sucesso da sua existência. Critico o defeito e não a luz. [...]

Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/insulto-logo-existo-por-leandro-karnal>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

1. É correto afirmar que o texto “Insulto, logo existo” é

- (A) expositivo e compõe uma reportagem, gênero caracterizado pela abrangência, impessoalidade e formalidade.
- (B) descritivo e compõe uma crônica, gênero caracterizado pela sequenciação informal de fatos que ocorrem cotidianamente.
- (C) injuntivo e compõe uma resenha crítica, gênero caracterizado pela exposição de um julgamento de valor a partir de um intertexto.
- (D) opinativo e compõe um conto, gênero composto por uma trama permeada de elementos que confirmam o ponto de vista do autor.
- (E) argumentativo e compõe um artigo de opinião, gênero que apresenta um encadeamento das ideias com a finalidade de defender uma opinião e convencer o interlocutor.

2. Assinale a alternativa em que o elemento sublinhado é uma conjunção integrante.

- (A) “No momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver engenho e arte.”
- (B) “Examino a obra em si, não a obra que eu gostaria de ter feito [...]”.
- (C) “Sociedades abertas crescem mais do que sociedades fechadas.”
- (D) “Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero poderia cochilar [...]”.
- (E) “Inexiste ser humano que não possa ser alvo de questionamento.”

3. Assinale a alternativa que apresenta uma metáfora.

- (A) “Crítico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho.”
- (B) “Um juízo ponderado é excelente.”
- (C) “Indico apenas como algo pode ser melhor e a partir de quais critérios.”
- (D) “Nada posso dizer sobre aquilo do qual nada sei.”
- (E) “Não digo o que eu faria ou o que eu sou.”

4. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Não me refiro a títulos, mas à energia despendida em absorver conceitos.”, a crase ocorre pela contração da preposição exigida pela regência do verbo “referir-se” e do artigo feminino que antecede o substantivo “energia”.
- (B) Em “Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências **nasceu** do questionamento de paradigmas.”, o verbo em destaque poderia estar no plural, concordando, assim, com o núcleo do sujeito “liberdades”.
- (C) Em “Nada posso dizer sobre aquilo **do qual** nada sei.”, o termo em destaque pode ser trocado por “cujo”, sem haver prejuízos gramaticais ou mudança de sentido.
- (D) Em “Horácio garantia, com certa indignação, que até o hábil Homero poderia cochilar [...]”, as vírgulas são utilizadas para separar um aposto explicativo.
- (E) Em “Como saber se a avaliação é boa? Primeiro: ela mira no aperfeiçoamento do conhecimento e não em um ataque pessoal.”, os dois-pontos são utilizados para introduzir uma síntese do que foi dito anteriormente.

5. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Indico apenas **como** algo pode ser melhor e a partir de quais critérios. **Que** argumentos estão bem fundamentados e quais poderiam ser revistos.”, os termos em destaque são conjunções alternativas, que introduzem opções de complemento ao verbo “Indico”.
- (B) Em “Sociedades abertas crescem mais do **que** sociedades fechadas.”, o termo em destaque atua como pronome relativo, referindo-se a “sociedades abertas”.
- (C) Em “Inexiste ser humano **que** não possa ser alvo de questionamento.” e em “Examino a obra em si, não a obra **que** eu gostaria de ter feito”, os termos em destaque funcionam como pronomes relativos.

- (D) Em “Como saber **se** a avaliação é boa?”, o termo em destaque desempenha função de conjunção condicional, uma vez que o autor coloca uma condição para que a avaliação seja boa.
- (E) Em “Horácio garantia, com certa indignação, **que** até o hábil Homero [...]”, o termo em destaque desempenha função de partícula expletiva ou de realce, tendo em vista que toda a oração introduzida por ele pode ser substituída por um substantivo.

6. Assinale a alternativa em que a divisão silábica de todas as palavras está correta.

- (A) In-sul-to; ex-pre-ssão; ques-ti-o-na-men-to.
- (B) So-cie-da-des; exa-mi-no; o-bra.
- (C) A-per-fe-i-ço-a-men-to; ques-tõ-es; con-tra-di-tó-rio.
- (D) A-va-li-a-ção; li-ber-da-de; ad-je-ti-van-do.
- (E) Ar-gui-dor; su-bs-tan-ti-vos; cer-ta-men-te.

7. Em “Objetividade é um campo complexo em filosofia, **mas, certamente, alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo [...]”, os termos em destaque podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido, respectivamente por**

- (A) porém, de fato.
- (B) conquanto, na verdade.
- (C) portanto, realmente.
- (D) ademais, mormente.
- (E) contudo, outrossim.

8. Em relação ao texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Para o autor, a objetividade da crítica está ligada ao tom pessoal que se dá a uma discussão, tendo em vista a abundância de adjetivações que devem existir para uma crítica relevante.
- (B) O autor destaca que o contraditório é a força motriz para a evolução das ideias, da sociedade e do conhecimento.
- (C) O foco do texto consiste na crítica à passividade com a qual as pessoas lidam com as ideias diferentes.
- (D) Uma avaliação satisfatória deve levar em conta a formação acadêmica e o conhecimento escasso daquele que refuta as ideias de outrem.
- (E) O rótulo é uma forma de oposição que segue o paradigma filosófico em direção ao desenvolvimento do conhecimento.

9. Considerando as informações do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O título do texto traz uma referência à citação “Penso, logo existo”. Por meio de tal intertextualidade, Leandro Karnal busca ironizar a filosofia de René Descartes, demonstrando uma forma de crítica subjetiva.
- (B) Quando o autor afirma “[...] Há mais substantivos e menos adjetivos.[...]”, compreende-se que a boa arguição prioriza classes de palavras ligadas à subjetividade, à percepção, ao julgamento e ao pensamento abstrato.
- (C) Afirmar que “[...] Critico não por causa da minha dor, da minha inveja, do meu espelho.[...]” corrobora o que se diz em “[...] Mínguas questões subjetivas.[...]”.
- (D) O avanço das liberdades individuais é a causa de haver a possibilidade do questionamento de paradigmas.
- (E) Ao afirmar que “[...] alguém babando e adjetivando foge um pouco do perfil objetivo. [...]”, o autor busca demonstrar que o perfil objetivo é aquele que prioriza as relações pautadas mais na emoção do que na razão.

10. Assinale a alternativa em que o vocábulo entre parênteses pode substituir o vocábulo em destaque nas frases retiradas do texto, sem gerar alterações de sentido nesse contexto.

- (A) No subtítulo: “No momento em que eu apenas uso o rótulo, perco a chance de ver **engenho** e arte” (labor).
- (B) No primeiro parágrafo: “Grande parte do avanço em liberdades individuais e nas ciências nasceu do questionamento de **paradigmas**” (padrões).
- (C) No terceiro parágrafo: “Notamos, no **arguidor** sincero, uma diminuição da passionalidade” (amigo).
- (D) No terceiro parágrafo: “**Refulgem** argumentos e dados.” (selecionam-se).
- (E) No quarto parágrafo: “Duas coisas ajudam na **empreitada**.” (dificuldade).

11. Como são conhecidos os setores defeituosos em um HD?

- (A) Trilhas.
- (B) Root Sectors.
- (C) Bump roads.
- (D) Badblocks.
- (E) Partições.

12. Diferentemente do vírus, este malware não se propaga por meio da inclusão de cópias de si mesmo em outros programas ou arquivos, mas sim pela execução direta de suas cópias ou pela exploração automática de vulnerabilidades existentes em programas instalados em computadores. A que o enunciado se refere?

- (A) Rootkit.
- (B) Trojan.
- (C) Botnet.
- (D) Spyware.
- (E) Worm.

13. Considerando o aplicativo de escritório LibreOffice Calc (Versão 5 Instalação padrão em português), dada a tabela a seguir, o resultado da seguinte expressão seria

	A	B	C
1	10	20	30
2	30	40	20
3	50	60	40

MAIOR(A2:C2;2) * MÍNIMO(A1:A3)

- (A) 150.
- (B) 200.
- (C) 300.
- (D) 400.
- (E) 800.

14. Em um sistema operacional Linux, o que faz o comando mkdir?

- (A) Formata um dispositivo.
- (B) Verifica o conteúdo de um diretório.
- (C) Remove um arquivo.
- (D) Acessa o diretório pasta um nível acima.
- (E) Cria um diretório.

15. Um arquivo com a extensão .pptx pode ser editado por qual aplicativo?

- (A) Microsoft PowerPoint 2013.
- (B) Microsoft PowerPoint 2003.
- (C) LibreOffice Writer.
- (D) Microsoft Edge.
- (E) LibreOffice Draw.

**NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DIREITO
PROCESSUAL PENAL**

16. Assinale a alternativa correta acerca da prova pericial.

- (A) Quando a infração deixar vestígios, a perícia somente é dispensável se o acusado confessar a prática do delito.
- (B) O exame de corpo de delito e outras perícias sempre deverão ser realizados por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- (C) Durante o curso do processo judicial não é admitida a indicação de assistente técnico, mas as partes podem formular quesitos ao perito
- (D) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo e subtração da coisa, a perícia pode ser substituída pela prova testemunhal.
- (E) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

17. A respeito da interceptação telefônica, assinale a alternativa correta.

- (A) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas, dentre outras hipóteses, quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- (B) Será admitida a interceptação para investigar crimes punidos com detenção ou reclusão.
- (C) A interceptação das comunicações telefônicas somente poderá ser determinada pelo juiz a requerimento do Ministério Público.
- (D) Deferido o pedido, o juiz conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Delegado e ao Ministério Público, que poderão acompanhar a sua realização.
- (E) Constitui contravenção penal realizar interceptação de comunicações telefônicas sem autorização judicial.

18. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito policial é um procedimento judicial.
- (B) O inquérito policial é indispensável para a propositura de ação penal.
- (C) Os elementos de informação colhidos no inquérito policial não podem ser usados de forma exclusiva para fundamentar uma condenação.
- (D) Ao acusado é garantida a ampla defesa e o contraditório em todas as diligências do inquérito.
- (E) O representante do Ministério Público pode presidir um inquérito policial.

19. Nas eleições municipais, um candidato a Prefeito comprou o voto de um eleitor. Alguns dias depois, ele mandou matar uma testemunha daquele crime de compra de votos. O referido candidato perdeu as eleições. Nesse caso, assinale a alternativa correta acerca da competência.

- (A) Pelos dois crimes ele responderá na Justiça Eleitoral, que exerce “vis atractiva”.
- (B) Pelos dois crimes ele responderá no júri Estadual, que exerce “vis atractiva”.
- (C) Os processos serão separados e ele responderá pela compra de votos na Justiça Eleitoral e pelo homicídio no júri Estadual.
- (D) Pelos dois crimes ele responderá no Tribunal de Justiça.
- (E) Os processos serão separados e ele responderá pela compra de votos no Tribunal Regional Federal e pelo homicídio no Tribunal de Justiça.

20. Sobre a prisão temporária e a liberdade provisória, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A prisão temporária poderá ser decretada em face de representação da autoridade policial ou requerimento do Promotor de Justiça.
- (B) A prisão temporária poderá ser decretada de ofício pelo juiz.
- (C) A prisão temporária tem prazo determinado.
- (D) Não será concedida fiança nos crimes de racismo.
- (E) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.

NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA

21. Sobre os locais de crime, assinale a alternativa correta.

- (A) É dever do perito criminal dirigir-se ao local de crime, providenciando para que não sejam alterados o estado e conservação das coisas.
- (B) Quando os vestígios foram mantidos inalterados, desde a ocorrência dos fatos até o seu completo registro, o local de crime é classificado como inidôneo.
- (C) O local de crime imediato é onde se concentra a maior parte dos vestígios, enquanto o local mediato é a região adjacente à área imediata em que ocorreu o fato delituoso.
- (D) Todo local de crime consiste de um espaço físico, sendo inimaginável uma localidade virtual de onde se possam extrair vestígios.
- (E) Arrombamentos são comuns em locais de crimes relacionados à morte violenta, mas não aos crimes contra o patrimônio.

22. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma finalidade do levantamento de local de crime.

- (A) Buscar e reconhecer vestígios e elementos com potencial interesse para a produção da prova pericial.
- (B) Perpetuar a situação em que se encontrava o local, os vestígios e suas posições relativas, a fim de que possam, em qualquer tempo, serem exibidos como prova.
- (C) Registrar, sempre que possível, o local para permitir a instrução do laudo pericial com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.
- (D) Fotografar os cadáveres na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime.
- (E) Levar a termo as declarações das testemunhas em procedimento de interrogatório, constituído por duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.

23. Sobre os Postulados e Princípios da Criminalística brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o Princípio da Observação, também conhecido como Princípio de Locard, o vestígio, como toda matéria, é ponderável e, portanto, cabe ao perito criminal o reportar-se ao que vê (*visum et repertum*).

- (B) O Princípio da Interpretação, também conhecido por Princípio de Kirk, pode ser enunciado pela frase “Dois objetos podem ser indistinguíveis, mas nunca idênticos”.
- (C) O Princípio da Documentação não se relaciona ao registro cronológico de um vestígio, desde seu nascimento até sua disposição final, pois isso cabe à Cadeia de Custódia.
- (D) Sendo a verdade mutável em relação ao tempo, não se permite postular que a perícia criminal é independente do tempo.
- (E) Considerando que o teor de um laudo pericial é personalíssimo, então o conteúdo de um laudo pericial será variante de acordo com o perito criminal que o produzir.

24. O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (e alterações), representa os ritos da processualística criminal brasileira. Nesse Código de Processo Penal, há previsão de alguns exames periciais específicos. Assinale a alternativa na qual constam apenas exames periciais expressamente previstos no Código de Processo Penal.

- (A) Exame em letra e firma em documentos particulares, perícias de laboratório, exame de local, exame de instrumentos empregados para a prática de crime, verificação da causa de incêndios.
- (B) Exame para reconhecimento de escritos, descrição de vestígios nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, identificação de elementos que apontem a atividade de *hackers*.
- (C) Perícias de laboratório, microcomparação balística, verificação do local onde um incêndio começou.
- (D) Eficácia de arma de fogo, confronto de voz, extração de dados de discos rígidos, estimativa de área ambiental degradada.
- (E) Exame de reconhecimento de escritos, perícias de laboratório, microcomparação balística e confronto de voz.

- 25. Durante um levantamento de local de crime, o Perito Criminal constatou um cadáver em situação de enforcamento por suspensão completa. Populares afirmavam que a vítima era depressiva e que já havia tentado o suicídio antes. O perito, entretanto, estranhou a escassez de petéquias na conjuntiva ocular da vítima e sangramento oriundo da cavidade oral. Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.**
- (A) No enforcamento, como modalidade de asfixia por constrição do pescoço, o sulco decorrente do laço e presente no pescoço da vítima é oblíquo e contínuo, portanto sem interrupção na altura do nó.
- (B) A afirmação de populares é suficiente para concluir pela hipótese de suicídio, independentemente de qualquer outro elemento de ordem material ou médico legal que possa ser avaliado no local ou no cadáver.
- (C) Petéquias são equimoses pontuais que eventualmente, podem estar associadas ao enforcamento quando presentes, por exemplo, na conjuntiva ocular.
- (D) São sinônimos de enforcamento, a esganadura e o estrangulamento.
- (E) Se o perito médico legista encontrar uma lesão perfurocontusa, de entrada, no palato da vítima, então a hipótese de suicídio por asfixia será a mais provável.
- 26. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta aquela(s) que se relaciona(m) corretamente com a Cadeia de Custódia e suas fases.**
- I. Ao chegar no local dos fatos, a autoridade policial deverá providenciar para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais, sendo que estes últimos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e discutirão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.
- II. É procedimento fundamental para garantir a idoneidade e a rastreabilidade dos vestígios, com vistas a preservar a confiabilidade e a transparência da produção da prova pericial até a conclusão do processo judicial.
- III. Após a liberação pelos peritos criminais, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato.
- IV. É iniciada no instante do planejamento da ação delitiva, antes mesmo da consumação do fato criminoso.
- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas I, II e IV.
- 27. Assinale a alternativa correta.**
- (A) A Cadeia de Custódia é um procedimento relacionado à qualidade da prova material, sendo definida pelo conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- (B) Umavez que o vestígio seja identificado, fixado e coletado mediante procedimentos adequados de Cadeia de Custódia, será dispensável o exame de corpo de delito.
- (C) A perícia criminal consiste em um conjunto de procedimentos que envolve o uso do conhecimento científico como ferramenta na elucidação criminal, culminando com um documento denominado laudo pericial sobre o qual a autoridade judiciária ficará adstrita em sua sentença.
- (D) A fase interna da Cadeia de Custódia é inaugurada com a preservação de local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de indícios.
- (E) O rastreamento do vestígio é possível apenas na fase de transporte da Cadeia de Custódia.
- 28. Anselmo recebeu uma Requisição de Exame Pericial em 19/01/2017 cuja natureza delituosa versava sobre um homicídio e o objeto de perícia era o local do crime. Constava no documento a observação de que a vítima foi socorrida e entrou em óbito no hospital em decorrência de ferimentos provocados à estocada de uma faca de cozinha. Anselmo realizou a perícia no mesmo dia e expediu o laudo pericial em 02/02/2017. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

- (A) Considerando que o instrumento utilizado no crime era do tipo cortante, é esperado que, em laudo pericial próprio, o Médico Legista descreva as lesões do cadáver como incisas ou fusiformes.
- (B) Na ausência de excepcionalidades, Anselmo expediu seu laudo pericial dentro do prazo legal.
- (C) Como as lesões descritas são normalmente pouco hemorrágicas, é provável que, no local, exista campo para exames envolvendo manchas de sangue.
- (D) Dentre os vestígios de interesse forense envolvidos nesse caso, é possível destacar a faca utilizada, eventuais impressões dígito-papilares presentes nesta e manchas de sangue da vítima.
- (E) A Requisição de Exame Pericial é o documento assinado por qualquer policial civil, no qual se mencionam os resultados da perícia.

IDENTIFICAÇÃO HUMANA

29. Considerando a estimativa de sexo em um esqueleto humano, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Os ossos da pelve são considerados os melhores marcadores biológicos para a estimativa de sexo.
- () Zonas de inserção muscular óssea acentuadas são características femininas.
- () O sulco pré-auricular é uma característica predominantemente feminina.
- () Os ossos da pelve exibem características que permitem realizar a estimativa de sexo desde a infância.

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) V – V – V – F.
- (E) V – F – V – F.

30. A antroposcopia e a antropometria tratam, respectivamente, de características

- (A) quantitativas e qualitativas.
- (B) qualitativas e subjetivas.
- (C) qualitativas e quantitativas.
- (D) objetivas e quantitativas.
- (E) subjetivas e qualitativas.

NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

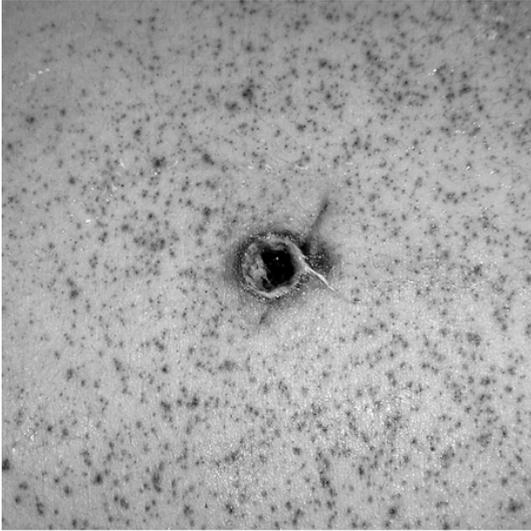
31. Para efeito de diagnóstico médico-legal, conforme o artigo 128 do Código Penal brasileiro, o aborto

- (A) é permitido e não configura crime, se praticado por médico em casos de malformação fetal, estupro e risco de vida à gestante.
- (B) é permitido e não configura crime, em casos de anencefalia fetal, estupro e risco de vida à gestante.
- (C) é permitido e não configura crime, se praticado por médico, quando a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou há risco à vida da gestante.
- (D) é crime em qualquer modalidade, embora não punível se praticado por médico, se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou quando não houver outra maneira de salvar a vida da gestante.
- (E) é crime em qualquer modalidade, embora não punível se praticado por médico em casos de malformação fetal, estupro e risco de vida à gestante.

32. Em relação à autópsia, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Autópsia é o exame do cadáver humano, que tem, entre outros objetivos, a finalidade de diagnosticar a causa médica da morte.
- (B) Na autópsia em caso de morte violenta, o exame externo do cadáver não basta para precisar a causa da morte, sendo obrigatório o exame interno.
- (C) Na autópsia médico-legal, entre outros objetivos, busca-se diagnosticar a causa médica da morte, o que pode favorecer a elucidação da sua causa jurídica.
- (D) A autópsia médico-legal, conforme determina a legislação atual, é obrigatória em casos de morte violenta.
- (E) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo.

A seguinte imagem, obtida em vítima fatal de um assalto a mão armada, ilustra uma lesão provocada por tiro. Responda as questões 33 e 34 com base nessa imagem.



33. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O orifício no centro apresenta orla de contusão e enxugo.
- (B) Existe halo de tatuagem.
- (C) O pontilhado que circunda amplamente o orifício resulta de grânulos de pólvora incombusta.
- (D) O pontilhado que circunda amplamente o orifício pode ser removido com pano úmido.
- (E) É uma lesão característica de entrada de projétil de arma de fogo.

34. Considerando a imagem, é correto afirmar, com toda a segurança, que

- (A) pode ser lesão de entrada ou de saída de projétil de arma de fogo, cujo diagnóstico depende de exame complementar.
- (B) a estimativa da distância de tiro é possível, mas depende de perícia balística, mediante disparos de prova com a mesma arma do crime e o mesmo tipo de munição.
- (C) o interesse pericial se concentra no orifício no centro da imagem, sendo os demais sinais irrelevantes para a perícia.
- (D) as características são típicas de tiro disparado a longa distância.
- (E) as características são, certamente, de projéteis de calibre .38 e similares, ou de maior calibre.

35. Sulco cervical oblíquo, de profundidade desigual e com área de interrupção, com fundo escoriado, comumente está presente em morte por

- (A) estrangulamento.
- (B) enforcamento.
- (C) sufocação direta.
- (D) sufocação indireta.
- (E) esganadura.

36. Como a Hipóstase é definida?

- (A) Manchas azuladas no rosto e na esclerótica (olho), presentes nos asfixiados, e às vezes em membros inferiores, conforme a modalidade de asfixia.
- (B) Coloração azulada das mucosas e da pele, em decorrência da anóxia produzida no cadáver, ao findar o consumo do oxigênio pelas últimas células e tecidos vivos.
- (C) Derrame sanguíneo não traumático, presente nas vísceras, em consequência da morte celular.
- (D) Manchas puntiformes avermelhadas ou arroxeadas, presentes na pleura visceral em asfixiados.
- (E) Coloração mais escura (arroxeadas ou avermelhadas) nas partes mais baixas do cadáver, em consequência da deposição do sangue nesses locais.

37. O produto químico Aldicarbe é um carbamato, cuja formulação granulada já foi excluída do mercado brasileiro pela Anvisa, mas ele ainda é vendido ilegalmente em mercados populares com o nome de “chumbinho” e ainda é muito utilizado em envenenamentos de animais e por suicidas. Antes da proibição, o uso devido desse agente químico era como

- (A) agrotóxico (uso agrícola).
- (B) inseticida doméstico.
- (C) medicamento de uso controlado (necessitando de receita médica em duas vias para aquisição).
- (D) raticida.
- (E) componente de produtos desinfetantes (produto de limpeza).

NOÇÕES DE ODONTOLOGIA LEGAL

38. Os documentos odontolegais são: atestados, relatórios e pareceres. O documento mais comumente produzido pelo cirurgião-dentista é o atestado. Em relação ao Atestado Odontológico, assinale a alternativa correta.

- (A) O cirurgião-dentista não precisa descrever em qual horário o paciente esteve sob seus cuidados, podendo apenas escrever o período que esse paciente esteve em tratamento (manhã, tarde ou noite).
- (B) O atestado odontológico pode ser realizado pela secretária do cirurgião-dentista, o qual apenas o assina.
- (C) Fazer ou comercializar um atestado falso enquadra o cirurgião-dentista no Art.302 do Código Penal, cuja pena é detenção de 6 meses a 1 ano.
- (D) O cirurgião-dentista não precisa descrever o diagnóstico ou ato odontológico ao qual o paciente foi submetido (salvo se esse paciente pedir, sugerindo-se, assim, colocar somente o CID).
- (E) O acompanhante do paciente tem direito a receber um atestado odontológico feito pelo cirurgião-dentista, da mesma forma que o paciente recebeu, com os mesmos elementos, menos o CID, constando apenas que acompanhou o paciente na consulta.

DOCUMENTOS TÉCNICOS

39. Em relação à Notificação Compulsória, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é obrigatória em casos de acidentes de trabalho.
- (B) Está relacionada somente a casos em que ocorrem crimes contra a incolumidade pública, ou seja, somente nos casos de doenças infectocontagiosas.
- (C) Deve sempre ser enviada em até 48 horas após o momento da suspeita inicial que se enquadra em uma ou mais das opções nas quais se obriga a sua realização.
- (D) A pena para o médico que deixar de fazer a notificação à autoridade pública (omissão de notificação de doença), segundo o Art. 269 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40, é detenção de 6 (seis) meses a 2(dois) anos e multa.
- (E) Uma vez verificada uma violência doméstica, tal fato deve ser notificado às autoridades

competentes ou ao serviço de referência, não sendo necessário ser feito de forma sigilosa pelo profissional da área da saúde, pois o ato de violência oferece risco ao paciente.

40. A Notificação Compulsória é obrigatória nos casos de algumas doenças (de saúde pública constantes nas Portarias 204 e 205, de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde) e em alguns eventos de violência. Ela deve ser realizada, por exemplo, nos seguintes casos:

- (A) doenças infectocontagiosas, acidentes de trabalho, herpes.
- (B) violência à criança, violência à mulher, violência ao idoso.
- (C) acidente de trânsito, acidente do trabalho, acidente doméstico.
- (D) HIV, sífilis, alcoolismo.
- (E) estupro, câncer, AIDS.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. O conjunto de termos específicos ou sistema de palavras são denominados de terminologia. Sobre a terminologia contábil utilizada em custos, no que se refere aos conceitos e classificações dos custos, assinale a alternativa correta.

- (A) Todo sacrifício financeiro que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro), é conceituado ou classificado como gasto.
- (B) Todo gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s) é conceituado ou classificado como desembolso.
- (C) Todo gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços é conceituado ou classificado como investimento.
- (D) Todo pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço é conceituado ou classificado como custo.
- (E) Todo gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s) é conceituado ou classificado como custo.

42. Considerando a administração financeira e orçamentária das entidades públicas e de acordo com a Lei de Controle dos Orçamentos, assinale a alternativa correta que evidencia como são classificados os créditos adicionais.

- (A) Complementares e extraordinários.
- (B) Complementares, especiais e ordinários.
- (C) Suplementares, ordinários e extraordinários.
- (D) Complementares e especiais
- (E) Suplementares, especiais e extraordinários.

43. No ato da contratação de um empréstimo ou financiamento, devemos optar por uma das alternativas de amortização da dívida. Em relação ao assunto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Considerando o sistema financeiro de amortização, os mais utilizados atualmente são o Sistema PRICE e o Sistema de Amortização Constante (SAC).

() No sistema SAC, o valor das prestações ou pagamentos são maiores no início e vão decrescendo até o final do período.

() No sistema PRICE, as prestações ou pagamentos vão aumentando à medida que o período vai chegando ao final.

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – V.

44. Referente à Companhia Aberta e de acordo com a Lei 6.404/76, com Redação dada pela Lei nº 10.303, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser negociados no mercado de valores mobiliários.

() Nenhuma distribuição pública de valores mobiliários será efetuada no mercado sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.

() A Comissão de Valores Mobiliários poderá classificar as companhias

abertas em categorias, segundo as espécies e classes dos valores mobiliários por ela emitidos negociados no mercado, e especificará as normas sobre companhias abertas aplicáveis a cada categoria.

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – V.

45. Qual é a Lei que apresenta uma legislação básica da Contabilidade Pública, para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços Públicos?

- (A) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- (B) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1966.
- (C) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1976.
- (D) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1988.
- (E) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1996.

46. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado. Quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, onde os avisos, contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez?

- (A) No Diário Oficial do Estado ou Distrito Federal.
- (B) No Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação no Estado e, também, se houver, em jornal de circulação no Município onde será realizada a obra, ou prestado o serviço.
- (C) No Diário Oficial do Distrito Federal.
- (D) No Diário Oficial do Estado ou Distrito Federal e em jornal diário de grande circulação no Estado e, também, se houver, em jornal de circulação no Município onde será realizada a obra, ou prestado o serviço.
- (E) Em jornal diário de grande circulação no Município onde será realizada a obras ou prestado o serviço.

47. Pode-se ter operações de concentração de sociedade agregando as ações de uma sociedade ao patrimônio de outra. Como é denominada a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas

por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações?

- (A) Cisão.
- (B) Comunhão.
- (C) Fusão.
- (D) Operação.
- (E) Incorporação.

48. Como se denomina o negócio plurilateral que tem por finalidade a união do patrimônio de duas ou mais sociedades para formar uma sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações?

- (A) Rolding.
- (B) Controladora.
- (C) Fusão.
- (D) Incorporação.
- (E) Cisão.

49. Conforme a Lei de Licitação, no Art. 54, “Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado”. São cláusulas necessárias em todo contrato de licitação, EXCETO

- (A) o objeto e seus elementos característicos.
- (B) o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- (C) os preços, as condições de pagamento, os critérios, data base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
- (D) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso.
- (E) a desvinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.

50. Assinale a alternativa correta que contempla o conceito de “campo de aplicação” da Contabilidade Pública, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, segundo a NBC T 16.

- (A) Todas as fundações privadas sem fins lucrativos.
- (B) Todas as organizações da sociedade civil de interesse público.

- (C) Todos os órgãos e entidades da Administração pública direta e indireta, exceto as empresas estatais dependentes.
- (D) Todas as entidades do setor público.
- (E) Parcialmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais.

51. Em relação a todas as receitas públicas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, assinale a assertiva correta.

- (A) Classificam-se como derivadas as receitas públicas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela administração pública.
- (B) As receitas de capital arrecadadas em um exercício, à medida que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, causam efeito positivo sobre o patrimônio líquido, financiando os objetivos definidos nos programas e ações das políticas públicas.
- (C) A contribuição para financiamento da seguridade social classifica-se como receita tributária, conforme a legislação orçamentária em vigor no país.
- (D) A arrecadação caracteriza-se pela “Entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores, aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro”.
- (E) As receitas públicas correspondem aos ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, ao passo que as receitas orçamentárias representam entradas compensatórias sujeitas à autorização legislativa.

52. De acordo com a Lei que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, os Municípios e do Distrito Federal, a classificação da receita obedecerá ao seguinte esquema, EXCETO

- (A) Receitas Correntes; Receita Tributária; Impostos; Taxas; Contribuições de Melhoria; Receita de Contribuições; Receita Patrimonial.
- (B) Receitas de Capital: Transferências de Capital; Outras Receitas de Capital.
- (C) Dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (D) Receitas de Capital: Operações de Crédito; Alienação de Bens; Amortização de Empréstimos.
- (E) Receita Agropecuária; Receita Industrial; Receita de Serviços; Transferências Correntes.

53. Assinale a alternativa que se refere às Despesas Correntes, conforme classificada nas categorias econômicas.

- (A) Despesas de Custeio e Transferências Correntes.
- (B) Despesas de Custeio e Investimentos.
- (C) Inversões Financeiras e Transferências Correntes.
- (D) Transferência de Capital e Transferências Correntes.
- (E) Inversões Financeiras e Despesa de Custeio.

54. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, no que se refere à “Fiscalização da Gestão Fiscal”, fiscalizarão o cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, com ênfase no que se refere

- (A) a condições sem limites para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
- (B) à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, sem levar em conta as restrições constitucionais e as dessa Lei Complementar.
- (C) à liberação do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

- (D) ao atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) a provocar aumento da despesa com pessoal, não atendendo o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

55. Assinale a alternativa correta que a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece como despesa total com pessoal.

- (A) O somatório dos gastos com gratificações e vantagens pessoais de qualquer natureza de empresas privadas que efetuam doações para entidades sem fins lucrativos.
- (B) O somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas.
- (C) Pagamento da folha para pessoal de empresas vencedoras de licitação pública.
- (D) O somatório dos gastos com gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza de empresas vencedoras de licitação pública.
- (E) O somatório dos gastos com pagamento para pessoal de empresas contratadas.

56. Tendo por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no Balanço Patrimonial da contabilidade das entidades públicas, o ativo é dividido em dois grupos. Quais são eles?

- (A) Financeiro e não financeiro.
- (B) Financeiro e permanente.
- (C) Circulante e permanente.
- (D) Circulante e investimentos.
- (E) Circulante e não circulante.

57. O SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Assinale a alternativa que NÃO se caracteriza como um dos principais objetivos do SIAFI?

- (A) Integrar e compatibilizar todas as informações no âmbito Municipal.
- (B) Permitir o controle da dívida interna e externa, bem como o das transferências negociadas.
- (C) Padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos.
- (D) Prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública.

- (E) Fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal.
- 58. Pelas normas brasileiras da legislação societária e também de acordo com a Deliberação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos por qual regime?**
- (A) Prudência.
(B) Proficiência.
(C) Caixa.
(D) Competência.
(E) Jurisprudência.
- 59. A Lei nº 6.404/76 dispõe sobre a normatização das Sociedades por Ações. Entretanto essa sofreu alterações nas regras contábeis e foram introduzidos novos dispositivos. Qual foi a lei que promoveu essas alterações?**
- (A) A lei 11.638/08, promulgada em 28 de dezembro de 2008.
(B) A lei 11.638/07, promulgada em 28 de dezembro de 2007.
(C) A lei 11.836/07, promulgada em 28 de dezembro de 2007.
(D) A lei 11.836/08, promulgada em 28 de dezembro de 2008.
(E) A lei 11.638/09, promulgada em 28 de dezembro de 2009.
- 60. A estrutura conceitual do IASB estabelece os conceitos que fundamentam a preparação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos. Assinale a alternativa que evidencia o que a estrutura conceitual do IASB tem por finalidade.**
- (A) Dar parecer sobre o desenvolvimento de novos pronunciamentos técnicos e à revisão de pronunciamentos existentes.
(B) Determinar a harmonização das regras, padrões contábeis e pronunciamentos.
(C) Dar suporte aos reguladores internacionais no desenvolvimento de regras locais.
(D) Dar suporte aos preparadores de demonstrações financeiras na aplicação das normas nacionais.
(E) Auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com as normas internacionais.
- 61. A IAS 1 é uma norma internacional de contabilidade para apresentação de Demonstrações Financeiras que tem papel de expor como a gerência controla os recursos a ela confiados. Para atender esse objetivo, a IAS 1 exige que as demonstrações financeiras forneçam os dados acerca de uma entidade. Quais são esses dados?**
- (A) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários; e fluxos de caixa.
(B) Receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários; e fluxos de caixa.
(C) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários.
(D) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas.
(E) Ativo; passivo; patrimônio líquido; receitas e despesas, contribuições de proprietários e distribuições a eles, na sua posição como proprietários.
- 62. A IAS 1, como norma internacional de contabilidade, descreve sobre um conjunto completo de demonstrações financeiras. Assinale a alternativa correta que faz parte desse conjunto completo de demonstrações financeiras sob as diretrizes da IAS 1.**
- (A) Uma demonstração da posição financeira na data de abertura do período.
(B) Uma demonstração do resultado não abrangente para o período (substituindo a demonstração de resultado).
(C) Uma demonstração das mutações no patrimônio líquido que mostre: I) todas as mutações no patrimônio líquido, ou II) mutações no patrimônio líquido diferentes das mutações provenientes de transações com acionistas que estejam agindo dentro de suas funções.
(D) Uma demonstração de fluxo de caixa livre de desconto.
(E) Uma Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos – DOAR.

- 63. Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, no seu sentido mais amplo de ciência social, ela tem um objeto. Assinale a alternativa que evidencia o objeto da contabilidade.**
- (A) O gerenciamento contábil das entidades.
 (B) A apuração do lucro das entidades.
 (C) Geração de relatórios a seus proprietários.
 (D) O controle das entidades.
 (E) O patrimônio das entidades.
- 64. Considerando que uma empresa comercial realiza uma venda de mercadorias. Essa ação é considerada um fato contábil recorrente. Partindo dessa premissa, é correto afirmar que a venda de mercadorias é um fato contábil**
- (A) diminutivo.
 (B) misto.
 (C) modificativo.
 (D) permutativo.
 (E) aumentativo.
- 65. Uma empresa que possui Duplicatas a Receber registradas em seu Ativo Circulante realiza um desconto de duplicatas em um determinado montante. Considerando que a operação de desconto foi realizada com duplicatas que tinham vencimentos futuros (120 dias), o valor dos juros descontados a serem reconhecidos no ato da operação devem ser contabilizados como**
- (A) despesas financeiras no Resultado.
 (B) conta redutora das duplicatas descontadas no Ativo.
 (C) conta redutora das Receitas, no Resultado.
 (D) despesa antecipada, no Ativo Circulante.
 (E) conta redutora das duplicatas descontadas no Passivo.
- 66. No processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, tem-se a adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro. O objetivo da IFRS 1 é assegurar que as primeiras demonstrações contábeis e seus relatórios financeiros intermediários contenham informações de alta qualidade. Em relação ao tema, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**
- () Sejam transparentes para os usuários e comparáveis em todos os períodos apresentados.
 () Forneçam um ponto de partida adequado para a contabilização de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRSs).
 () Possam ser geradas independentemente do custo para atender as Normas.
- (A) V – F – V.
 (B) F – V – F.
 (C) V – V – F.
 (D) F – F – V.
 (E) V – F – F.
- 67. De acordo com a Constituição Brasileira, no que se refere aos Orçamentos Públicos, iniciar o processo legislativo das matérias pertinentes ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e aos Orçamentos Anuais é de competência do Poder**
- (A) Executivo.
 (B) Tributário.
 (C) Legislativo.
 (D) Deliberativo.
 (E) Judiciário.
- 68. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público. Qual é o objeto da contabilidade aplicada ao Setor Público?**
- (A) O orçamento público.
 (B) O balanço patrimonial do setor público.
 (C) As finanças do setor público.
 (D) O patrimônio público.
 (E) A dívida pública.
- 69. No setor público, a contabilidade mantém o registro das receitas e despesas orçamentárias realizadas, e essas receitas e despesas orçamentárias são executadas, no exercício financeiro,**
- (A) pelo regime misto, sendo as receitas incorridas conforme seu fato gerador e as despesas legalmente empenhadas.
 (B) pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.

- (C) pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente fixadas no orçamento.
- (D) pelo regime misto, sendo as receitas recebidas e as despesas legalmente liquidadas.
- (E) pelo regime de caixa, sendo as receitas recebidas e as despesas legalmente pagas.
- 70. Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, para elaboração e execução do orçamento, estabeleceu-se o conceito de exercício financeiro, que coincidirá com o calendário**
- (A) civil.
- (B) financeiro.
- (C) eleitoral.
- (D) fiscal.
- (E) comercial.
- 71. Considerando que o patrimônio público é dinâmico, podendo ser afetado por vários fatores, as mutações no patrimônio público precisam ser registradas. Esses registros são efetuados por meio da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Com base nessa afirmação, assinale a alternativa que corresponde ao que é evidenciado pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).**
- (A) Registra as alterações físicas feitas em cada componente do Patrimônio Líquido.
- (B) Evidencia a situação de mudanças relevantes no patrimonial da entidade pública.
- (C) Evidencia as variações quantitativas e qualitativas resultantes e as independentes da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial.
- (D) Registra a movimentação econômica das entidades públicas, como também as eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do financiamento dos serviços públicos.
- (E) Demonstra os gastos públicos realizados, confrontando-os com o orçamento inicial.
- 72. Conforme a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, a auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo**
- (A) a emissão de parecer sobre a sua adequação quanto aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.
- (B) a emissão de parecer sobre erros que não contemplam as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.
- (C) a emissão de parecer sobre fraudes relacionadas à legislação específica.
- (D) a emissão de parecer sobre erros e fraudes, que afetam os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.
- (E) a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.
- 73. A execução dos trabalhos de auditoria devem seguir normas e ter um planejamento. O planejamento deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos. Assinale a alternativa correta que evidencia um fator relevante para a execução dos trabalhos de auditoria.**
- (A) A ausência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas.
- (B) A natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados.
- (C) Não utilizar os trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos.
- (D) A realização do trabalho sem a necessidade de atender prazos estabelecidos por entidades reguladoras ou fiscalizadoras, para realizar um bom trabalho.
- (E) Divulgar e comentar sobre o sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade.

- 74. Conforme NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, o “Parecer dos Auditores Independentes” ou “Parecer do Auditor Independente” é o documento mediante o qual**
- (A) o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre a situação da entidade objeto da auditoria.
- (B) o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as fraudes nas demonstrações contábeis nele indicadas.
- (C) o auditor evidencia, de forma clara e objetiva, os erros sobre as demonstrações contábeis nele indicadas.
- (D) o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis nele indicadas.
- (E) o auditor demonstra, de forma clara e objetiva, a situação da entidade, objeto da auditoria.
- 75. Na condução da Auditoria em conformidade com as Normas de Auditoria, o Auditor Independente deve ter como objetivo**
- (A) expressar sua opinião, informando se as demonstrações contábeis foram elaboradas independentemente e se estão livres de distorção relevante.
- (B) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se com os CFCs, conforme as necessidades do auditor.
- (C) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se, como exigido pelas NBCs TA, em conformidade com as constatações do auditor.
- (D) informar aos gestores se as demonstrações contábeis foram elaboradas com fraudes, em todos os aspectos relevantes.
- (E) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se com os CRCs, em conformidade com as constatações do auditor.
- 76. Uma determinada empresa, ao encerrar a folha de pagamento no dia 30 de novembro de 2017, apresentou as seguintes informações, cujos valores foram contabilizados no mesmo dia, de acordo com o regime de competência:**

Salário	INSS	IRRF	Provisão Férias	Provisão 13º	Líquido a pagar
8.000,00	608,44	2.032,68	888,87	666,66	5.358,88

Considerando somente essas informações apresentadas e que a empresa utilizou alíquota de 8% no cálculo do FGTS, o valor da despesa de FGTS, contabilizado no dia 30 de novembro de 2017, em reais, é

- (A) 428,71.
- (B) 591,32.
- (C) 640,00.
- (D) 693,33.
- (E) 764,44.
- 77. A NBC T 19.6 trata da Reavaliação de Ativos e estabelece critérios e procedimentos para registro contábil e divulgação da reavaliação do ativo imobilizado. Assinale a alternativa que expressa corretamente um critério de avaliação.**
- (A) A contabilização da reavaliação deve ser efetuada com base em laudo fundamentado que indique os critérios de avaliação e os elementos de comparação adotados.
- (B) A reavaliação deve observar o princípio da entidade, ou seja, levar em conta o pressuposto da entidade em marcha e considerar a efetiva possibilidade de recuperação dos ativos em avaliação mediante seu uso.
- (C) A reavaliação deve ser baseada em valor de moeda internacional.
- (D) A reavaliação se destina ao cálculo do valor futuro potencial dos ativos e ao seu valor de saída (valor de venda ou liquidação).

- (E) Para os bens sujeitos à depreciação, exaustão ou amortização, no laudo de avaliação, é opcional a indicação da vida útil econômica remanescente, visando à definição das futuras taxas de depreciação, exaustão ou amortização.
- 78. Os fundamentos da perícia contábil são um dos meios de prova que se utilizam para identificar, no processo judicial ou arbitral, os aspectos essenciais à formação de uma decisão e sentenças. Um dos fundamentos é a objetividade. Em relação ao assunto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**
- () Afasta os critérios de juízo de valor, prevalecendo o juízo de realidade científica contábil.
- () É um conjunto de dados estatísticos, oriundos da ideologia da contabilidade, como os princípios contábeis e convenções, aplicados pelo cientista contábil e desenvolvido pelos professores doutores.
- () Implica em uma longa exposição das ideias, utilizando o máximo de palavras possível.
- (A) F – V – F.
(B) V – F – F.
(C) V – V – F
(D) F – F – F.
(E) F – F – V.
- 79. No que se refere à Perícia Contábil, e de acordo com a NBC T 13 – da Perícia Contábil, assinale a alternativa que NÃO se refere a conceitos e objetivos da Perícia Contábil.**
- (A) A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.
- (B) A perícia contábil, tanto a judicial, como a extrajudicial e a arbitral, é de competência exclusiva de Contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.
- (C) Os procedimentos realizados de perícia contábil fundamentam as conclusões no laudo pericial contábil.
- (D) Nos casos em que a legislação admite a perícia interprofissional, aplica-se o item da alternativa B exclusivamente às questões contábeis, segundo as definições contidas na Resolução CFC n.º 560/83.
- (E) A presente Norma aplica-se ao perito-contador nomeado em Juízo, ao contratado pelas partes para a perícia extrajudicial ou ao escolhido na arbitragem; e, ainda, ao perito-contador assistente indicado ou contratado pelas partes.
- 80. Para fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, serão considerados alguns procedimentos, conforme a NBC T 13 – da Perícia Contábil. Assinale a alternativa que se refere corretamente aos procedimentos da Perícia Contábil.**
- (A) Vistoria, observação, certificação, exame, investigação, estimativa e previsão.
- (B) Indagação, fiscalização, exame, vistoria, arbitramento, previsão, pesquisa, aferição e avaliação.
- (C) Investigação, estimativa, indagação, mensuração, avaliação, e certificação.
- (D) Exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.
- (E) Arbitramento, pesquisa, apreciação, previsão, arbitramento, mensuração, avaliação e estimativa.
- 81. No Brasil, a lei de orçamentos (nº 4.320/64) deve obedecer a alguns princípios. Quais são esses princípios?**
- (A) Princípios da universalidade, anualidade e competência.
- (B) Princípios da competência, unidade e anualidade.
- (C) Princípios da anualidade, diversidade e universalidade.
- (D) Princípios da diversidade, unidade e competência.
- (E) Princípios de unidade, universalidade e anualidade.

- 82. O processo Orçamentário é contínuo, dinâmico e flexível. Esse período de tempo em que se lavram as atividades características do orçamento público de elaboração, aprovação, execução e controle é chamado de**
- (A) ciclo orçamentário.
 - (B) programação orçamentária.
 - (C) metas orçamentárias.
 - (D) cronograma orçamentário.
 - (E) aglutinação orçamentária.
- 83. No Decreto-Lei nº 200/67, está prevista uma classificação de despesas com uma série de funções de Estado, desdobradas em programas de governo, que fazem a ligação entre os planos e o orçamento a ser executado no exercício. Como é chamado esse orçamento?**
- (A) Orçamento base zero.
 - (B) Orçamento participativo.
 - (C) Orçamento-programa.
 - (D) Orçamento incremental.
 - (E) Orçamento de desempenho.
- 84. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP – é estruturado para facilitar a análise das informações conforme as**
- (A) Naturezas de Informação Governamental, Gerencial e de Controle.
 - (B) Naturezas de Informação Orçamentária, Administrativa e Discriminativa.
 - (C) Naturezas de Informação Discriminativa, Gerencial e de Controle.
 - (D) Naturezas de Informação Orçamentária, Patrimonial e de Controle.
 - (E) Naturezas de Informação Patrimonial, Gerencial e de Controle.
- 85. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP –, existem atributos da conta contábil que são características próprias que a distingue de outras contas do plano de contas. Quais são esses atributos?**
- (A) Código, indicador, natureza da conta e título.
 - (B) Código, título, função e natureza do saldo.
 - (C) Código, natureza da conta, fonte e título.
 - (D) Código, referência, função e fonte.
 - (E) Código, fonte, natureza do saldo e indicador.
- 86. Considerando a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PP 01, de 27 de fevereiro de 2015, a qual trata sobre o Perito Contábil, assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) Perito é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada.
 - (B) Perito oficial é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão.
 - (C) Perito-facultativo é nomeado pelo juiz, autoridade pública ou privada para fazer parte em perícias contábeis.
 - (D) Perito do juízo é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil.
 - (E) Perito-assistente é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis.
- 87. Existem determinadas situações em que o Perito Contábil está impossibilitado de exercer, regularmente, sua atividade pericial em processo judicial. Assinale a alternativa que expressa quando o Perito Contador deve declarar-se em suspeição.**
- (A) O perito contador não tem motivo íntimo.
 - (B) O perito contador não conhece nenhuma das partes.
 - (C) O perito contador não deve ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau
 - (D) O perito contador não houver qualquer interesse no julgamento da causa em favor de alguma das partes.
 - (E) O perito contador ser inimigo capital de qualquer das partes.
- 88. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta. No desempenho da função de Perito Contador, o profissional deve ter zelo. O termo “zelo”, refere-se ao cuidado que ele deve dispensar na execução de suas tarefas, em relação à sua conduta, documentos, tratamento dispensado às autoridades, de forma que seu trabalho levado a bom termo e, conseqüentemente,**

o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil dignos de fé pública. O zelo profissional do perito na realização dos trabalhos periciais compreende:

- () cumprir os prazos fixados pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial, inclusive arbitral.
- () prestar os esclarecimentos determinados pela autoridade competente, respeitados os prazos legais ou contratuais.
- () ser receptivo aos argumentos e críticas, mas mantendo firme seu posicionamento anterior, sem ratificar ou retificar.
- () ser prudente, no limite dos aspectos técnico-científicos, e atento às consequências advindas dos seus atos.

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – V – F – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) V – F – V – V.
- (E) F – V – V – V.

89. O regime de capitalização dos juros simples tem como regra a incidência da taxa de juros sempre sobre o valor presente. Por exemplo: em uma aplicação inicial, ou valor presente de \$ 6.000, aplicado por um período de tempo de 5 meses a uma taxa de 2%, qual é o Valor Futuro em reais no final do 3.º e 5.º período, respectivamente?

- (A) 6.240,00 e 6.800,00.
- (B) 6.360,00 e 6.600,00.
- (C) 6.360,00 e 6.800,00.
- (D) 6.480,00 e 6.600,00.
- (E) 6.120,00 e 6.600,00.

90. O regime de capitalização dos juros compostos tem como regra a incidência da taxa de juros sempre sobre o montante anterior. Por exemplo: em uma aplicação inicial, ou valor presente de \$ 6.000, aplicado por um período de tempo de 5 meses a uma taxa de 2%, qual é o Valor Futuro em reais no final do 2.º e 4.º período, respectivamente?

- (A) 6.242,00 e 6.367,00.
- (B) 6.120,00 e 6.495,00.
- (C) 6.242,00 e 6.624,00.
- (D) 6.242,00 e 6.495,00.
- (E) 6.367,00 e 6.495,00.

91. Tratando-se de orçamento público, a matéria pertinente à receita vem disciplinada no Art. 3º da Lei nº 4.320/1964, com a seguinte redação: “A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.” Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, conceitualmente, a receita pode ser

- (A) efetiva ou não-efetiva.
- (B) retroativa ou projetada.
- (C) efetiva ou retroativa.
- (D) retroativa ou não-efetiva.
- (E) não-efetiva ou projetada.

92. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Assinale a alternativa que trata “exclusivamente” das Receitas Correntes.

- (A) As receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
- (B) Os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
- (C) O superávit do Orçamento Corrente.
- (D) As receitas da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- (E) As receitas tributárias de contribuições, patrimonial e agropecuária.

93. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Assinale a alternativa que trata “exclusivamente” das Receitas de Capital.

- (A) As receitas tributárias de contribuições.
- (B) As receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- (C) As receitas de serviços e outras.
- (D) As receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- (E) As receitas industrial e afins.

94. No orçamento público, as despesas são classificadas nas seguintes categorias econômicas, conforme o Art 12 da Lei nº 4.320/1964: Despesas Correntes e Despesas de Capital. Assinale a alternativa que trata de Despesa Corrente.

- (A) Constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
- (B) As dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento.
- (C) As dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
- (D) As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas.
- (E) As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

95. As despesas públicas são classificadas nas seguintes categorias econômicas, conforme o Art 12 da Lei nº 4.320/1964: Despesas Correntes e Despesas de Capital. Assinale a alternativa correta que trata de Despesa de Capital.

- (A) As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- (B) Subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- (C) Subvenções destinadas a atender a manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- (D) As dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições.
- (E) Subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

96. A Lei nº 8.666/93, trata das Licitações e suas modalidades. Através da Lei nº 10.520/02, foi instituída uma nova modalidade de licitação. Assinale a alternativa em que um dos itens NÃO é modalidade de licitação.

- (A) Pregão; convite; tomada de preços.
- (B) Concurso; concorrência; leilão.
- (C) Convite; leilão; combinação.
- (D) Tomada de preço; concorrência; convite.
- (E) Concorrência; tomada de preços; leilão.

97. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta. Para a habilitação nas licitações, exigirse-á dos interessados determinada documentação. São documentos para habilitação nas licitações:

- () habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômica-financeira.
- () qualificação técnica; qualificação econômica-financeira; regularidade fiscal.
- () habilitação jurídica; qualificação técnica; habilitação exclusiva.

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – F.

98. Os anteriormente chamados de Princípios Fundamentais de Contabilidade tiveram sua redação alterada para Princípios da Contabilidade. Com base nos Princípios da Contabilidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O Princípio da Oportunidade refere-se aos registros patrimoniais para produzir dados aparentemente corretos.
- (B) Competência é o princípio que atualiza dados na contabilidade.
- (C) O princípio da Competência é o princípio que indica que determinadas transações e outros eventos sejam reconhecidos nos recebimentos.
- (D) O Princípio da Continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro.
- (E) O Princípio do Valor Original sugere que o patrimônio líquido é registrado em moeda de qualquer nacionalidade.

99. Tratando-se da mensuração dos estoques para a contabilização, assinale a alternativa correta em relação ao que deve ser incluído no custo de aquisição dos estoques.

- (A) No valor de custo do estoque, deve ser incluído o custo das mercadorias vendidas.
- (B) Os custos de aquisição dos produtos devem ser incluídos no valor de custo do estoque, excluindo o valor dos fretes.
- (C) A mão de obra deve ser incluída no valor de custo do estoque.
- (D) Os custos de aquisição e transformação devem ser incluídos no valor de custo do estoque.
- (E) Os lucros pretendidos na venda das mercadorias devem ser incluídos no valor de custo do estoque.

100. Conforme a Legislação vigente de impostos sobre compras e vendas, incidentes nas mercadorias e serviços de transporte e comunicação, qual é a alternativa correta que trata desse imposto?

- (A) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o IPTU.
- (B) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o ICMS.
- (C) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o IPVA.
- (D) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o ITBI.
- (E) O imposto sobre compras e vendas, incidente nas mercadorias e serviços é o ITVS.

.....
ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.
.....